

Mário Castelhana

QUATRO ANOS  
DE DEPORTAÇÃO





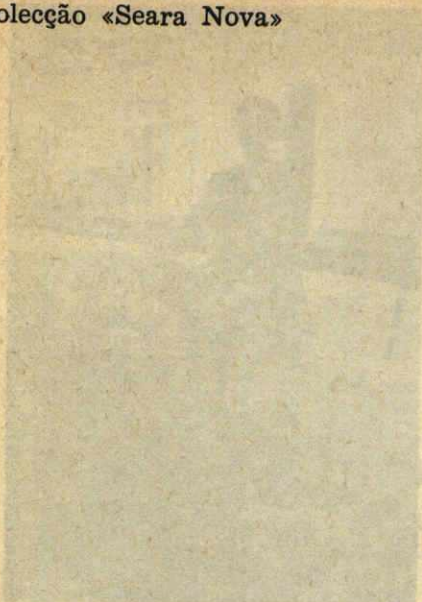
## TOMADA PUBLICA

1. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1820 a 1829
2. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1830 a 1839
3. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1840 a 1849
4. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1850 a 1859
5. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1860 a 1869
6. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1870 a 1879
7. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1880 a 1889
8. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1890 a 1899
9. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1900 a 1909
10. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1910 a 1919
11. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1920 a 1929
12. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1930 a 1939
13. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1940 a 1949
14. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1950 a 1959
15. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1960 a 1969
16. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1970 a 1979
17. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1980 a 1989
18. Livro de Registo de Actos e Decretos de 1990 a 1999
19. Livro de Registo de Actos e Decretos de 2000 a 2009
20. Livro de Registo de Actos e Decretos de 2010 a 2019

volumes publicados

- Jacinto Baptista  
1 *Um jornal na Revolução*  
*«O Mundo» de 5 de Outubro de 1910*
- Eduardo Guerra  
2 *Evolução da Economia Portuguesa (1963-1966)*  
*e outros estudos*
- Armando Castro  
3 *Estudos de Economia teórica e aplicada*
- Álvaro Neto  
4 *Crítica a alguns aspectos do Plano de Fomento*
- Victor de Sá  
5 *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias*  
*socialistas em Portugal (1820-1852) (2.ª ed.)*
- F. Keil do Amaral  
6 *Histórias à margem de um século de História*
- Alexandre Vieira  
7 *Para a História do Sindicalismo em Portugal*
- António Baião  
8 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. I)*
- António Baião  
9 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. II)*
- António Baião  
10 *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa (vol. III)*
- Alexandre Cabral  
11 *Os Crimes da Monarquia*
- Eça Político  
12 *Eça Político*  
João Medina
- Alexandre Vieira  
13 *Para a História do Sindicalismo em Portugal (2.ª ed.)*  
Alexandre Vieira
- César de Oliveira  
14 *O Operariado e a República Democrática*
- Raul Esteves dos Santos  
15 *Os Tabacos, sua influência na vida da Nação (vol. I)*
- Raul Esteves dos Santos  
16 *Os Tabacos, sua influência na vida da Nação (vol. II)*
- Manuel Fernandes Tomás  
17 *A Revolução de 1820*
- César Oliveira  
18 *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*
- Mário Castelhana  
19 *Quatro anos de Deportação*

colecção «Seara Nova»



Mário Castelhano em Ponta Delgada



SEARA NOVA

a cultura e a sociedade portuguesa



Mário Castelhana em Ponta Delgada

MÁRIO CASTELHANO

Quatro Anos  
de Deportação



SEARA NOVA

1975

Capa de *Soares Rocha*

© Mário Castelhana

e

Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.  
Rua Bernardo Lima, 23-1.º Esq. — Lisboa



## ÍNDICE

— Nota prévia ... .. .	9
— Introdução ... .. .	15
I — Na Penitenciária de Lisboa ... .. .	19
II — O embarque ... .. .	25
III — A bordo do «Pedro Gomes» . . . . .	29
IV — África, terra de lendas, febres e de ilusões ...	43
V — A caminho de Vila Nova de Seles ... .. .	47
VI — Vila Nova de Seles ... .. .	49
VII — O alojamento e situação dos deportados ... ..	53
VIII — Os funcionários da Administração ... .. .	63
IX — O comércio local ... .. .	67
X — Entretenimentos ... .. .	71
XI — Horas de sofrimento ... .. .	81
XII — A «mascote» dos deportados ... .. .	85
XIII — O desenvolvimento de Angola ... .. .	89
XIV — A situação do branco em África ... .. .	97
XV — A raça preta ... .. .	101
XVI — A vida em comum. Hábitos e superstições ... ..	109
XVII — A situação económica do preto ... .. .	115
XVIII — A situação moral ... .. .	119
XIX — Nas roças ... .. .	125
XX — A ditadura em Angola ... .. .	133
XXI — A caminho dos Açores ... .. .	129
XXII — Na Madeira ... .. .	147

XXIII — Em Ponta Delgada ... ..	151
XXIV — De novo a bordo ... ..	161
XXV — No cais do Pico ... ..	167
XXVI — Na cidade da Horta ... ..	183
XXVII — Para a Revolução ... ..	187
XXVIII — No centro da agitação ... ..	191
XXIX — Prisioneiros voluntários mais de um mês ... ..	217
XXX — Na Banca do Carvão ... ..	227
XXXI — Para onde? ... ..	235
XXXII — No lugar de Guerreiros ... ..	239
XXXIII — O movimento de 26 de Agosto ... ..	251
XXXIV — Na brecha ... ..	255
XXXV — Nos últimos dias ... ..	259
— Nota final ... ..	262

## NOTA PRÉVIA

*Esta obra foi escrita em 1931, contendo as memórias do seu autor, no período entre Outubro de 1927 e Outubro de 1931.*

*Não foi por ele revista, não sendo pois, certamente, aquilo que o seu autor pensava publicar, mas julgo que dá uma ideia bem nítida do escritor e do seu tempo.*

*Chamo a atenção do leitor para se procurar situar bem na época em que este livro foi escrito. O Mundo e a Europa eram diferentes — ainda não se tinham desencadeado factos que tiveram a maior importância na estabilização da Ditadura em Portugal, com a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial.*

M. D. C.

1911	1911
1912	1912
1913	1913
1914	1914
1915	1915
1916	1916
1917	1917
1918	1918
1919	1919
1920	1920
1921	1921
1922	1922
1923	1923
1924	1924
1925	1925
1926	1926
1927	1927
1928	1928
1929	1929
1930	1930
1931	1931
1932	1932
1933	1933
1934	1934
1935	1935
1936	1936
1937	1937
1938	1938
1939	1939
1940	1940
1941	1941
1942	1942
1943	1943
1944	1944
1945	1945
1946	1946
1947	1947
1948	1948
1949	1949
1950	1950
1951	1951
1952	1952
1953	1953
1954	1954
1955	1955
1956	1956
1957	1957
1958	1958
1959	1959
1960	1960
1961	1961
1962	1962
1963	1963
1964	1964
1965	1965
1966	1966
1967	1967
1968	1968
1969	1969
1970	1970
1971	1971
1972	1972
1973	1973
1974	1974
1975	1975
1976	1976
1977	1977
1978	1978
1979	1979
1980	1980
1981	1981
1982	1982
1983	1983
1984	1984
1985	1985
1986	1986
1987	1987
1988	1988
1989	1989
1990	1990
1991	1991
1992	1992
1993	1993
1994	1994
1995	1995
1996	1996
1997	1997
1998	1998
1999	1999
2000	2000

NOTA PRELIMINAR

Esta obra foi escrita em 1931, durante os dias de seu autor, no período entre Outubro de 1929 e Outubro de 1931.

Não foi por ele revista, não sendo pois, certamente, aquilo que o seu autor pensava publicar, mas talvez que de uma ideia bem nítida de escrever a do seu tempo. Quanto a respeito do leitor para se procurar saber bem na época em que este livro foi escrito. O Mundo e a Europa eram diferentes — ainda não se tinham desenvolvido factos que tiveram a maior importância na estabilização da Dictadura em Portugal, com a Guerra Civil da Espanha e a Segunda Guerra Mundial.

M. D. C.



**QUATRO ANOS DE DEPORTAÇÃO**

*Para lá... na Casa da Bagagem.  
Para cá... na Banca do Carvão.*

QUATRO ANOS DE DEPORTAÇÃO

Para M... no Casa da Supremacia  
Para os... no Banco do Ceará

## INTRODUÇÃO

À minha boa mãe, falecida no interregno da  
deportação e em homenagem às suas admiráveis  
qualidades.

À minha mãe, falecida no momento da  
depoisição e em homenagem às suas atividades  
qualitativas.



## INTRODUÇÃO

Nunca pensei a valer escrever um livro, por reconhecer serem indispensáveis duas coisas, entre muitas mais, para levar por diante essa aspiração: assunto e disposição.

Assunto, poderão muitos objectar que o há em toda a parte, a vida proporciona-nos os mais variados elementos, desde que uma das modalidades da inteligência — a imaginação — ajudada por esta outra — a memória — facilite e dê corpo à inspiração.

Entendo, porém, que a fantasia, mesmo quando se confunda com a realidade das coisas, reveste o valor do seu autor que, quanto mais imaginativo e literato for, maior realce dará ao seu trabalho.

Nem uma nem outra coisa poderia eu querer apresentar. Nem literatura, nem fantasia. Isso é questão para verdadeiros artistas e quantos, diga-se de passagem, julgam tê-lo conseguido quando afinal apenas uma imagem se vislumbra nas suas linhas.

Ora, o facto real, vivido profundamente, sentido em toda a sua extensão, sofrendo com o seu desenrolar, fixando na nossa mente caracteres inapagáveis do grande drama da vida, é que poderia servir a quem não reúne outras qualidades que as de um natural sentimento, pronto sempre a applicá-lo na defesa dos mais elevados ideais de Emancipação Humana. Julgo ser esse mesmo o principal elemento, para um livro. Quem conseguir exteriorizá-lo na mais elevada concepção; quem com arte, saber e honestidade for capaz de prender o leitor ao

seu entrecho, convencendo-o do fundamento das asserções feitas — sem contestação possível, na mais larga e ampla análise — levando-o à admiração não só das maiores conquistas do pensamento como das grandes qualidades que o homem deve possuir, terá atingido o grande objectivo.

Não pode este livro, indiscutivelmente, abranger tal ponto, com bastante pena do seu autor, pois falta-lhe em arte e em saber, o que lhe sobra no entanto em honestidade.

Zola foi extraordinário exactamente por isso. Conquanto esse admirável escritor nos seus inúmeros e fulgurantes livros, nos não tivesse indicado a orientação a preferir, a norma a seguir, para o melhor bem-estar da Humanidade, ele apontou a base do mal e iluminou o caminho por onde as várias gerações têm seguido. Ele descreveu todas as incongruências, pintou, num colorido que ninguém ainda suplantou, todas as dores, todos os sofrimentos; abriu à análise do mundo o corpo da sociedade em decomposição, chamando para o seu estado a atenção dos especialistas na extirpação do mal.

Disse-nos como o homem deveria ser no futuro, simplesmente não nos estabeleceu a melhor maneira e a mais rápida de lá chegar. Desenvolveu os vários sistemas que se propõem fazê-lo, desenhou diferentes facetas, até desenrolou todas as fórmulas e, pareceu dizer-nos, que cada um escolhesse ou adoptasse a que melhor servisse à sua inteligência e se adaptasse ao seu temperamento. O que seria necessário era vontade de lá chegar...

Eu julgo, porém, necessário consubstanciar num pensamento a ideia de Zola:

Para fazer a Humanidade feliz é preciso libertá-la. Libertá-la economicamente e politicamente — socialmente falando.

E nem todas as correntes seguem esse curso. Nem todas a querem de facto libertar...

Como a minha vida de idealista e de lutador, nunca me desse margem a poder tentar obra de maior fôlego, foi necessário que me atrasassem por esse mar fora, me isolassem do meio em que vivia — separando-me brutalmente da família, dos amigos e dos camaradas, para

que a disposição surgisse e com ela as considerações que seguem, as quais sintetizam por vezes a crítica contundente, mas necessária, a quem teima manter-se sobre um pedestal de cadáveres.

Quatro anos de uma permanente agitação onde a febre, conjugada com um sem número de razões de ordem particular, procuraram muitas vezes aniquilar uma compleição que, não sendo das mais fortes, foi contudo suficiente para resistir a todos os contratempos, com esta divisa: «Forte na Adversidade», que sempre me acompanhou, geraram as linhas que seguem e que, não sendo brilhantes, são todavia sinceras e a tradução do que vi e senti nessas terras de além...

que a doutrina surgiu e vem de se estabelecer  
que seguir, na pura simplicidade por vezes a critica  
contundente, mas necessária, a quem trata mal as  
coisas do pedestal de cadáveres e rasgaduras.

Quatro anos de uma penitente agresta onde a  
lepra contagada com um sem numero de rasgos de  
orden parietal, procuram em muitas vezes, ampliar  
uma conspiração que não sendo tão mais forte, foi  
contido suficiente para resistir a todos os contrários  
com esta divisa: «Fora as Adversidades, que sempre  
me acompanharam, sempre as lides que seguem a dor,  
não sendo brilhantes, são todavia sinceras e a verdade  
do que vi e senti nessas horas de extrema dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando  
depois de tantos e tão muitas e tão a dor, quando

## CAPITULO I

### NA PENITENCIÁRIA DE LISBOA

Estávamos em Outubro de 1927. A ditadura militar desenvolvia uma constante perseguição a todos os elementos considerados liberais ou avançados. As prisões abarrotavam. A cadeia nacional havia destinado já para os presos políticos dois dos seus grupos, não só para evitar a mistura com os condenados de delicto comum, como para poder alojar rapidamente as dezenas e dezenas de criaturas que para ali eram atiradas sob o título de conspiradores... O ambiente era pesado. A polícia especial aumentava, dia-a-dia, recrutada, na sua maioria, entre gente da mais baixa condição moral, — o que não causava admiração — citavam-se alcunhas de certos agentes que, conhecedores dos meandros policiais se haviam escapulado com habilidade de situações algo difíceis. Haviam sido aproveitados para a nova corporação... Alguns apresentavam extravagantes traços na fisionomia como que a patentearem a sua especialidade em certos meios...

Seriam decerto essas as principais figuras no desempenho da grande comédia...

Eu, que havia escapado à revanche odiosa resultante do movimento de 3 a 8 de Fevereiro, e por pouco não fui deportado em Junho, quando estive preso 17 dias, fui um dia, em 26 de Outubro, mimoseado com a presença de dois agentes, quando pretendia falar a um dos presos que se encontrava no calabouço 4 do Governo Civil. Levado à polícia de informações, ali me conservaram umas duas horas, mais ou menos. Não me interrogaram

e, por volta das 19 horas, enviaram-me num carro para a Penitenciária. Era já noite.

Primeiramente, destinaram-me uma cela no grupo B, por não haver lugar no designado sector político, o que só se conseguiu no dia seguinte.

Fui lá encontrar muitas pessoas conhecidas, contando-se em número elevado os que esperavam a vez de seguir para a África: escritores, operários, jornalistas, advogados, oficiais do exército, sargentos, vítimas alguns de rancores policiais ou de certas personagens com preponderância na situação.

Quem entra na Penitenciária, na situação de preso e por motivos como os que me poderiam ser assacados: esforçar-se pelo advento de uma sociedade mais justa e equitativa, sentindo atrás de si o ranger de fortísimas portas de ferro, que se fecham ante a indiferença do guarda que nos acompanha e que, muito senhor do seu papel, prossegue na sua missão de eterno carcereiro e não tivesse habituado já a sentir a nostalgia da própria incomunicabilidade, certamente se sentirá comovido ante o espectáculo inédito que se lhe apresenta.

Silêncio sepulcral entrecortado de quando em vez pela ordem do chefe ou de qualquer outro agente superior, cuja voz ecoa pelos longos e taciturnos corredores. Avistam-se alguns presos que recolhem mais tarde às suas celas, por desempenharem funções especiais dentro das várias repartições. Limpos, não denotando aquele aspecto triste e sofredor dos restantes reclusos, decerto pela própria natureza do serviço que executam e os entretém e por um pouco de consideração com que são tratados, lá trazem o estigma estampado na ganga que se lhes ajusta ao corpo como vestuário indicador da sua situação especial...

Os outros, o grande número, esses estavam já nas suas celas onde entram às 17 horas para só saírem no dia seguinte às 6 da manhã. Esses, é que são os penitenciários de todos os tempos, de aspecto bisonho, olhar incerto, muitos, corcovados pelos longos anos de martírio ou profundamente minados de remorsos pelo acto praticado, lá marcham para o trabalho, lentos, desfigurados, como máquinas já esgotadas, prestes a entrar na sucata. Há-os rapazes, imberbes ainda, de uma ma-

greza que causa arrepios, cadavéricos, tuberculosos, alguns dos quais vi, mais tarde, em África, enviados para um clima mais temperado, mas já sem cura possível. Esses é que são os condenados mais infelizes!...

Nas oficinas onde se conservam durante o dia executam trabalhos em verga, sapataria, marcenaria, tipografia, etc.

Todos têm a sua história. Os mais decididos contam-nas, com certo arrependimento ou sob o maior cinismo, havendo alguns que sempre se afirmam inocentes. E não os haverá, no meio de tanta e tanta cara onde o sofrimento exteriorizou fundos sulcos de tragédia, de angústia e de desespero?

Quem poderá garantir com absoluta autoridade? Tem havido já tanto exemplo!

Entre tão variada patologia, há os que despertam em nós certa curiosidade pela forma convicta como nos querem convencer da sua inocência ou pela maneira desassomburada como nos descrevem a sua dor, para que deduzamos da fatalidade dos seus casos. Depois, calam-se, como que a sofrer, em silêncio toda a extensão da sua tortura, chegando a chorar disfarçadamente. Já é tarde porém. A sociedade não se comove. A sociedade só os fabricou e condenou. O resto acaba, quase sempre, nos cemitérios africanos.

Um dia, o jornalista Ribeiro de Carvalho, que foi depois deportado para a Madeira, diz-me assim: «Que admiráveis páginas; que soberbo livro não se faria de cada um dos casos; de cada um dos dramas que este edificio encerra nas suas celas.»

E de facto, traçadas por mão de mestre, escritas por cérebro que reunisse as maiores qualidades de psicólogo, de fisiologista e, sobretudo de psiquiatra, conjugadas com uma elevadíssima noção da vida, nos seus múltiplos e variadíssimos aspectos, que anátemas não sairiam dessa pena maravilhosa, não para condenação individual de cada caso, mas para, em conjunto, lhe determinar as causas e suavizar os efeitos...

A cela onde me instalaram definitivamente, tendo por companheiro Manuel Henrique Rijo, que comigo havia sido detido nas mesmas condições, era por vezes o ponto de reunião de muitos outros presos. Ali se discutia

política, problemas sociais; apreciava-se toda a espécie de boatos que circulavam, esperando a toda a hora a revolução salvadora que evitaria as deportações.

Entravam uns, saíam outros, pois o cubículo, de uns quatro metros de comprimento, por dois ou três de largo, poucos comportava.

Duas camas, dois cestos, uma prateleira onde cozinávamos as refeições e uma lâmpada eléctrica que pouco mais iluminaria do que duas velas, era tudo o que embelezava aquele recinto.

De dia, espreitava-se na cerca do edifício, passeando em grupos, ou lendo. À noite, éramos encerrados pelas 23 horas, para às 7 do dia seguinte respirarmos mais um pouco de ar.

Durante a noite, o eco dos gritos das sentinelas que vigiavam atentamente, não evitando no entanto que fugas audaciosas se tenham cometido e o som dos cadenciados passos das que contornavam as celas em profundo silêncio, dava ao ambiente uma nota de tristeza e melancolia que jamais se apagou da nossa memória.

Nesses momentos, tudo nos ocorreu à mente. As lutas pela liberdade que através de todos os tempos têm feito baquear tanto intrépido lutador; as horas aflitíssimas de tanta e tanta família, separada dos seus entes mais queridos, nos mais dolorosos transes de miséria; a lamentável ignorância daqueles pobres soldados que, sem o saberem, emprestavam aos tiranos uma força que eles aproveitavam para os conservar na escravidão, tudo se encadeava na nossa imaginação, para chegarmos sempre ao mesmo resultado: lutar, lutar sempre até que a energia nos faleça. A luta representa a vida, uma vida sadia, natural e justa.

\*  
\* \* \*

Um dia, ainda estávamos deitados, aparecem-nos no «quatro» os professores dr. Adolfo Lima e César Porto. Ficámos admirados. Eles informaram-nos que haviam sido detidos com Carvalhão Duarte e Manuel da Silva acusados de bolchevistas!



Dois grandes abraços remataram a frase que deixámos escapar e que não os atormentou porque também a esperavam: Lá iremos todos, dissemos-lhes nós.

Felizmente soube mais tarde, em África, que tinham sido soltos, como muito mais tarde ainda, tive conhecimento da consagração, verdadeira apoteose, que o Congresso do Professorado Primário tributou aos professores que fizeram parte da Comissão Executiva da respectiva Federação e que, além da prisão, haviam sido vítimas de toda a espécie de ataques da imprensa reaccionária.

A conversa com aqueles dois amigos incidiu sobre a situação que se atravessava e acontecimentos que, dia-a-dia, se iam desenrolando sendo unânime a opinião de que a ditadura não poderia perdurar.

Todos os dias nos encontrávamos na nossa digressão e divagávamos sobre assuntos palpitantes quer ao longo dos corredores do grupo que nos levava à enfermaria onde estavam outros amigos, quer nas visitas que fazíamos às oficinas onde apreciávamos os trabalhos acabados de fazer.

Sou também procurado por inúmeras pessoas que vêm confirmar a minha estada na Cadeia Nacional, visto terem-lhes contado que eu tinha sido fuzilado, quando do assalto, à redacção do Jornal **A Batalha**, de que era director e da destruição completa de tudo quanto lhe pertencia, assim como aos diferentes organismos operários que tinham a sua residência no mesmo edifício.

Felizmente estava vivo.

No dia 13 de Novembro à tarde, sou informado particularmente da minha deportação para o dia 15, mas oficialmente só na véspera me seria comunicado.

Já a esperava. Dias antes tinham-me levado a perguntas à Polícia de Informações. Coisa banal. Pró-forma. O destino já mo haviam dado há muito tempo. Era uma questão de oportunidade.

Avisei a família, que me preparou as malas e pre-dispuz-me para a partida.

...

## CAPITULO II

### O EMBARQUE

No dia 14, quase à noitinha, avisam-me oficialmente do facto. Estava preparado.

Minha família consegue ainda nesse dia falar-me, ultimando as coisas indispensáveis.

Dia do embarque. São 15 horas. Um camião carregado de polícias comandados por um chefe, que há pouco havia sido promovido a esse posto, entra o portão e recua até à porta que dá acesso ao edifício. Cá fora, a multidão comprime-se contra as grades numa ânsia de entrar mas já não foi permitido.

Faz-se a chamada. Sobem para o carro os primeiros oito. Há comoção. Vêm-se lágrimas flutuando nos olhos de alguns que ficam e dos que partem. Lobrigo por entre o gradeamento vários amigos que não me conseguem ver.

Sou incorporado na segunda remessa.

Quando o carro consegue romper aquela mole de gente que, teimava, em vão, penetrar na Penitenciária, ouvem-se gritos lancinantes de crianças, desabafos de mulheres que, fulminadas pela dor caem sem forças na rua. Há homens que nos cumprimentam e sorriem, uns por estarem em espírito connosco, outros parecendo indicar a sua confiança na curta separação... Era questão de meses, senão de dias, diziam alguns...

Empilharam-nos todos. Presos e guardas vão numa amálgama. Por cima da cabeça de um deles avisto a rua e, de repente, alvejo, imediatamente a seguir ao carro que nos transporta, um táxi com pessoas de minha família. Observo-as. Seguem sob relativa calma. Mais me animo ainda. Apresento a maior serenidade, a que

um indivíduo pode ter nessas condições. Avistam-me por sua vez. Sorrio-lhes e vejo-as satisfeitas. Converso para me fortalecer. Pergunto ao comandante da força para onde seguimos. Não me responde. São ordens decerto...

O casario da parte central da cidade vai-nos ficando para trás. O carro segue com certa velocidade e os contornos da outra banda indicam-nos que nos aproximamos do mar. Entrámos na Junqueira. Os mais expansivos dão vivas e morras todo o caminho.

De repente, o carro faz uma curva rápida. Um cordão de polícia avisa-nos que está próxima qualquer esquadra. De dentro do carro não se distinguem bem as ruas. Estamos já em frente da esquadra de Belém.

Um oficial, que depois soubemos ser o capitão Quadros, dá ordens terminantes para que os carros que conduzem as famílias recuem imediatamente a uma grande distância. O oficial está de mau aspecto. Grita com este e aquele para demonstrar grande energia...

Começam a descer os presos. Um deles ao entrar no calabouço dá um viva à República. Foi o bastante para que o referido oficial, numa atitude desorientada, ali entrasse e nos atirasse com duas patacoadas fortes. Daí se induziu que a criatura era adversa aos vivas e, naturalmente, à República...

As paredes de um calabouço reflectem de certo modo a grande tragédia humana. Nos seus caracteres por vezes incompreensíveis, revelam a dor dos que os rabiscam em conjunturas bem dolorosas.

Aeroglifos ingénuos, misto de infortúnio e de ignorância, ânsia quase sempre desamparada, alma que se extingue lentamente na podridão da rua...

Mas há, ao lado dessas desconexas palavras, afirmações de fé revolucionária, versos donde brota o sentimento do povo, puro, verdadeiro, cristalino, legendas que vincam horas inesquecíveis, datas que nunca se apagam das paredes nem da mente de quem as subscreveu ou as leu, desenhos simbolizando a inspiração espontânea da massa anónima ou traduzindo a sua infelicidade moral, traços que patenteiam loucura, assinaturas que denotam firmeza, energia, persistência.

O calabouço da esquadra de Belém estava recheado desses dizeres, como um grande mapa que nem todos

sabem apreciar... Lá estavam também as assinaturas de todos quantos no período ditatorial haviam partido para a África e que por ali fizeram transição.

A coluna onde nos alistaram — éramos 23 — escolheu de igual forma um cantinho e registou os seus nomes.

Por ordem policial, o trânsito na rua havia paralisado enquanto durasse o transporte de presos para bordo. Este, fazia-se em táxi — dois de cada vez, indo a cada uma das portas e sobre os estribos um polícia armado de carabina e ao lado do motorista um cabo ou chefe.

Areal da Junqueira. O carro chega numa velocidade louca. Uma força da polícia recebe-nos. Cavalaria da guarda faz evoluções não deixando chegar pessoas junto de nós. De dentro das grades contrastando com certas caras que reprovam francamente o acto a que assistem, há sorrisos por nos verem de sobretudo no braço. Uma frase reboia no meio daquele silêncio: «parece que vão para a Sibéria.»

É porque julgavam que, em África, só fazia calor...

Olho em redor e, ao longe, consigo descortinar grossa multidão sobre um pontão. São as famílias que acenam com lenços e que não podem aproximar-se.

A uma frase que pronuncio, chamando para o caso a atenção de outro companheiro, sou avisado, pelo guarda que me acompanha, de que devo seguir calado, sob pena de violentamente me obrigar a tal.

Chegámos à muralha. O rebocador «Azinheira», do Arsenal engole-nos, e empilham-nos, mais uma vez, no porão. Mais umas ordens especiais aos polícias que seguem e o barquito põe-se em movimento em direcção ao «Pedro Gomes», que, propositadamente, estava ao largo para nos receber.

Deveriam ser umas 17 horas. A tarde estava nebulosa e mal se distinguia a silhueta da parte alta da cidade, visível do lugar onde estávamos.

Início da separação. Consequentemente raciocinámos: Vida nova requer pensamentos novos, disposição adequada. A dor, essa esmagá-la-emos mais uma vez. É o cérebro que há-de mandar.

E partimos, como os leitores poderão imaginar...



### CAPITULO III

#### A BORDO DO «PEDRO GOMES»

Quando chegámos à escada do portaló, imediatamente notámos um ar de desconfiança entre os passageiros. Alguns, os mais decididos, tinham-se abeirado de nós, para mirarem as nossas fisionomias, a ver se elas condiziam com as informações dadas. Há caras contraídas ao verem-nos passar, nervos que se agitam na recordação dolorosa de uma viagem trágica em presença destes vinte e três antropófagos, que uma infantilidade governamental havia atirado para o meio de gente pacata, civilizada e de tom.

Cochicha-se aqui e ali, certamente no estabelecimento de defesa em caso de necessidade...

Pois quê?!

Não eram esses homens uns indesejáveis, uns perigosos, aqueles que deveriam ser comparados às feras lá dos desertos para onde iam ser enviados?

Não eram esses os elementos terroristas, capazes de insubordinarem a tripulação do navio, afundá-lo até se pudessem, mesmo que morressem de igual forma?

Não eram esses os homens para que o capitão Quadros havia recomendado ao comandante do barco toda a cautela?

Que admiração pois esse terror!

Nós, porém, que já não pertencíamos a nós mesmos, que seguíamos, sem o sabermos, como bagagem africana, entrámos com toda a serenidade, ante aqueles olhares impacientes e sofredores...

\*  
\* \* \*

Alguns escritores, descrevem-nos em páginas entusiásticas a volúpia de viajar. Páginas de beleza e de encantamento entoadas à grandeza onnipotente do Oceano, ao amoroso azulado do céu, ao brilho resplandecente e sem igual das estrelas, em noites de calmaria.

Esse prazer de viajar, cantado ao doce marulhar das ondas, nesse mar alto, geralmente tão mansinho; esse misto de saudade e de sonho — saudade do que deixámos, sonho do que esperamos realizar — essa brisa deliciosa insuflando em cada corpo seu retemperante iodo, dando a sensação de uma vida algo diferente, de ligações mais próximas com o Infinito... Que admirável não seria assim viajar!...

Mas... uma coisa.

E viajar anonimamente, atirado como farrapo para qualquer lado, remessa inflamável posta a bom recato?

Viajar sem o querer, com muita saudade e sem sonho algum; viajar sem estrelas, sem céu e quase sem ver água; viajar sem ar, sem luz como no fundo de uma enxovia, apenas com uma ardente fé na grande viagem da Humanidade, julgam que não contém também beleza?...

Ora vejam:

Estamos na casa de bagagem do «Pedro Gomes», armada em camarote. Vinte e três beliches de ferro foram ali colocados com o fim de albergar igual número de corpos. É esse o nosso alojamento. Duas seteiras — uma de cada lado — um estreito corredor onde nos acotovelamos, uma tosca mesa ao fundo, eis o interessante ornamento de uma das mais ignóbeis hospedarias que pode imaginar-se.

Sobre nós, havia sido encerrada a porta de comunicação com o resto do navio a cadeado, para o que aproveitaram uma algamma entrelaçando a respectiva corrente. O barco pôs-se de novo em movimento. A casa das máquinas era precisamente por baixo, o que originava um permanente e incomodativo ruído. Foi então, quase sem nos podermos mexer, que começámos a olhar-nos, nesse estudo que instintivamente fazemos uns aos



outros em situações como a que nos encontrávamos e que traduz o desejo de achar quem nos compreenda e melhor se ajuste ao nosso temperamento.

À excepção do Rijo, do Domingos Lopes Bibi e dos irmãos Pereira, três rapazes vendedores de jornais, não conhecia mais nenhum dos companheiros de viagem.

Pela vigia, que conseguimos fosse aberta, reparando então numa grossa trave de madeira que lhe havia sido colocada, de alto a baixo, para que não tentássemos sair — tal era o cuidado com que viajávamos — íamos vendo fugir lentamente as luzes da cidade, mergulhando-nos cada vez mais na escuridão do horizonte acentuadamente invernos. Cruza connosco, ao longe, lá na terra já distante, um comboio da Sociedade do Estoril cuja iluminação, semelhante a fogos-fátuos, nos aparecia e sumia em corrida vertiginosa, devido à ondulação e velocidade dos dois transportes em sentido contrário.

Era já noite fechada. O ambiente tornou-se mais tenso.

\*  
\* \* \*

Habitado a todas as perseguições, com o espírito revestido da maior camada de resistência indispensável nessas ocasiões, lembrei-me de que não havia comido ainda naquele dia! O Bibi, diz-me que a família lhe tinha preparado um lanche e logo nos alojámos a um canto, tasquinhando uma bela galinha corada que, com franqueza, nos soube deliciosamente...

O imediato do barco diz-nos que só às 21 horas nos seria permitido sair e que ao chegar à Madeira seríamos de novo encerrados.

Protestámos. Reclamámos. Fizemos uma exposição para o comandante. O tenente Piçarra, que também seguia deportado, intercedeu junto deste, mas nada obteve. Tínhamos de ser hermeticamente fechados à chegada aos diferentes portos.

Às 21 horas foi-nos aberta a porta para a primeira refeição a bordo. O prato servido foi fressura com batatas, pão e vinho. Escusado é dizer que a maioria não lhe tocou. Falta de hábito talvez...

Deitámo-nos a horas adiantadas da noite, tal era a ânsia de ar puro e de liberdade...

O «Pedro Gomes», conquanto velho, é um dos melhores barcos para o mar. Dança pouco e o seu andamento regula por 12 milhas à hora.

Todavia, quem viaja pela primeira vez, sente sempre certa indisposição mesmo que não chegue a enjoar. É raro a criatura que passa relativamente bem. Por isso, escolhemos a parte do barco a que os marítimos chamam a meia nau, onde a ondulação é mais reduzida.

No dia 17, às 12 horas, avistámos a Ilha da Madeira. Recebemos ordem de recolher e de novo fomos enclausurados. O navio fundeou às 15,30. Ninguém connosco podia falar.

A cidade apesenta-se-nos em toda a sua exuberância. É tal a nossa curiosidade e deslumbramento que é necessário marcar tempo de permanência a cada um junto da vigia.

A Ilha da Madeira já nos tinha sido pintada por vários jornalistas e escritores que têm saboreado o mimo do seu panorama, aspirado o aroma da sua enternecedora vegetação, o colorido do seu inimitável conjunto, a beleza do seu apreciado clima. Ela dá-nos sempre motivo à inspiração. Desde a casinha branca, ao alto onde a bordadora consegue prender-se ante os seus dedinhos ágeis sobre o delicado trabalho, até ao sopé da montanha, através de extensas plantações de cana-de-açúcar, de banana, de milho e de outras, o que a nossa vista observa! Mas estávamos impossibilitados de gozar 'in loco' essa maravilha.

Só muito mais tarde, três anos depois, quando me transferiram para os Açores, eu pude de facto, e rapidamente, aspirar o perfume do seu clima. E mais tarde ainda eu passei no seu seio horas de ansiedade, de luta e de derrota.

Contentámo-nos em analisar-lhe os contornos, espraçando a vista em redor das estradas que a serpenteiam para Santa Cruz ou para a Praia Formosa, Ribeira Brava, etc.

Pequenas embarcações rodeiam o navio. Os seus tripulantes vendem cadeiras de verga, fruta e várias bugigangas. Há quem compre bananas que são içadas para

a nossa triste camarata. É autorizado que um dos deportados saia a compras junto dos vendedores que vêm a bordo. E ali nos conservam o dia todo, enquanto no resto do navio há um movimento desusado: gente que entra e sai num vai e vem constante, guindastes que trabalham, uma algaraviada ensurdecidora da rapaziada que, dos botes, pretende impingir artigos aos passageiros.

Cada vez nos sentimos mais oprimidos. O recinto, com o decorrer do tempo, torna-se mais pequeno à nossa vista, tortura-nos, asfixia-nos!

Uns cantam, outros assobiam e alguns pensam...

Perto das 19 horas levanta ferro o «Pedro Gomes». Vem a ordem de soltura. Saímos.

Agora, aprecia-se um quadro lindo. As milhares de luzes que cintilam à volta da ilha fascinam a nossa vista.

Parece-nos, à medida que nos vamos afastando, um pedaço luminoso do céu estrelado!

Espectáculo para nós inédito, jamais ele se apagou da nossa memória. Lenitivo de horas amarguradas quer à passagem para a África, quer quando, em 1931, deixámos aquela ilha, silenciosa e magestática, no meio do oceano, de novo mergulhados na escuridão — dessa vez voluntariamente.

Desviámos a vista já cansada. Junto a nós passa uma cigana — mexicana é que é — de feições morenas e muito simpática. É ela que prende a atenção dos passageiros da 3.<sup>a</sup> classe.

Viaja com o pai, homem de negócios, comprador de gado, alegre e falador.

É domingo. Há animatógrafo a bordo. Vamos assistir. Trata-se de uma fita russa, mas imperceptível, tal as tremuras do 'écran'.

Na manhã do dia seguinte, logo ao romper do dia estávamos à proa. As toninhas acompanham o barco à babuge dos restos atirados ao grande sorvedouro que é o mar. Ele engole toda a espécie de detritos, cabeças de bois acabados de esfolar, baldes e baldes de cascas, bocados de pão, milhares de garrafas e até por vezes, nos seus grandes e devoradores apetites, chega a tragar qualquer transatlântico e centenas dos seus passageiros.

A imensidade do mar!

Começam os divertimentos: na 1.<sup>a</sup> classe, o baloço para as crianças, o jogo para os homens, a música e a leitura para os que se dedicam a estas coisas; na 2.<sup>a</sup> classe, o jogo do burro; na 3.<sup>a</sup> classe joga-se às cartas no chão.

Percorro o navio. Há caras conhecidas a bordo, pessoal que me conhece e que durante a viagem me proporciona as maiores atenções.

Não lhes descrevo aqui o «Pedro Gomes» por dentro, Julião Quintinha já o fez admiravelmente no seu livro *África Misteriosa*, que o autor teve a gentileza de me oferecer e que já em África pude apreciar.

Navio velho, sem beleza interior, com um inestético corredor que, por baixo da 1.<sup>a</sup> classe, lhe dá a aparência de mais idoso e alquebrado, sem vista, sem luzimento, comparado às actuais construções navais fica muito a perder. Mas... devem respeitar-se os velhos, pois não foram eles os precursores dos actuais progressos?

A leitura é de facto uma necessidade de quem viaja. Minha mulher havia colocado alguns volumes na minha mala, que me entretiveram muitas horas naqueles aborrecidos dias junto à proa vendo deslocar-se os peixes voadores, cortando o espaço, junto à água, como navalhinhas com asas, afiadas e luzidias.

Lembro-me de um desses livros: *Os Móveis da Casa Dourada* de Ferreira de Castro e alguns volumes de Fialho, de Garret e de Henri Ardel.

Livros sociológicos nenhuns. Percebi a intensão. Para cansaço cerebral dizia-me ela à partida, basta a luta constante de muitos anos e as comoções dos últimos tempos. Precisas descansar... E na mala só vão contos e romances. Concordei...

No dia 21 de manhã, avista-se S. Vicente de Cabo Verde. Antes de o barco fundear fomos intimados a descer à casa de bagagem, não fôssemos fugir nalgum barco estrangeiro...

De lá alvejámos o ponto onde amainou o hidroavião de Gago Coutinho. Além, num morro, diz-nos um marinheiro, à tarde, depois do barco se ter posto em andamento e de nos terem aberto a porta, esteve postada,

durante a guerra, uma bateria de artilharia. Ali é a ilha dos pássaros, conhecida pelo farol da «Saloia».

À saída de S. Vicente e no cruzamento dos ventos soprava uma forte ventania. Vamos nas alturas da chamada Ilha do Vento. Antes havíamos passado a de Santo Antão, isolada.

Chegámos à Praia, capital de Cabo Verde, na manhã de 22. Só ali e por diante deixámos de ser encerrados.

Logo que em terra se soube da nossa situação, vários deportados, os primeiros que a ditadura fez em Setembro de 1926, vieram visitar-nos.

Tive o prazer de abraçar Miguel Correia, o companheiro dedicadíssimo das grandes lutas ferroviárias e um dos mais inteligentes e activos militantes da organização operária. Ligam-nos laços de camaradagem e amizade.

Encontrei-o bem disposto e pouco abalado ainda, devido à sua forte compleição física. Fazia-se acompanhar do velho actor Tristão, de que Lisboa antiga se deve lembrar.

Nas poucas horas que ali estivemos recordei com Miguel Correia, entre outras coisas, as mais extraordinárias fases dos combates da organização operária contra o Estado e empresas capitalistas e reaccionárias do País — nomeadamente a CP, quer por meio de propaganda, de greves, ou de resistência aos seus nefastos planos, como quando do arrendamento das linhas do Estado à referida empresa, que a ditadura achou por bem fazer e que havia originado grandes protestos.

Pois é essa CP, um dos mais fortes esteios da situação ditatorial. Por agradecimento? Não só por isso. Também em espírito. Foi-o no movimento de Fevereiro — vamos mais além — foi ela que vendeu o Norte, facilitando ao ministro da Guerra de então os meios rápidos e necessários não só a um contínuo movimento de tropas e munições, como a ele poder dispor de todos os requisitos indispensáveis a uma situação inexpugnável e, portanto, vencedora.

E por isso mesmo a CP tem sido tratada com deferência pela Ditadura.

A empresa mais reaccionária do País, a mais tirânica e a que menos consideração tem pelo seu pessoal.

A organização operária tem que um dia ajustar contas com ela, tal o número de vítimas, tal a miséria e a desgraça que tem ocasionado!

Os ferroviários, que sentem bem dolorosamente toda a sua tragédia, sintetizada num viver abandonado, através dessas extensas linhas férreas do País, desde o assentador, humilde mas generoso e firme na sua nobilitante missão, até ao maquinista cujas responsabilidades se adivinham, não souberam ainda conjugar os seus esforços numa forte organização. Hão-de um dia consegui-lo, estou disso certíssimo, e então a CP há-de sentir bem amargamente a extensão da grande tragédia desenrolada nos seus gestos.

Mas, não hão-de ser apenas os ferroviários. O público também se associará nos seus protestos, a essa exteriorização. É que a CP representa, além de tudo, a empresa que mais tem concorrido para as dificuldades do povo.

Os aumentos de tarifas atribuídos à melhoria do seu pessoal, foram sempre, na sua maior parte, arrecadados nos seus cofres. Os serviços contudo nunca melhoraram e a sua situação é sempre periclitante. Os accionistas reclamam dividendos e os obrigacionistas o pagamento dos seus juros. Como se entende então isto?

À companhia não lhe convém outra situação. Desde que ela melhorasse, imediatamente surgiria a necessidade de baixar o preço das tarifas. E isso não lhe interessa. Quando o camião não lhe fazia concorrência e as suas receitas eram mais avantajadas, toca a fazer obras, melhorias no seu material, nas suas estações, aumentando o valor dos móveis e imóveis; o seu capital social e dividendos não havia. Agora, chora de novo, equilibrando-se sempre nestes jogos constantes e habilitados.

A história do arrendamento das linhas do Estado está feita se compilarem tudo quanto se tem escrito através do País sobre o assunto.

Por tudo isso, por lutar contra a sua nefasta acção, é que Miguel Correia foi deportado e que inúmeros ferroviários, desde 1910 para cá, têm sido demitidos, presos, sentindo a miséria e a tuberculose a roer-lhe os ossos.

Infelizmente não, só a ditadura lhe tem dado apoio.

Todos os governos republicanos o fizeram, à excepção, talvez, de um ou dois quanto muito.

Esse poder só baqueará quando os ferroviários, as primeiras vítimas, o compreenderem. É neles que reside a principal força. Conjuguem-na e a empresa mais reaccionária do País verá dia-a-dia abater o seu predomínio...

Miguel Correia havia-nos enviado para bordo um caixote com umas lembranças. Trouxe-o um preto, um miserável preto, roto, esfomeado.

Começou ali a minha análise directa à vida da raça negra.

Esse homem, mais farrapo humano de que gente, ao transportar o referido caixote para junto das nossas malas, reparou num pouco de pão que estava sobre a mesa. A sua vista não se desviou mais. Ficou como que hipnotizado. Os seus olhos brilhavam. A sua boca parecia contorcer-se no desejo feroz de rasgar aquela presa. Se ali não estivéssemos ter-se-ia certamente apoderado da mísera còdea.

Notámos o facto e demos-lhe o pão. Nada nos disse. Nem um monossílabo pronunciou. Com uma das mãos esfrangalhou-o, meteu um pedaço à boca, a parte restante guardou-a sofregamente debaixo de uma espécie de casaco que trazia vestido.

Já em cima, olhou desconfiado para um e outro lado, não fosse alguém privá-lo de saborear tão inesperado manjar.

Olhei esse pobre preto infinitamente condoído, pensando na grande injustiça que ele revelava. E tive a impressão que ele nem sequer sentia o grau do seu infortúnio, da sua tremenda infelicidade!

Cabo Verde é uma das colónias onde a miséria é maior. As terríveis crises agrícolas provocadas pelas grandes secas, o atraso geral em que se encontra a sua população africana, o estado primitivo de quase todas as fontes de receitas, que fazem dos restantes pontos mercados progressivos, tudo isso concorre de uma forma extraordinária para a desgraçada situação de que extractámos aquele exemplo.

Partimos dali à noite do mesmo dia.

Agora, temos pela frente uma rota de 8 dias sem paragem. Só céu e água.

A 25, avistámos a Serra Leoa. Estava trovejando e tudo indicava aproximar-se temporal. Foi interessante então observar o movimento da tripulação. Os toldos que cobrem certas parte do navio, como seja a proa, são retirados com rapidez extraordinária. As portas dos poços quer da proa ou da ré, imediatamente fechadas. Tomam-se ainda outras precauções com uma destreza admirável. O tempo amainou.

No dia seguinte, vê-se ao longe o farol do Cabo de Palma — colónia francesa.

Dia 30 de manhã chove torrencialmente e vislumbra-se já a ilha do Príncipe. Quando entrámos na baía, o calor era sufocante, um ténue nevoeiro envolvia o arvoredo. Entre este, há cacau, ananás e coco. A ilha dizem ser linda.

Ao longe fica a ilha Jerónimo Carneiro e à esquerda a ilha Pedra da Galé. Mais longe uma ilhota.

Durante a nossa estada ali, foi lançado à água um forte anzol que horas depois rasgava a boca de um atrevido cetáceo que pretendia bater-se com a respectiva isca. Era enorme.

O seu aparecimento despertou certa curiosidade entre os passageiros e serviu de pretexto à maior animação.

O bicharoco, que pesava imenso, não pôde ser içado às primeiras, chicoteava com o rabo, oferecia toda a resistência possível, impossibilitando a sua ascensão.

Foi necessário que um preto armado de uma grande faca o rasgasse de alto a baixo, de onde o sangue jorrava aos borbotões e o fígado apareceu-nos enorme, mas, mesmo assim, só ao fim de muito tempo ele sucumbia aos estragos que lhe foram feitos. Media quase três metros de comprimento e só um guindaste conseguiu içá-lo. Foi vendido ou oferecido em S. Tomé para ser aproveitado para os indígenas, segundo nos disseram.

Deixámos o Príncipe às 21 horas.

O mar estava de uma serenidade encantadora. Deu-nos a impressão que navegávamos sobre um largo tapete azulado, matizado de pontos brancos e doirados, estendido ao longo das águas quase transparentes e brilhantes do sol.



Haviam permitido que não fôssemos fechados mais nenhuma vez. Os passageiros, mais serenos, com a nossa presença, começavam por se habituar ao nosso convívio e perguntavam muito admirados se éramos nós os homens terríveis, que diziam ser necessário resguardar devidamente.

Por entretenimento havia-se feito um jornal à pena que saiu alguns dias e onde se comentava, com ironia, certas coisas passadas a bordo, havendo uma secção a sério que tratava da nossa situação como deportados e da situação política. Por aí, começou toda a gente a ver quem eram os grandes «criminosos» que ali se- guiam e a confraternizar com eles.

Alguns deportados impuseram-se de tal maneira que escreviam as suas cartas na sala da 1.<sup>a</sup> classe. Outros deambulavam por todo o navio em conversa amena com os restantes passageiros.

Mas, nunca consentiram que fôssemos a terra e por isso contentávamo-nos em ver de longe as ilhas que fomos tocando.

S. Tomé à vista. 1.<sup>o</sup> de Dezembro. São 5 horas da manhã. O «Niassa» fundeia ao mesmo tempo. O calor apertava, o que não era de admirar pois estávamos na linha do Equador. Estava a bandeira içada na fortaleza, era dia feriado. Ficou ali o tenente Piçarra. Partimos à noite.

De S. Tomé a Cabinda levámos dia e meio de viagem. No dia 2, à noitinha, um forte pé de vento inclina o navio extraordinariamente para estibordo. Há susto entre muitos passageiros. O comandante e o imediato que estavam jantando tiraram a tomar os seus postos, mas o mal já havia passado e não oferecia perigo algum.

Nessa altura passaram-nos da casa da bagagem para outro cubículo pouco melhor, a que davam o nome de 3.<sup>a</sup> Classe Suplementar.

Na manhã do dia 3, chegámos a Cabinda.

È considerada uma das terras africanas mais civilizadas. O preto apresenta-se já com outro aspecto, mais bem trajado, é negociante, proprietário, agricultor e de facto tem um pouco mais de instrução. A sua chamada civilização leva-o, porém, a explorar outros pretos que

vivem em situação da maior pobreza. São conhecidos os «cabindas» como fortes remadores, os quais encontramos como tripulantes dos barcos que fazem serviço em diferentes portos de Angola. A sua resistência física é também apreciada, não sendo raro vê-los em serviços especializados como criados de bordo ou cozinheiros.

De manhã assistimos a esta cena que bastante nos impressionou.

Algemados de pés e mãos e ligados um ao outro entram dois pretos os quais foram colocados a um canto sob o maior desprezo. Um é velho, bastante velho já, pela barba grisalha que apresenta, o outro muito novo. Qualquer deles de aspecto miserável, quase nus, aparvalhados, enigmáticos, não eram capazes de fazer-se entender, visto o seu dialecto não ser compreendido pelos restantes indígenas que seguiam viagem. Vinham muito do interior, seriam até oriundos da colónia francesa.

Pelo que disseram e se depreendeu o mais novo teria assassinado sua mulher, depois de se envolverem os dois em desordem. O outro era acusado de ter envenenado um casal — mulher e marido — que veio a morrer. Ele e a mulher atingido pelo mesmo envenenamento salvaram-se, o que lhe dava margem a dizer que não tinha sido ele o envenenador.

Seguiam o caminho do degredo para Moçâmedes. Autênticos desgraçados, dos que nascem, vivem e morrem, sempre imbecis, sempre animais, sem um clarão de luz a rasgar os seus obscuros cérebros. Profundamente desgraçados!

Saindo na manhã do dia 4 de Cabinda, chegámos a Santo António do Zaire às 10 horas, partindo deste porto às 17 horas, para se atingir Ambriz pelas 6 horas de 5. Pouco demora ali tivemos pois chegámos a Luanda no mesmo dia pelas 14 horas.

Recebemos ordem de não desembarcar. Nós, que ainda não sabíamos o destino que nos dariam, esperámos a bordo que o oficial encarregado desse serviço nos informasse. Assim foi. A excepção de dois — o César Timóteo, estudante e o Sebastião dos Santos, barbeiro, que, devido à intervenção do médico de bordo ficaram na capital de Angola, baixando ao hospital, os restantes

receberam bilhetes para Novo Redondo, segundo porto a seguir a Luanda.

Ficámos por consequência impossibilitados de ir a terra.

A nossa vista ávida de observar os hábitos africanos, algo conhecidos pelos livros, o seu movimento social, seus edifícios e demais assuntos que interessam a quem gosta de apreciar as manifestações de progresso dos habitantes de qualquer ponto, o nosso espírito ansioso de contemplar o que de artístico, elevado e sentimental caracteriza determinada terra, teve apenas o «prazer» de observar, de longe, a fortaleza de S. Miguel, os caminhos de ferro e parte da cidade alta...

Só saímos de Luanda em 6 às 18.30, por o «Pedro Gomes» ter metido carvão.

Perto das 8 horas de 7 chegámos a Porto Amboim, saindo às 10 horas para fundearmos finalmente às 13 horas, desse dia em Novo Redondo. Ao todo 22 dias de viagem.

Vinte e dois dias de tortura, de enfastiamento. Mas nenhum deportado enjoou!

Desembarcámos em Novo Redondo em baleeiras da Alfândega que fizeram o trajecto em 1.30 horas, visto o barco ficar muito ao largo, devido ao assoreamento do porto. O pontão de desembarque estava num péssimo estado e sem as condições devidas. Já não é a primeira vez, quando a caleima é mais forte, que a escada parte pelo meio. Outras vezes são os passageiros içados pelo guindaste para dentro de um grande cesto de verga, como uma das vezes me sucedeu quando fui a bordo de um barco.

Chegámos às 16.20. Respirámos. Ao menos dessem-nos o direito de pisar terra.



#### CAPITULO IV

### ÁFRICA, TERRA DE LENDAS, DE FEBRES E DE ILUSÕES

Novo Redondo é sede de distrito, residindo portanto ali o respectivo governador.

Tem a Secretaria Militar, a Repartição de Fazenda e vário comércio, entre algumas casas de nome, como Marques Seixas & C.<sup>a</sup>, Lda., A Mercantil, Lda., Mário Cunha & C.<sup>a</sup> — e que gozavam de fama de grande capital. Actualmente, porém, o seu prestígio não é tão grande, devido à situação financeira da província e crise geral que se observa por motivos que muitos não querem aceitar e que se resumem no interesse individualista em que a sociedade assenta.

Tem iluminação eléctrica e dois hotéis modestos num dos quais estivemos hospedados por ordem da Secretaria Militar até ao dia 9, data em que seguimos para Vila Nova de Seles, interior do distrito de Cuanza Sul.

Sob o ponto de vista de salubridade não pode comparar-se o Novo Redondo de hoje, com o que foi ainda não há uns quinze anos atrás. Mesmo assim ainda comporta muito mosquito, devido em grande parte ao Rio Cabongo que ali passa.

Em tempos cognominaram-no de cemitério dos brancos, por ser um dos pontos de pior clima da província de Angola. Hoje, conquanto não seja especialidade alguma, tem já grande diferença.

Toda a sua vida comercial é exercida na parte principal da vila que fica situada numa baixa e daí a sua pior situação de higiene e salubridade.

Na emergência em que me achava, quando tinha a consciência de que a deportação que me atingia era

consequência da actividade que havia desenvolvido durante tantos anos em defesa do proletariado organizado do país, o proporcionarem-me ver determinados pontos de Angola à parte os transtornos de ordem moral e económica que isso me havia originado e a situação da família, era até certo ponto, motivo para aquisição de um canhenho de estudo e de análise, construído directamente, no próprio meio, de tanta e tanta maneira descrito e apreciado.

Nessa altura ainda eu não tinha passado os momentos de dificuldades, de sacrifício e de amargura que adiante verão.

Se não fora até o facto de nunca supor estar tanto tempo nestas condições, pois tudo indicava que a ditadura se não aguentaria muito tempo, se um sem número de factores não tivessem concorrido aos equilíbrios a que temos assistido, eu teria colhido desde o primeiro dia elementos desenvolvidos e completos sobre tudo quanto vi e observei durante este longo período de tempo.

Assim, conquanto possua muitos apontamentos, grande parte deste livro, como se verificará, é feito de memória, revelando no entanto os momentos de emoção que sentia nas muitas e variadas fases que rodearam a minha peregrinação através de Angola, e mais tarde dos Açores e Madeira.

Concretiza ainda este livro pontos de vista que não agradarão a muitos porque não atingiram ainda, como seria de esperar atendendo à cultura de alguns, aquele sentimento de justiça que deve ser apanágio de homens de estudo e de sentimento.

Não se trata de um livro de reportagem. Quando muito são impressões colhidas ao natural e perante elas considerações julgadas oportunas para o debelamento dos efeitos perniciosos e causas remotas. São ideias expostas com todo o desassombro ante os maquiavélicos planos de especulação nacionalista que se pretende exercer sobre todos que, com resignação aceitam tais desígnios. Isto, de uma forma geral. Mas, sobre o que eu vi em África, no interior de África, se me não estareceu, causou-me por vezes certa admiração.

Vida completamente diferente da nossa, ambiente, onde nos encontrávamos contrariados, meio egoísta, material, sem um vislumbre de espírito a pairar sobre aquela onda de ambição, quantas vezes afogada na mais triste desilusão.

Nós sabemos que o materialismo económico comporta um dos aspectos — o maior, mas não o único — da vida dos povos.

Mas esse materialismo no sentido largo e científico da palavra, envolve o estudo e até mesmo o desejo na resolução do problema político-social da humanidade, na satisfação às necessidades de todos os seres.

Esse materialismo que observei em África, nada tem que ver com o ponto em que se reconhece o direito de cada qual satisfazer essas necessidades sem prejudicar contudo as do semelhante, não é mais do que um egoísmo individual e desmedido, uma exploração que uma raça mais adiantada exerce sobre outra.

É por isso mesmo que as nações coloniais voltam os olhos para lá, na mira de poderem salvar-se das situações difíceis que atravessam. E, porque, enquanto a raça negra continuar no estado de atraso em que sistematicamente a têm mantido, a sua submissão far-se-á com relativa facilidade, sem protestos.

África deve revestir pois no futuro um dos aspectos mais interessantes do problema político-económico, quando as nações julgarem poder, como já procuram fazê-lo, por seu intermédio ressarcir-se das desorganizações económicas das respectivas metrópoles ou quando novos métodos sociais surgirem no sentido de modificar o velho sistema da sociedade e se dar à raça negra o direito incontestável de viver e não de vegetar.

Grande problema este sem dúvida, e mais atenuado ele estaria se através das centenas de anos de predomínio, de facto se tivesse pensado a sério na civilização...

Mas temos África ainda sob o ponto de vista comercial e agrícola, porque não dizê-lo? Grandes esforços físicos têm sido feitos, sempre aliás num sentido errado e na mira de enriquecimento rápido e individual.

África, de ilusões, de febres e de injustiças!

The economic situation in the country is...  
 ...the government has been...  
 ...the people have been...  
 ...the situation is...  
 ...the government has been...  
 ...the people have been...  
 ...the situation is...  
 ...the government has been...  
 ...the people have been...  
 ...the situation is...



## CAPÍTULO V

### A CAMINHO DE VILA NOVA DE SELES

Às 7.15 horas do dia 9 vêm ao hotel buscar-nos numa camioneta.

Sente-se, já àquela hora, o ar sufocante do calor do litoral.

O nosso espírito vai enfim embrenhar-se nessas terras de sacrifício, de dor e de desgraça.

Sacrifício, para os que, na doce miragem do dinheiro, atravessam por vezes as piores situações e por lá morrem ignorados!

De dor, para os que a doença persegue constantemente fazendo-os regressar à terra, para não terem igual destino!

De desgraça, para a pobre gente preta por todos desprezada e para todos trabalhando!

O caminho de Novo Redondo a Seles é muito acidentado. Há inúmeros pontões e sob alguns deles passa água mais ou menos potável.

Logo à saída de Novo Redondo há quilómetros e quilómetros de terra deserta que a estrada corta para o interior.

Um dia, numa das minhas viagens a Nova Redondo a fim de conseguir saber a bordo de um barco quaisquer notícias directas do que se ia passando na Metrópole, notei que junto da mata que circunda a estrada estava qualquer vulto que não parecia peça de caça, muito vulgar naqueles sítios.

Afirmámo-nos eu mais o motorista da camioneta — a quem chamei a atenção — e já quase próximo,

verificámos tratar-se de uma petiza, de uns 13 a 15 anos apenas, seios erectos, corpo delicado, olhos brilhantes e afogueados, uma pequenita tanga cobrindo-lhe parte do corpo, que ao pressentir-nos, se esgueira, com destreza de animal habituado ao mato, por entre os espinhos do matagal, numa rapidez extraordinária. Ziguezagueando aqui e ali, conforme o recorte da floresta, lá ia ela numa corrida louca, que para nós não tinha explicação. Mais tarde, soubemos tratar-se de uma pobre doida que anda pelas roças inutilizando pés de cafezeiro e que sem tino ali foi parar certamente.

A mata enorme, que há em vários pontos do caminho, de uma altura extraordinária, entretoçando-se de um lado a outro, fez-nos lembrar certos pontos de Portugal distante, que uma agradável aragem ia avivando na nossa memória, aragem que vai intensificando à medida que vamos subindo o morro de Dinguir, percurso de 8 quilómetros de uma grande inclinação, mau para os carros, tendo havia já exemplos de alguns despenhamentos.

Na nossa frente iam surgindo aves de todos os tamanhos e variados contornos, algumas enormes, lindas perdizes acastanhadas ou como as que já conhecíamos pintalgadas de pontos brancos sobre as penas multicolores.

Caça da mais variada também e como que vivendo em zonas pré-estabelecidas.

A uns 30 quilómetros de Novo Redondo existem palancas, mais acima e no ponto chamado «o canto-neiro», onde vive o pessoal trabalhador da estrada, há pacaças, como na chamada baixa do Dinguir existem além destas leões, o que algumas pessoas contestam.

Neste ponto, mais ou menos, há uma árvore que, na altura própria, contém mais de 100 ninhos.

Por todo o caminho se encontram corças, veados, lebres, etc.

## CAPÍTULO VI

### VILA NOVA DE SELES

Vila Nova de Seles é uma pequena vila, sede de circunscrição.

Terá umas 30 casas no máximo, incluindo os edifícios do Estado.

Fica situada a oitenta quilómetros de Novo Redondo e a 1050 metros de altitude, rodeada de morros que dão a impressão de uma grande muralha à sua volta, como qualquer praça forte. Entre esses morros, há um o «Capiro» que afirmam ninguém ter ainda conseguido subir até ao seu cume.

Da vila, avistam-se algumas libatas, conjunto de cubatas — moradia de pretos — e onde reside também o respectivo soba, como a do «Lengue» que é uma das maiores. Também se vêem várias sanzalas, entre elas a dos cipaiois, polícia indígena.

O seu clima, não sendo dos melhores, é contudo dos considerados benévolos. A água é regular.

A circunscrição tem, além do posto sede, mais quatro postos. O da Conda ao norte, fica a 36 quilómetros de distância, o da Botera ao sul, a 40 quilómetros, o da Amboiva e Cassongue a este, a 50 e 120 quilómetros respectivamente.

A principal missão da circunscrição, que teve a sua origem, para descongestionarem a de Novo Redondo, é a cobrança do imposto ao preto — no tempo 104 angolares por ano.

Além desta, há as demais cobranças, como as relativas ao movimento comercial, licenças, registos, reconhecimentos, etc.

Seles é uma das regiões de África que ainda não há uns 15 anos esteve em estado de rebelião.

Há até quem afirme que a revolta de 1917 — a revolta de um povo ou de uma raça é sempre baseada, mesmo inconscientemente, na situação de inferioridade e exploração que é vítima — que custou a vida a muitos brancos e que, esmagada, originou uma violenta repressão sobre os pretos, foi provocada pela falta de escrúpulos de muita gente encarregada da cobrança do imposto. Outros, porém, contam a questão de outra forma.

O que não sofre contestação é que, através das idades de todos os povos, a história nos elucida sobre as causas de todos os seus movimentos, patenteando-nos as flagrantes arbitrariedades e extorsões que estavam sendo cometidas. E a história de África está recheada desses abomináveis actos.

A região de Seles está ainda atrasada, com tendência porém a desenvolver-se, especialmente em agricultura, visto ser uma das regiões de onde o café é mais apreciado, se bem que devemos ter em atenção a decadência deste artigo nos últimos tempos. Nós, porém, não estamos a conduzir o nosso raciocínio dentro do interesse e espírito capitalista e sim no sentido do progresso em benefício da colectividade. Ora Seles, reconhecido como está de ser uma das melhores regiões agrícolas, será amanhã aproveitada, quando se tenha em conta as necessidades a satisfazer e não apenas os interesses...

Movimento comercial tem pouco, podendo-se citar as casas existentes: Marques & Figueiredo, António Pinto, António Botelho e um hotel, que ao tempo era de Manuel José Guerreiro.

Este comércio, é auxiliado por alguns camiões que fazem carreiras com cargas dentro da área da circunscrição e até mesmo para muito mais longe — Amboim-Bailundo-Huambo —, sendo mais destinada a Novo Redondo, para embarque.

Os seus fenómenos meteorológicos são, como em toda a África, muito interessantes.

Por vezes, um vento agreste do Sul, que traz em companhia uma forte trovoadas é, seguido de um calor formidável, não se sentindo sequer a mais pequena ara-

gem — no tempo das chamadas altas temperaturas é que isto se dá e que nós poderíamos classificar por um misto de Inverno e Verão mas no sentido mais rigoroso de qualquer dessas estações. Isto, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março.

Depois, segue-se a transição para o cacimbo, que se acentua de Junho a Agosto. Essa transição poderíamos nós classificar de Primavera. O cacimbo ataca especialmente os pontos onde há mais floresta, havendo dias que não se descortina uma pessoa à distância de 15 a 20 metros.

O período que vai do cacimbo às altas temperaturas — o das pequenas chuvas — Novembro e Dezembro, poderíamos nós de classificar, forçando a nota, de Outono.

Entre outros os seguintes registos curiosos:

Num certo ponto faz Sol, por exemplo, a estrada é banhada até uma certa altura por esse astro, mais adiante e numa extensão grande fica mergulhada em sombra e mais adiante ainda, de novo o Sol a atingir. Poder-se-á dar ainda o caso de noutro ponto em redor, chover.

Dirão que na nossa província se observa isto também. Mas não com tanta frequência como lá.

No tempo das grandes chuvas há fortes correntes atmosféricas, ventanias formidáveis mas passageiras, bátegas de chuva acoissadas pelos ventos que às vezes se entrechocam, atirando-a de encontro às casas impetuosamente. As trovoadas são violentas e, no período próprio, todos os dias.

\*  
\* \* \*

No cemitério da Vila de Seles ficou enterrado o deportado político, Joaquim Represas — marinheiro n.º 4863, falecido em 24 de Junho de 1927.

Foi pois nesta vila que permaneci, na situação de deportado, dois anos!



## CAPITULO VII

### O ALOJAMENTO E SITUAÇÃO DOS DEPORTADOS

À frente da circunscrição civil de Seles, encontrava-se o administrador, sr. Luís Rebelo da Silva, espírito republicano, mas muito conservador, proporcionou-nos sempre o que pôde no sentido do nosso alojamento e demais comodidades. As condições, porém, do meio eram reduzidíssimas e só à última hora é que comunicaram da ida de 21 deportados para lá.

Não estavam ao serviço naquela data — 9 de Dezembro de 1927 — o administrador nem o secretário. O aspirante, o sr. José Oliveira Leitão, dividiu-nos da seguinte forma:

Dez ficaram no posto sede. Foram eles.

Alberto Encarnação  
Armando Ferreira  
Armando Marques Pereira  
Alfredo Marques Pereira  
Raul Marques Pereira  
Domingos Lopes Bibi  
Porfírio Augusto Fragoso  
Manuel Henriques Rijo  
Joaquim Vicente Coelho  
Mário Castelhana

Já lá se encontravam mais deportados enviados quando do movimento de Fevereiro. Alguns marinheiros e o sargento-ajudante Herculano Rocha.

Para o posto da Conda:

José dos Santos  
António da Silva  
Sérgio  
António de Melo  
Manuel Sinaleiro  
Manuel Abreu e Silva

Para o posto de Amboiva:

Francisco Brás  
Mário de Matos  
Teófilo Antunes  
José Júlio Ferreira

Em qualquer destes postos havia também deportados marinheiros.

Aos que ficaram na sede alojou-os numa casa que havia sido construída para enfermaria, visto ser ali a sede da Delegação de Saúde, mas que ainda estava devoluta.

Era um enorme casarão de 15 metros de comprimento por 6 de largura, coberto a telha de marselha, servido por duas portas centrais, uma de cada lado e ventilado por seis janelas laterais, três viradas ao norte e três ao sul, com persianas adoptadas em construções para o mesmo fim. Tinha também um pequeno cubículo destinado ao enfermeiro.

Foi-nos dito que, provisoriamente, éramos ali colocados, provisório que, com o tempo, se tornou definitivo.

À excepção de um deportado que quis ficar hospedado no hotel, instalámo-nos nove ali. Foram-nos fornecidas camas e respectivas roupas, utensílios de cozinhas, etc., com o que constituímos uma «mess».

Em pior situação ficaram os deportados que seguiram para Conda e Amboiva. Os da Conda visitei-os eu várias vezes e verifiquei o seu triste alojamento. Num velho barracão, por onde as frestas deixavam entrar o ar traiçoeiro, quatro estacas de madeira e uma tábua a servir de cama, onde deitavam o colchão, o chão com-



pletamente esburacado, num aspecto de barraca desconjuntada e imprópria para comportar gente.

Tudo isso porque não foram requisitados na devida altura, por negligência do respectivo chefe do posto ou por qualquer outro motivo, o que era necessário a uma melhor instalação e porque se pegaram em meia dúzia de homens como se fossem animais domésticos e se atiraram para pontos onde não existiam condições algumas de higiene e comodidade.

Mais tarde, quando insistentemente se reclamava o que era indispensável, defendiam-se com a falta da respectiva verba, a qual havia sido esgotada por insuficiente, e que nunca mais foi reforçada.

Com os que foram para Amboiva sucedeu o mesmo e, assim, foram vários atingidos não só com febres fortíssimas, que os não largavam, como com outras doenças provenientes de resfriamentos, correntes de ar, etc., que iam agravar o seu estado combalido ou desenvolver sintomas em incubação pelos sofrimentos passados anteriormente.

Tal foi a situação dos deportados que foram colocados nos Postos.

Os que estavam na sede ficaram um pouco melhor, conquanto aquela situação não fosse de forma alguma consentânea com o título de deportado político.

Assim, nesse casarão, eu passei horas bem amarguradas.

Além de impertinentes febres que nunca me deixavam, devido especialmente ao padecimento intestinal de que sofria, as quais me levaram algumas vezes à cama — a primeira onze dias, a segunda oito e outras quatro e três; lancetamento de um pé e outras equimoses devido ao enfraquecimento do sangue, que dia-a-dia se vai realizando, ali senti algumas das grandes emoções da minha deportação.

Cartas de desesperança, tentativas falhadas na luta pela liberdade, perseguições, violências e torturas cometidas contra presos — nomeadamente trabalhadores — toda a série de insultos que a horda reaccionária do país entendia por bem dirigir contra os que abnegadamente ofereciam a vida em holocausto à tirania de todos os tempos, todo o meu espírito sofria, sem ao menos

poder lutar ao lado dos que se batiam ou caíam para sempre, escrevendo com o seu sangue páginas bem dolorosas do interregno ditatorial.

Depois, eram as remessas de mais deportados que se faziam ininterruptamente, por desconfiança, por vingança, ou como resultantes de qualquer movimento perdido.

Foi assim que em Agosto de 1928, eram enviados para Seles diversos sargentos acusados de terem tomado parte no movimento de Julho.

Mas, o que mais me feria o coração, era o ataque sistemático à organização operária.

Depois da completa destruição da sede da Confederação Geral do Trabalho, de outros organismos e da redacção do jornal **A Batalha**, que série de atentados se não fizeram aos vários sindicatos?!

O seu encerramento, a prisão dos seus militantes, a deportação de alguns, foram uma das principais preocupações dos ditadores e dos seus acólitos.

Julgavam assim destruir a organização operária portuguesa!

Como se o espírito, a consciência, de alguns milhares de trabalhadores pudesse desaparecer ante o desejo de meia dúzia de militarões!

Abra-se no entanto um parêntesis para honestamente afirmarmos que se não fora a reduzida mentalidade social da massa trabalhadora da província, ainda em muita parte entregue aos conselhos do padre, a ditadura não teria visto um relativo sossego, onde a fome invadiu tanto lar e onde se morreu e morre de tuberculose e de inanição.

Fosse outra essa mentalidade — não se tivesse tanto tempo descuidado a organização operária — e a ditadura teria de enfrentar um problema económico e social que se resolve pela resignação, pela dor e pela desgraça dos que por ela são atingidos!

E se outra mentalidade existisse, repetimos, não teria a ditadura a facilidade que teve de movimentar soldados como se fossem quaisquer autómatos. Reflectir-se-ia neles o conhecimento da causa de tanto mal desenvolvido.

As horas decorriam numa lentidão irritante e quantas noites, ao lado de outros companheiros, eu percorri lés a lés aquele enorme casarão, dezenas, centenas de vezes, pensando em tudo e no que é preciso ainda lutar para que o proletariado conquiste o lugar que lhe compete e, com ele, a humanidade se torne feliz.

Os deportados constituíram uma «mess». Construíram uma cozinha, forno e despensa, o adobo, e ali, viveram muito tempo em comum.

Dois pretos — um cozinheiro e um criado — serviram-nos sempre desde o princípio ao fim — dois anos.

Eu, que fui o último dos dez a sair de Vila Nova de Seles — em Dezembro de 1929 — passei os últimos tempos naquele casarão, tendo por companheiros apenas os dois pretos, umas quarenta galinhas, uns oito coelhos e um macaco.

E o que tem certa graça é que a criação já me conhecia ao longe. Abrindo-se-lhe as capoeiras, ela aí vinha cacarejando colocar-se à minha frente, mirando-me, remirando-me, como se dissesse: vê lá se te despachas com esse milho! E é que eu tinha de despachar-me, senão arvoravam-se em cortejo atrás de mim, e não me largavam. O macaco esse cabriolava, dançava, saltava, guinchava num nervosismo irresistível por uma banana.

A situação económica em que de entrada nos colocaram, não pode dizer-se que fosse insuficiente, se tivéssemos em conta só a nossa situação, e naquelas instalações, esquecendo a da família. Como, porém, todos a possuíam e dela tinham de se lembrar, os deportados, desde o primeiro momento, que começaram reclamando uma situação consentânea com a sua condição e até mesmo de maneira a auxiliarem quem, na Metrópole, havia ficado em sérias condições financeiras, devido à retirada forçada dos reclamantes.

Coisa alguma se conseguiu, mas nunca se deixou de insistir no assunto.

Conquanto os deportados defendessem o princípio de um subsídio único para todos, mas como não podiam conseguir ver em execução tal critério, dentre muitas exposições enviadas e em várias datas, transcrevo a que segue, feita logo em Dezembro de 1927:

Exmo. Snr. Governador do Distrito do Cuanza  
Sul — Novo Redondo

«Os abaixo assinados, deportados políticos com residência fixada em Vila Nova de Seles, vêm perante V. expor o seguinte:

Atendendo a que a vida de deportado é, por mil e variadas circunstâncias, especial sob muitos aspectos, desde a insuficiência de meios para, num clima tropical, poder preservar-se a saúde convenientemente, até à difficilissima situação em que a respectiva família ficara na metrópole e, como os indivíduos em questão, se vêem nessas condições, não correspondendo o subsídio que lhes é dado, a essas necessidades restritas e indispensáveis, pedem os referidos deportados a atenção de V. para o que segue:

Na circular do Alto Comissário — Instruções para a recepção, desembarque e instalação dos presos políticos em Angola, de 11 de Março de 1927, em seu número 9, diz: “Segundo instruções recebidas do Governo da Metrópole, o Estado abona a alimentação dos presos políticos à razão de 800\$00 por mês aos oficiais; 600\$00 aos sargentos e equiparados da classe civil e 12\$00 diários às praças armadas, policiais e civis equiparados.”

Sucedede que, dentro desta determinação, aos civis lhes foram abonados 600\$00 mensais, ou seja a equiparação a sargentos. Mais tarde, foram elevados a 800\$00 mensais os abonos dos sargentos, tendo os dos oficiais atingido cifra mais elevada e a 600\$00 os das praças de armada, exército e polícia.

Ora, dentro da lógica e do critério das citadas “Instruções”, aos civis deveria ser-lhes elevado a 800\$00 também essa mensalidade, ficando assim em igualdade de circunstâncias aos sargentos. E foi essa a interpretação que muitos pontos deram à circular ou telegrama enviado neste sentido às partes interessadas.

Sucedede, porém, que aos deportados que aqui se encontram apenas lhes são abonados 600\$00 mensais, importância insuficiente pelos motivos atrás expostos.

Acresce ainda a circunstância de, quer os oficiais, como sargentos e até as próprias praças terem na Metrópole 50 por cento dos seus vencimentos, o que vem

tornar esta pretensão ainda mais justa, visto que os interessados se encontram, bem como suas famílias, sujeitos apenas ao subsídio que lhes é concedido em África.

Da mesma maneira, os deportados que se encontram em Seles, esperam a concessão da importância que tem sido dada aos indivíduos nestas condições e vindos anteriormente para Angola, com o fim de adquirirem o vestuário apropriado ao clima, o que não poderão fazer, caso não lhes seja concedida a respectiva importância.»

Seguem as assinaturas.

Reforçando a exposição foi transmitido pela Administração um telegrama ao referido Governador que, por sua vez enviou tudo para Luanda.

À excepção da importância abonada uma só vez para o vestuário, quantia que, anteriormente, era concedida de seis em seis meses, sobre o restante teor da exposição, coisa alguma se obteve. Pelo contrário, a situação dos deportados começa a ser apertada, retirando-se-lhes o auxílio para utensílios e roupa e até mesmo o alojamento, para em Fevereiro de 1929 lhes baixarem os subsídios para 400\$00 mensais.

Começa aqui a sua grande tragédia económica.

Em tudo se tem de reduzir, desde o tabaco à alimentação.

Quem escreve estas linhas adoptou muito tempo a seguinte fórmula:

*Mata-bicho* — Banana (por ironia chamávamos-lhe a «cura pela banana»).

*Almoço* — Pão e um prato, não muito vantajoso e água.

*Jantar* — Pão e um prato, não muito vantajoso e água.

Não há aqui exagero de espécie alguma. Houve mais deportados que compartilharam dessa situação.

Para os 400\$00 poderem comportar as despesas mensais, havia de proceder-se assim, pois caso contrário faltaria o sabão, a lavadeira, a pasta de dentes e mais artigos indispensáveis à higiene, especialmente em África.

Os mais fracos ressentiam-se extraordinariamente com o facto, o sangue enfraquecia-se-lhes, o paludismo tomava conta deles.

Mas, o quê? Não era necessário equilibrar as finanças do País? O melhor processo seria principiar por aqueles que não deixavam mestre Salazar engendrar com sossego o enriquecimento do Estado pela tuberculização do povo.

E os deportados, os desgraçados deportados, passaram-nas bonitas nessa altura.

É isto o que desconhece muita gente e muito jornalista, que envergonhou a sua pena na defesa monstruosa de uma situação que fez milhares de vítimas, que esmagou miseravelmente as mais pequenas liberdades e reduziu uma população de alguns milhões de entes à mais precária das conjunturas, não sentiu ainda! Então é que saberiam o que se sofre por ter ideais e deles não abdicar, nem mesmo perante o desterro, a fome, o esquecimento e a doença.

Então quebrariam, se fossem honestos, as suas penas, ou maldiriam esses momentos de infeliz inspiração.

E porque não há argumento, não há princípio, não há doutrina que possa justificar-se quando a maioria de um povo lhe é imolada.

Se os Estados, de uma forma geral e através de todos os tempos foram sempre a melhor maneira de esmagar os direitos políticos e económicos dos povos, as ditaduras são a última expressão de tirania organizada.

Ninguém hoje contesta que a engrenagem capitalista faliu. Os mais optimistas, se não vão tão longe, dizem no entanto que ela necessita ser remodelada, no sentido de uma melhor distribuição da riqueza.

Como se compreende então que para tal acto se aliem as bases do mesmo capitalismo por intermédio de Estado opressor? Só por escárneo!

Pretende-se que o capitalismo volte ao seu primitivo estado e não se repara que ele será vítima da sua desmedida movimentação.

Daí as lutas, as revoluções, as mortes, as tragédias de toda a natureza a que temos assistido e que, em Portugal, nos últimos anos, redobraram de intensidade.

Daí as dolorosas misérias desses milhões de vítimas que não sabem do que morrem, porque o mal, só lentamente, quando não fulminantemente, lhes vai prejudicando os organismos.

É preciso que se afirme que nenhum governo ditatorial ou pseudo-democrata, é capaz de resolver o problema económico-social presente, por exactamente a sua solução comportar outros processos e meios de aplicação. As ditaduras são, porém, mais execráveis porque, além de nos reduzirem à expressão mais simples sobre o económico, nos sufocam sobre os restantes. Morre-se de fome e de asfixia simultaneamente.

O grande crime reside pois em não se deixar explicar com plena e inteira liberdade, que está cimentada de mártires, as grandes ideias de regeneração económico-político-moral-social que hão-de encaminhar os povos a um objectivo concreto e de positivos resultados.

E as ditaduras transportam precisamente os pontos de vista mais opostos a este 'desideratum'. Por isso elas são as mais odiosas, as mais vingativas, as mais falsas e que mais vítimas originam. Colocam-se então neste plano: depois de terem desenvolvido toda a espécie de opressão, dizem-se constantemente atacadas.

Os deportados — mormente os que durante anos estiveram nessa situação — sentiram bem duramente as consequências das suas atitudes. Alguns, muitos, por lá ficaram. Outros regressaram profundamente abalados e só os de uma compleição fortíssima se não ressentiram tanto.

Assim tem sido em todos os tempos. E assim continuará a sê-lo. Por isso mesmo é que as lutas não terminarão também, os cadáveres empilhar-se-ão e a humanidade seguirá a sua rota destruindo todas as ditaduras até atingir a emancipação.

Como guarda avançada do destacamento em marcha conta-se o proletariado revolucionário internacional.





## CAPITULO VIII

### OS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Além do administrador, de quem atrás faço referência e que procurou muitas vezes proporcionar-nos o que podia e estava na sua alçada, interessando-se junto das restantes entidades para que determinada reclamação fosse satisfeita, havia o secretário, sr. Norberto Lopes, considerado pela comércio local e pelos proprietários das camionetas como seu perseguidor, pelo rigoroso e por vezes talvez excessivo cumprimento da legislação. Mas, como para o comércio todo o rigor é pouco, algumas das suas possíveis exageradas atitudes sobre aquele, salvaguardando aqui questões que pudessem ser tratadas com maior serenidade e justiça, teriam caído no esquecimento, antes os actos de puro mercantilismo e exploração que quem negociava em África, de uma forma geral, exerce sobre brancos e pretos.

José Oliveira Leitão, aspirante, indiferente à ideologia de cada um dos deportados, era no entanto um amigo que estes sempre tiveram em Vila Nova de Seles.

Educado em África, pois havia seguido para lá em criança, o seu espírito vivia arredado dos grandes acontecimentos que agitam o Mundo e dão a cada mortal mais facilidade em estudar a causa dos fenómenos, assentar num dos pontos de vista em luta e entrar na grande batalha da vida.

Mas não. Amigo Leitão estava isolado de tudo. Enfronhava-se nos cartapácios legislativos da Província, pois queria fazer carreira, o resto não lhe interessava.

Mas, por simpatia ou por inclinação para ele mesmo

desconhecida, ou por qualquer aspecto sentimental, o nosso Leitão, através de tantos meses de estada em Seles, patenteou sempre as maiores provas de consideração para com os deportados, procurando ser-lhes prestável no que lhe fosse possível.

Um ano mais tarde, quando por motivos de ordem económica tive de mudar de região e arranjar a terceira colocação na região da Gabela, fui encontrá-lo já em chefe de posto do Quirimbo, satisfeito por ter conseguido aquela posição — era essa, pode dizer-se, a sua única preocupação — mas numa região doentia, numa baixa, onde até a mosca do sono existia para o martirizar.

Lá ficou e eu retirei-me daí a uns meses inesperadamente, por ordem do Quartel-General.

Não quero, porém deixar de, nestas linhas, registar o seu gesto como prova de um sentimento que não é fácil encontrar em África.

É possível até que, nesta agitação que se vai intensificando e já penetrou nas colónias, ele seja atirado para o lado da ordem, do sossego, da paz... como se vislumbrava já nos seus raciocínios longínquos.

Não importa. Uma coisa não destrói a outra, poderá é fazê-la esquecer mais depressa.

Por último o Tavira, que exercia as funções de oficial de diligências e que por vezes servia de nosso «cabeleireiro».

Joaquim António d'Oliveira era o professor da escola-oficina.

Todos os dias o visitava. Com ele conversava sobre assuntos vários — literatura, ensino, etc., mas a minha preocupação era sempre o estado de atraso do preto. Julgo que algumas vezes não chegávamos a acordo.

Dedicava-se ele à leitura, possuindo na sua biblioteca algumas obras de autores portugueses conhecidos e se a memória me não falha, colaborava nalguns jornais da Província.

Assisti algumas vezes, no intervalo das aulas, a exercícios ginásticos dos reduzidos alunos da escola ou a jogos desportivos entre os mesmos.

Várias vezes analisei os trabalhos da oficina de carpintaria, executado por aprendizes indígenas orientados

por mestre europeu e ali observei a tendência do preto para o trabalho manual. A propósito e até mesmo em concordância com o referido professor, quero salientar aqui a intuição artística do preto, revelada em trabalhos manuais em madeira, que voluntariamente executa, auxiliado por simples canivete, como seja uma variedade grande de manipanços, como figuras mais ou menos interessantes, e por vezes muito semelhantes de animais: leões, onças, corças, etc.

Joaquim António d'Oliveira devia ter regressado à Metrópole em princípios de 1930 e desconheço se voltou ou não à África.



## CAPITULO IX

### O COMÉRCIO LOCAL

A psicologia do comerciante é sempre especial. Para ser classificado de primeira classe é preciso ter passado por toda a escala, desde marçano ou empregado, até patrão.

É como um curso e não dos mais fáceis...

O tratamento com o freguês, para o comerciante, no convencimento da legitimidade da mercadoria em venda, honestidade de intenções que o animam, sua generosidade na obtenção de um lucro diminutíssimo — só para o sustento da casa — contracções fisionómicas indispensáveis na luta de argumentos estabelecidos, de modo a suggestionar o comprador, até sobre ele se conseguir uma nítida vitória, e o mais completa possível, não é assim coisa que se aprenda em duas semanas, por muita inclinação que o iniciado tenha para a profissão...

Isto, em qualquer parte do mundo, nuns países mais do que noutros, evidentemente.

Pois em África, esse curso, muito mais simples, só é aplicável no tratamento para com os brancos. E nem sempre. Quantas vezes por uma questão de hábito, julga-se estar lidando com pretos e o branco que se descuide, leva o artigo pelo preço quase do custo..., com um aumento de duzentos ou trezentos por cento.

O comerciante em África — julgo que haverá excepções — ultrapassa, em ambição, mas num grau in-

comparavelmente superior o seu colega da Metrópole.

Será talvez do meio e do clima até, pois o excessivo calor, levá-los-á a uma excitação febril cuja graduação se repercutirá no preço dos géneros à venda.

Connosco deram-se casos interessantíssimos que afirmam o que acima refiro.

Constituída a «mess» dos deportados, convencionou-se pedir listas de preços aos diferentes estabelecimentos locais, a fim de se adquirirem os géneros em porções maiores, melhor em todos os sentidos.

Recolhidas as listas, observou-se a conveniência de se dividir pelas diferentes casas comerciais a requisição mensal indispensável, visto a diferença de preços nos indicar a maneira de equilibrarmos o melhor possível o orçamento desde que as qualidades dos artigos se não diferenciasssem. Todos seriam beneficiados, pois se uns artigos eram mais em conta numa casa, outros o eram noutra.

Notámos, porém, que havia o interesse, entre as principais casas, de conseguirem a nossa clientela total, por tratar-se de uma importância mensal grande e então estabeleceu-se esta luta pela qual, logo de entrada, vimos com quem estávamos tratando.

— Os senhores deportados podiam gastar de cá.

— Mas nós temos este e aquele artigo mais barato, acolá.

— Mas, pelo conversar é que a gente se entende. Também lhes farei esse preço e até um pouquinho mais barato.

— Vamos a ver...

Na outra casa:

— Nós já temos quem nos forneça isto ou aquilo por preço mais barato do que o sr. vende.

— Sim?! Pois olhem, eu faço-lhes ainda mais em conta... Por tanto...

E assim, muitas e muitas vezes, nós conseguíamos adquirir certos géneros por preços muito inferiores aos que nos haviam pedido primitivamente.

É eloquente, e como demonstração de solidariedade entre eles, é então de uma fraternidade comovedora... Antes assim.

O comércio com o preto é ainda mais interessante...

Por exemplo, na permuta. Ante um saco de batatas, que é pesado, e quantas vezes com dois ou três quilos a menos, perguntam ao carregador:

— Quienge? — O que queres?

— Tomga — Sarja.

Mede-se o pano à braçada, o que dá sempre uma diferença a favor nas jardas a dar, segundo o preço que o comerciante faz ao artigo.

Nessas condições tem o comerciante a favor o seguinte:

— Preço reduzido porque valoriza a mercadoria;

— Vantagem no peso;

— Vantagem na medição do artigo que é dado em troca;

— Percentagem do referido artigo, que é medido segundo o preço que está marcado para venda.

Querem melhor? É uma bela permuta...

Outros exemplos:

O preto entra numa loja. Leva dinheiro e quer comprar. A maioria não sabe contar e muito menos o preço dos artigos.

O comerciante pergunta-lhe o que ele quer. Como por vezes o dinheiro que o preto leva não chega para a mercadoria pedida, aquele habituou-se a ver que dinheiro possui o freguês, a fim de não ter trabalho escusado.

Se fosse esse o intuito apenas, estava bem. Mas, se o comerciante — se me disserem que nem todos fazem isso, acredito — vê que o desgraçado leva, por exemplo, alguns escudos a mais do que a importância do preço do artigo, mas que desconhece esse preço, não tem escrúpulos em receber a quantia total.

Com a venda dos cobertores assiti eu algumas vezes a estas cenas, se bem que o acto seja realizado com certa destreza e dissimulação.

O preto chegava e era o portador de 35 angolares; os cobertores fortes vendiam-se a 30.

— Quienge? — Que queres?

— Cambriquite — Cobertor.

Ele mostrava o dinheiro. Está bem. E lá deixava tudo.

É claro que são capazes de negar tais explorações, mesmo porque os mais espertos, não faziam isso às claras.

Um dia, verberando eu esse procedimento, respondeu-me o sujeito com um descaramento inaudito:

Para o preto nunca há preço. Era franco.

Mas para menos é que eu nunca vi vender.

Outra vez, falando a alguém, também comerciante, sobre determinada cena a que havia assistido e manifestado a minha indignação, diz-me a criatura:

«Quem fez isso à sua vista é que foi burro. Essas coisas não se fazem à vista de ninguém.» Esse era mais hipócrita.

E assim se negocia em África, especialmente no interior.

Dirão que em qualquer lado o comércio faria o mesmo, se pudesse e se não houvesse concorrência. Não sucede, porém, assim porque ninguém também se deixa ir nas suas atitudes...

Pois exactamente por isso é que o caso se torna mais repugnante. A ignorância é assim aproveitada para o ludíbrio.

Não notei no comércio local nenhuma solidariedade entre si. Criticava-se mutuamente e a inveja caracterizava os mais fracos em capital.



## CAPÍTULO X

### ENTRETENIMENTOS

Não os havia. Passávamos a maior parte do tempo a ler e a escrever.

Eu, por exemplo, li dezenas de livros que me enviavam de vários lados e que o Dr. Matos Maia, de uma grande modéstia e a esposa, D.<sup>a</sup> Alda de Matos Maia, me emprestavam.

O doutor, dedicava-se muito aos estudos matemáticos em cuja solução de problemas applicava às vezes horas e horas, bem como na análise de fenómenos astronómicos que, em África, ainda mais curiosidade despertam aos entendidos.

Investigações anatómicas para o que sacrificava coelhos, porquitos da Índia, introduzindo-lhes determinadas injeções ou qualquer vírus e acompanhando o seguimento dos seus efeitos, tirando daí as necessárias deduções à sua influência no corpo humano, ou então estudando, num animal doente, os resultados dessas injeções, que o salvaria ou cuja acção se tornara já diminuta para o estado adiantado da enfermidade.

Numa macaca que teve e morreu tuberculosa, procurou ele apreciar certo tratamento adequado que lhe proporcionou.

Também dissertava sobre mecânica, para o que lia inúmeros livros e revistas, especialmente estrangeiras, que assinava.

Muitas vezes e ante qualquer trabalho de laboratório por ele executado, eu lhe dizia que melhor teria sido a sua carreira em engenheiro ou químico, do que

propriamente em médico, pois a sua propensão, parecia-nos haver sido desviada. E tínhamos quase a certeza que assim foi, conquanto em conhecimentos patenteasse tê-los dentro do seu mister.

Com ele me entretinha algum tempo, tendo até assistido a duas autópsias ali realizadas: a um branco e a um **mulato**.

O primeiro, pela rapidez com que foi fulminado por uma biliosa, devido ao desleixo do próprio, desprezando as contínuas febres, e não expurgando de si a bília, num organismo extremamente débil.

A vesícula biliar encontrava-se num tal estado, que acusava claramente a acumulação daquelas e dessa maneira a morte dentro de um período de tempo mais curto.

O segundo, por suposição de envenenamento, o que não se confirmou.

A esposa, senhora de certa cultura, de sensibilidade especial, conhecedora de algumas línguas, lia muito, não escolhendo porém autores, nem tendo educado o seu espírito, não sei se por esse facto se por qualquer outro, — julgo que por uma questão de educação apenas — a um objectivo literário, científico ou filosófico definido.

Enviava-me Tolstoi, Dostoievski, Henry Bordeaux, Maurice Dekobra, com as suas fantasiosas e inverosímeis histórias, Paul Bourget e tantos outros.

Com essa senhora sustentei por vezes conversações animadas, tendo-me ela uma vez enviado o livro *O Divórcio*, de Paul Bourget, com a condição de lhe dar uma apreciação desenvolvida sobre o assunto.

Paul Bourget, com a sua habilidade de romancista, dissimulando o melhor que pôde o ataque aos princípios sociais baseados na natureza e na própria ciência, em defesa das castas, de classes e de uma moral preconceituosa em extremo, o que não architecta para sugerir os seus leitores!

Mas, com um pouco de atenção e munido do bisturi da verdade tudo se disseca. Transmitti-lhe pois a crítica pedida que produziu certa admiração...

Mais tarde, procurou publicar essa apreciação, mas não sei porque motivos não o fez. Julgo que pretendia responder, dando realce a uma e outra coisa.

Assim passava eu os momentos de ócio durante a minha estada em Seles.

No hotel havia um gramofone, cujo proprietário punha a funcionar, mormente ao domingo: discos com óperas — *Cavalaria Rusticana*, *Rigoletto*, *Aida* e outras e o tradicionalíssimo e velocipédico fado, que já em Angola e em todas as restantes províncias ultramarinas, fazia parte da vida das populações.

O fado ali ainda se torna mais nostálgico, a dolência da sua música, arrastada longamente pela voz triste das cantadeiras, parece entristecer ainda mais aquele silêncio profundo das noites africanas. E alguns coloniais, há anos distantes das suas terras, nessa ânsia de enriquecimento, que se torna por vezes na mais atroz desilusão, ardendo em febre, depois de um esforço superior às suas próprias energias, pareciam dizer ao ouvir a guitarra gemendo, no sumido brilho dos seus olhos, na palidez das suas faces emagrecidas, a despedida à sua linda casinha, ao regalo embalador dos seus sonhos de criança, ou da cabana, semelhante à cubata, que no alto da serra da sua recordada freguesia, serviu de moradia à sua meninice e de sentinela vigilante ao rebanho do grande senhor.

Um batuque!

Um batuque basta ser visto uma ou duas vezes. Vi muitas mais.

Esta dança semi-selvagem está já descrita em inúmeras páginas de análise aos costumes africanos. Escusado será estar a repetir ou a plagiar o que está dito.

Caras pintadas a carvão, traços encarnados lembrando fantoches de feira, barretinas de papel, sobre-casacas refundidas no tempo e no espaço, arrastando na sua idade, dezenas de possuidores, cintas vermelhas, chapéus dos mais variados feitios, calças sem joelheiras ou com fundilhos de meio metro, sapatos sem meias, camisa mais em termos, é esta pode dizer-se, e de uma forma geral, a indumentária dos assistentes àquele baile infernal.

Um tambor ao centro do recinto — uma espécie de tambor — um harmónio de boca, por vezes um píforo e um harmónio de mão, assobios de toda a espécie, acompanhados de guinchos dos respectivos chefes, eis

a música deliciosa da enorme barafunda que o batuque representa.

Saltos, requebros de quadris, fortes umbigadas que, quando certas, produzem um rápido som, cânticos do mato, quase sempre os mesmos, aí os têm numa roda viva, de dia e noite — há batuques que duram dias — suando por todos os lados, exalando um cheiro que, só com o hábito se pode, a custo, suportar, dezenas de pretos e pretas no seu mais divertido passatempo.

Cadeiras ou bancos para os brancos que chegam. O oferecimento de um copo de garapa — bebida feita de milho fermentado — o marufo está escondido por proibições rigorosas — o marufo é extraído das palmeiras — e ei-los cheios de atenções para connosco.

Mas há vários batuques. Os gerais, que traduzem festas entre eles, os sentimentais, levados a efeito por morte de qualquer filho ou morador da libata e ainda outros, os mais importantes, com todo o ritual, onde se abatem várias cabeças de gado e não sei se hoje ainda se cometem certas barbaridades, como sacrifício de crianças, imoladas ao casumbi do morto, ou coisas semelhantes, quando da morte de algum soba.

Uma das vezes, assisti a isto: enquanto se dava o batuque geral numa libata, distanciado um pouco, um grupo de uns vinte pretos e pretas, muito unidos, batendo palmas e exclamando constantemente e em conjunto, conjugando-as com aqueles — ah!, ah!, ah! — inclinando os corpos para a direita e para a esquerda numa apagada ondulação, originada pelo levantar dos respectivos pés no mesmo sítio, ali se conservaram horas.

Perguntei a diferença daquela dança tão esquisita e sem agitação. Disseram-me que se tratava de lembrar um morto — espécie de reza por sua alma.

Além de passeios a Novo Redondo, Amboim, Quibala, Cassonge, tudo dentro do grande distrito que é o Cuanza-Sul, visitei as regiões do Bailundo, Huambo (Nova Lisboa), etc., tendo sobretudo apreciado o lento desenvolvimento de todo aquele enorme território de Angola, a maior parte improdutiva e quase 14 vezes maior do que Portugal.

Percorrem-se dezenas de quilómetros nalguns percursos para se encontrar qualquer ponto de maior cultura e mais movimento o que patenteia também, mercê de factores de ordem económica, política e social, a decadência da respectiva raça.

A grande intensificação agrícola de Angola e com ela o correlativo desenvolvimento industrial e de permuta dependia de arrojadas iniciativas e muito especialmente da capacidade do preto, o que não convém...

Assim só nalguns locais há muitos anos iniciados, se nota actividade, a qual não corresponde já às necessidades da vida que corre, mas não há probabilidades de a aumentar, tal o grau de dificuldades que ali se atravessa, reflexo em parte da crise que vai na Metrópole.

Em toda a parte, a mesma coisa produzindo idênticos efeitos: a defeituosa e já apodrecida engrenagem da sociedade capitalista, cujo exemplo de esgotamento e desmoralização está patente em todo o mundo.

Quem atravessa certas regiões de Angola nota a atenção que algumas criaturas e até certas empresas têm dedicado à criação de gados, que se avistam lusídios através de grandes pastagens.

Numa das minhas digressões recreativas, notei que grandes planícies perto do Bailundo se encontravam abandonadas mas com indícios de terem até há pouco sido aproveitadas. Informaram-me de que os 'boers' até há alguns anos atrás naquelas paragens, ali tinham tomado à sua conta grandes extensões de terreno onde faziam várias plantações, caçavam e se dedicavam também à procriação de gados.

Com a sua saída, pelo sugestivo oferecimento que lhe fora feito pela União Sul Africana, tudo aquilo voltara àquele silêncio desolador.

Os brancos no interior de Angola, não têm divertimentos. Por isso alguma coisa lhes serve para distracção. Hás os que se dedicam à caça, disputando com primazia a posição de primeiros atiradores.

As caçadas em África fazem-se de noite. É a luz do farolim, projectando constantemente de um e de outro lado do terreno, que atrai a peça de caça, a fera, as electriza até que a bala invisível lhes despedace o crânio, lhe fure os intestinos ou lhe parta uma perna.

São muito faladas as caçadas em África e delas se contam factos e histórias interessantíssimas.

Um dia combino com o colonial António Rodrigues, empregado no comércio em Vila Nova de Seles a ir assistir a uma dessas cenas tão entusiásticas, segundo os apaixonados.

Partimos um sábado à noite. Éramos uns sete.

Noite escuríssima e desagradável. A melhor, segundo os entendidos, para o aparecimento de maior número de animais. Quando está luar, não se atrevem tanto e deixam-se ficar mais no interior do mato.

Abafei-me. Um cachecol e o sobretudo, pois pela madrugada o cacimbo aperta e é preciso cuidado com ele.

De repente duas fortes pancadas sobre o tejadilho da camioneta, uma paragem brusca, é sinal evidente de animal à vista, encadeado pela luz do projector.

Atira-lhe tu. Não, não. É melhor atirares tu. Um tiro rápido e a sensação de momento. A elegante e airosa corça pôde escapar-se daquela vez. O atirador havia falhado o alvo, ouve-se uma imprecação e a camioneta de novo se põe em movimento.

Mais adiante surge um golungo. Novo tiro, seguido de outro e outro e o salto de animal assustado e talvez ferido levemente, como se pretende asseverar, rápido como a bala, vê-se distintamente da estrada. Mais uma vez falham.

Noite aziaga, diz-se. Os caçadores invectivam-se: «Foste tu o culpado», «Tu é que não vens sereno».

Há quem ponha cobro à discussão e o carro segue.

O cacimbo aperta e o ar corta-nos a cara. As lanternas da camioneta parecem romper denso nevoeiro e uma pequenina chuva começa a cair. Estamos mal. A humidade é grande e uma garrafa de vinho do Porto corre de mão em mão.

As duas pancadas do estilo fazem estancar o carro.

Soam dois tiros dados precipitadamente por espingardas diferentes.

«Caiu» grita um. O preto que nos acompanha, de um pulo atinge a estrada, correndo veloz entre o arvoredo, devidamente municiado com uma respeitável faca do mato.

É uma corça. Não pode fugir, mas o ferimento não é grande. Ficou atordoada principalmente. Arrastada a uma distância de uns vinte metros berra desabridamente e esperneia com força. É preciso sangrá-la e, habituado àqueles serviços, o preto corta-lhe as carótidas numa rapidez de relâmpago.

Primeira peça. Os atiradores animam-se. Daí por diante novos mártires vêm formar ao lado daquele. São sempre corças. Já há quatro. Mais dois golungos que fogem e naquela noite não cruza o terreno percorrido nenhuma onça, lobo ou hiena.

Estamos a uns quarenta quilómetros de Seles. Um matraquear nervoso do sapato do faroleiro anuncia caça grossa.

Assim é de facto. Um soberbo casal de palancas está ali próximo de nós. A uns dez ou quinze metros o máximo.

Só tenho tempo para analisar os esguios e bonitos chifres que lhes embelezam as cabeças.

Três tiros seguidos ecoam na floresta e um grande coice de animal ferido faz levantar a seguinte exclamação: «Vai cair!»

Mas não caiu. Quente, de sangue vivo e ardente, mesmo com o ventre furado, o pobre bicho tem ainda forças para numa corrida vertiginosa, passando diante do carro e seguido do campanheiro, se enfronhar no outro lado da extensa vegetação.

E a decepção nos caçadores cobriu aquela retirada, que deixava no caminho um rasto de sangue vivo e denunciador...

Há arrelias... Uns querem voltar para trás. Os mais persistentes, teimam em seguir, e a caravana avança.

Perto de uma ponte, todos se apeiam, visto a mesma não merecer absoluta confiança. A camioneta passa serenamente.

Mais uns quilómetros e resolve-se voltar atrás.

Alvitra-se: Vamos no encalço da palanca ferida. Mas são apenas quatro horas da madrugada, a temperatura não nos convida a permanecer até romper o dia naquelas paragens.

Pedem-me a minha opinião:

Respondo que quando me resolvi assistir a uma caçada foi para sofrer todas as emoções que a envolvem e que iria até onde quisessem.

Resolve-se então resguardarmo-nos no acampamento do cantoneiro, perto de Amboiva.

Chegámos deviam ser cinco horas. Havia fraqueza e dois frangos, depenados num abrir e fechar de olhos, abertos e limpos num ápice, saltam para sobre as brasas e uns churrascos saborosos iludem a nossa ausência de mastigação...

São quase sete horas. Amanhecera já há mais de uma hora. Decide-se partir.

Um grupo de pretos — é domingo, estão no descanso — resolve acompanhar-nos para ilucidação do terreno.

Começa aqui a parte mais movimentada da caçada, mas a mais tormentosa também.

Uma grande poça de sangue coalhado no meio da estrada serve de indicação ao caminho percorrido pela palanca em perseguição.

Entra-se no mato. E então observo este espectáculo para mim inédito: Os pretos, à frente, armados de catanas, paus e outros objectos, seguem na esteira sanguínea, no rasto quase imperceptível, que só eles vêem, habituados àqueles lugares, familiarizados com as pedras, as árvores e toda a fauna do continente africano.

Pequeninos pingos avermelhados sobre o capim finíssimo, que me custa por vezes a distinguir, são para eles, de uma intuição óptica admirável, os pontos certos da passagem do ferido errante. Andámos num torcicolo contínuo, intercortado de certas e bruscas paragens por desnorteamento de direcção — faltavam os índices vermelhos — para voltarmos ao mortificante e interminável zigzague.

Assim se percorreram quilómetros.

De quando em vez, um lago de sangue era como que o disco revelador da paragem do animal torturado pelo sofrimento. Iria decerto morrer a qualquer lado.

Depara-se-nos um rio. É necessário atravessá-lo. Os pretos metem-se à água e transportam-nos aos ombros de uma à outra margem.



Depois de mais alguns quilómetros, quando o desânimo já se ia apossando de alguns, surge numa meia encosta, andar lento denotando esgotamento, passo incerto, pernas trémulas, cabeça descaída, a palanca mártir, que havia de tombar naquelas paragens. Ou vítima de um cartucho que terminasse com o sofrimento de tantas horas, ou deixando-se fenecer qual planta silvestre no meio do silencioso deserto.

Novos tiros cortam o espaço. Chego a contar de-zassete.

Há pretos que se encostam às árvores, apoiando nelas o braço esquerdo, parecendo que fazem pontaria...

Num arranco único, a palanca corre como doida para ir cair crivadinha a um recanto, junto da árvore amiga que tanta sombra lhe havia decerto proporcionado. Ainda por cima com duas setas espetadas no peito.

Quando ali cheguei já tinha expirado.

Estava farto de caçadas. Tinha sido a primeira e foi de facto a última.

Deviam ser 10 horas, mas o regresso só se efectuou eram 14 horas.

O transporte do animal em padiola por meio do mato, debaixo de um calor ardentíssimo foi revestido de todas as peripécias.

Um dos caçadores, mecânico, homem de uma grande robustez era quem socorria a tribo, ávida de sede e de chegar ao destino. Descobriu onde havia água e de quando em quando lá conseguíamos refrescar os lábios ou então um fruto selvagem substituí-a, nos piores momentos, aquele precioso líquido.

A palanca, depois de limpa, pesava cento e tal quilos. Nem que pesasse mil!

Para experiência... chegou.

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.

## CAPÍTULO XI

### HORAS DE SOFRIMENTO

Nesses dois anos que estive em Vila Nova de Seles, à excepção de qualquer passeio que de longe em longe me proporcionava analisar o pitoresco de certas regiões, como por exemplo a do Amboim e o acidentado de quase toda a Angola, eu vivi, como aliás os restantes companheiros de desterro, momentos de aborrecimento bem dolorosos.

Longo tempo sem notícias detalhadas do que se ia passando, para chegarem desanimadoras, comunicando-me a deportação de maior número de lutadores, sacrificados aos caprichos de alguns militarões que quizeram fazer de Portugal uma grande caserna, a perseguição sistemática a elementos avançados, só por o serem, contribuía imenso para um mal-estar permanente, atenuado apenas por uma firmeza de convicções inabalável e uma certeza absoluta no futuro.

A correspondência da família não era mais agradável. Minha mãe, já de idade avançada, sofria muito do coração e dia-a-dia se agravavam os seus padecimentos. Meus irmãos, cuja solidariedade moral e material aqui quero vincular de uma maneira especial, conseguiram encobrir dela o meu paradeiro, durante perto de três anos.

Que admirável sacrifício!

Que esforços de sentimento não foram feitos para que nem uma contracção nervosa dos seus rostos pudesse denunciar a verdade?

Estava eu então, para ela, num dos arredores de Lisboa, refugiado da ditadura.

E ela, algo enfraquecida do cérebro, nunca pôde reunir os seus raciocínios, de maneira a aclarar aquela doce ilusão.

Mas assediava com perguntas.

Como passava eu?

De que vivia?

Quando viria?

Daí nasceu a necessidade de estabelecermos correspondência.

Como ela via pouco, mandava uma das minhas irmãs responder às cartas que eu lhe enviava, e que eram escritas por meu irmão.

Eu enviava-lhe qualquer lembrança (que ele comprava) e ela por vezes queria-me enviar solidariedade material, das pequenas economias que chegava a amea-lhar.

Assim passaram meses e meses, mas a sua resistência física não pôde resistir até à minha chegada.

Eu, não a vi mais, ela, jamais soube onde eu me encontrava.

E se assim não fora, menos tempo ainda teria vivido.

Este acontecimento, firmemente gravado na minha memória, na sua parte sentimental, revela uma das mais dolorosas reminiscências da minha deportação.

Minha mulher, essa sacrificada companheira de alguns anos, que a maior parte do tempo tem vivido separada do meu convívio, pelas forçadas ausências que me obrigam a fazer — de quando em vez na prisão e, agora, na deportação —, esteve muito mal a seguir à minha partida.

Sofrendo igualmente do coração, o abalo produzido ia fulminando-a.

Extremamente nervosa, pôde no entanto reagir, depois de um tratamento demorado e foi ela que, voluntariamente, procurou, no período mais debilitado, que depois se veio a agravar, o meio de poder garantir o seu viver, colocando-se no Centro Magalhães Lima, como professora e mais tarde na Voz do Operário, onde ainda está.

Nas suas longas e torturadas cartas, onde eu presentia a dor e a esperança, num misto de atroz sofrimento e de futura alegria, ela insistia numa ida que,

a dar-se, poderia ter-lhe sido fatal, devido à sua fraca compleição.

Nessas cartas, eu pude avaliar quanto pode sofrer um ente que ama verdadeiramente, ardorosamente.

Homem habituado a todas as dores, com o espírito alicerçado nas mais tristes e revoltantes páginas de Hugo, de Zola, de Brandão de Dostoievsky, de Gorki e de tantos outros, escritas sobre a humanidade, revolucionário por temperamento, por inteligência e educação, essas cartas contudo, comoveram-me extraordinariamente em toda a parte onde as recebia.

É que no fundo da alma humana há sempre um lugar onde o sofrimento mais se aloja, sem nós darmos por isso.

Horas amarguradas foram essas...

Mas, se o meu sentimento envolve todos os que sofrem e lutam pela implantação da verdadeira fraternidade entre os homens, depois de a todos ser dado o direito incontestável de viver e não de mendigar a vida, como poderia eu paralisar ante tão grande dor, se a dor de tanto milhão de entes, que morrem para que milhares gozem, é muito maior ainda?

Então... segui. Segui sempre, alimentado pelo ideal e por aquele grande e generoso coração.



## CAPITULO XII

### A «MASCOTE» DOS DEPORTADOS

— Oh «Cassua»! Oh «Cassua»!

Era este o grito de todas as manhãs ao levantar-se o primeiro deportado.

— «Já lá vou, patrão!»

«Cassua», era uma pretita, de uns doze anos o máximo que fomos encontrar, só com um pano, negro como o corpo pela sujidade que continha sobre a parte sexual e que vivia no mato numa espécie de cubata feita de capim, ressequido pelo sol, e de troncos de árvore, a qual não a comportaria se alguma vez dentro dela se tivesse estendido. Dormia pois encolhida, joelhos junto ao queixo, tiritando com frio nas épocas do cacimbo ou das ventanias agrestes.

Alimentava-se de ervas que durante o dia ia apanhando, de caracóis e de formigas de asas. Se alguma vez comia fuba, era-lhe esta levada por um preto a quem ela chamava pai e que nem sempre aparecia.

Foi logo no primeiro dia que a vimos, numa destas missões, encobrindo-se por entre o capim alto e ras-tejando sempre, visto que, não tendo um pé, não tinha forma de se equilibrar sobre as pernas, nem educada foi nesse sentido.

A sua história resume-se no seguinte:

A explosão de um tambor de gasolina levará-lhe o pé pelo tornozelo numa propriedade próxima de Seles. Para ali havia sido enviada para tratamento e ali ficou com o pé entrapado, já sarado mas sem que ninguém com ela mais se importasse.

É possível que tivesse direito a qualquer pensão, mas nem sequer soubemos se alguma vez lhe foi arbitrada.

O que verificámos foi que ela vivia nas condições citadas.

Quando nos viu pela primeira vez soltou uma exclamação e rastejando com rapidez refugiou-se na sua moradia...

Daí em diante começou ela a ser para os deportados a sua «mascote».

Alguns vinténs que nos tinham acompanhado de Lisboa, conjuntamente com o que nos haviam pago logo à chegada, deram margem a vestir-se a garota com uns panos novos que lhe tapavam o corpo, depois de, por partes, se ter lavado convenientemente. De igual forma aproveitava das refeições e mandou-se-lhe erigir uma cubata em ponto maior.

«Cassua», estava no entanto pouco menos que mautumba, preto do mato pouco habituado a lidar com os brancos. Mas, a sua facilidade de assimilação, os seus olhitos de um brilho inteligente, sempre de uma atenção especial para com todos os patrões — era como ela nos tratava — fez com que, ao fim de alguns meses, nos compreendesse melhor do que nós ao seu quimbundo.

Pronunciava mais termos em português do que os deportados em africano. O facto talvez se explicasse, em parte, por nos ouvir todos os dias, mas a sua viveza não foi estranha a essa rápida identificação.

O cozinheiro dava-lhe às vezes certos trabalhos: descascar batatas, arear as panelas, o que ela executava com uma boa vontade que todos notavam.

Seu desenvolvimento físico e mental notava-se dia-a-dia, a ponto das suas feições se irem tornando mais finas e delicadas, parecia que a suavizar-lhe aquele doloroso caminhar sempre de rastos. Alegre, ao contrário daquela fisionomia semi-selvagem que apresentava quando a fomos encontrar comendo bichos e ervas, ali tivemos nós ocasião de verificar a possibilidade de uma civilização séria, a valer e não como a mentira que ela presentemente ainda é.

Quando tivemos que retirar de Seles, chamámos a atenção de quem de direito para a situação em que a







### CAPITULO XIII

## O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

O considerado ponto de vista histórico em que se baseiam as nações com colónias para a posse destas e sua administração, aumentando o poder territorial no conjunto e aproveitando da riqueza das suas imensas áreas, foi consignado, em séculos passados, na convenção, de que África, devido ao atraso da respectiva raça em relação à raça branca, era a terra de ninguém e, como tal, pertença do povo que primeiro a devassasse e nela assentasse a sua soberania por intermédio das armas, submetendo o gentio selvagem e revoltado, e estendendo o seu raio de acção e de ocupação pelo interior do continente africano, em relação principalmente à extensão da costa marítima ocupada.

Foi assim que Portugal, por meio das suas descobertas e conquistas, se apoderou da parte mais importante das costas de África, mas não as tendo ocupado verdadeiramente, deu margem a que outras nações, mais tarde, se fixassem nos pontos livres, reduzindo assim o poderio enorme que, segundo a mesma convenção, pertencia aos portugueses.

Dentro deste critério, se dividiu todo o continente africano e, com o rodar dos anos, a convenção robusteceu-se, tornou-se mesmo em direito, justificando todos os actos — bons e maus que em África têm sido cometidos.

A respectiva raça, como não conseguiu atingir um grau de progresso pelo qual pudesse impor a sua vontade, tem-se visto na contingência de viver sob a depen-

dência da raça branca, extraordinariamente muito mais adiantada e que, por consequência, também lhe vai ministrando uma civilização que, de forma alguma, possa levar aquela à independência.

Nós, os avançados, analisamos a questão sob aspectos diversos e que não queremos nem a dependência da raça preta, nem que uma educação atrofiada seja inoculada, de maneira a amanhã se verificar os mesmos princípios de egoísmo nacionalista que caracteriza a mentalidade burguesa — oligárquica de cada nação — mas sim que as raças se irmanem no mesmo desejo de aperfeiçoamento e bem-estar a que têm igual direito, abolindo o ódio que entre si se estabeleceu e todos os princípios que tendem à desagregação dos povos, cada vez com mais necessidade de conjugarem energias e comungarem numa solidariedade que só uma fraternal amizade poderá vincar, podemos, serenamente, apreciar os acontecimentos através dos tempos, tendo em atenção as eras atravessadas, mas condenando os seus exageros e a tendência que persiste em manter-se no prolongamento de normas já estafadas e que devem ser postas de parte em benefício da felicidade geral.

Nós, que da vida humana temos uma elevada concepção, não permitindo que os mais baixos sentimentos do homem imperem sobre a beleza que deve caracterizar a relação entre as comunidades, podemos contrariar todos os desejos de predomínio, partam eles donde partir e atinjam quem atingir.

O ponto de vista histórico atrás citado que é aplicado em qualquer nação não só em referência à África mas aos próprios países, não pode de maneira alguma destruir, conquanto o tenha retardado, o destino histórico de todos os povos. E este diz-nos que eles se encaminham para uma época estruturalmente diferente da passada e da actual. Por consequência, hoje já se não justifica a aplicação de processos antiquados ou que, dissimuladamente, nada mais são do que pretextos para a manutenção de métodos de predomínio originando a miséria e o sofrimento.

Caminhamos para a liberdade, mesmo que a fisionomia actual do mundo seja de tirania. É este até o principal sintoma desse destino.

Inglaterra, França, Portugal, Holanda, Bélgica, Estados Unidos, etc., não podem, através dos seus domínios ultramarinos, manter os antigos pontos de vista.

Não lho consentirá a mentalidade que surge no cumprimento da missão histórica dos povos em comum. Mentalidade que já está fazendo sentir a sua acção nas metrópoles e nalguns pontos das próprias colónias.

Quem poderá fugir a esse destino?

Eu sei que chamarão a isto falta de patriotismo ou coisa semelhante, mas como esse «patriotismo» sintetiza apenas a exploração do homem pelo homem, em benefício de grupos financeiros, empresas agrícolas ou industriais ou do próprio Estado, não nos faz grande moza o possível libelo acusador que este livro ocasionar.

Foi em 1482 que Diogo Cão descobriu Angola. Noventa anos depois, o primeiro governador enviado da Metrópole tomou posse em Luanda do seu cargo.

Fazer a descrição do que foi o interregno dos quatrocentos anos que se lhe seguiram, era assunto que daria, por si só, um livro. Este trabalho, porém, salvo omissões propositadas ou falta de elementos exactos para uma completa análise, está feito através de inúmeros livros que sobre África se têm escrito. Hoje, decerto não será ele ampliado, a não ser que alguém tentasse converter numa obra só, que seria mais completa, tudo que disperso existe.

Foi de lutas, de conquistas, de suborno, de submissão, esse prolongado lapso de tempo. Mas foi também motivo para que clareiras se abrissem nas espessas e misteriosas florestas africanas.

Caíram brancos aos milhares. Foram sacrificados pretos em maior número ainda.

Depois, se uma nobre missão cobrisse a frente dos que iam escolhendo poiso, mercê das conquistas dos que tombavam, amarelecidos pelas febres ou com azagaias ou zagalotes enterrados nos corpos combalidos, ainda se poderia aceitar a afirmação do desejo em fazer progredir uma terra que vivia num estado de selvagismo inconcebível. Salvo raríssimas excepções individuais, África é, em conjunto, a história de todos os povos conquistadores...

Decorreram os séculos em lutas intermitentes, pro-  
cadas pelo gentio insubmisso, mas sem cérebro que o  
orientasse num determinado objectivo, persistindo na  
mesma vida nómada que o caracterizava, revoltas quan-  
tas vezes filhas das espoliações ignóbeis que lhes faziam  
toda a espécie de aventureiros que, pelo facto de se  
decidirem a suportar as maiores inclemências resultan-  
tes do clima e de privações certas, se julgavam no direito  
de rebaixarem ao mais ínfimo dos irracionais, aquele  
que tinham o dever de proteger e encaminhar na senda  
de uma vida honesta de trabalho, espicaçando-lhe o  
desejo de serem dignos perante o seu semelhante, mas  
de cor diferente.

Não se fez isso, nem se principiou por desenvolver  
Angola num trabalho altamente benéfico para todos.  
Cada um tratou de governar-se o melhor que pôde.  
Quando a revolta surgia, por rancor do preto ou como  
desforço pelo tratamento para com ele havido, era certo  
que vítimas de um lado e outro ficavam regando com  
sangue a quente terra africana.

Nessa altura, apelava-se para a força que, através  
de inúmeras dificuldades, fazia voltar tudo à norma-  
lidade...

Assim, se passaram séculos, sem que uma acção de  
conjunto nos seus vários aspectos fosse encarada.

Angola quase estacionara. No início do século XX  
e nomeadamente depois da implantação do novo regime  
em Portugal, é que se verificou um grande impulso nas  
colónias.

Pode afirmar-se que o desenvolvimento material de  
Angola é, na sua maior parte, fruto da República, isto  
exactamente para demonstrar que já uma outra con-  
cepção predominava em qualquer sentido que analise-  
mos a questão.

É o suficiente? Evidentemente que não, mas o preciso  
para provar que novas fases hão-de surgir, muito mais  
justas.

De 1910 até hoje foi executado um trabalho de comu-  
nicações entre o litoral e o interior que se traduz no  
prolongamento da rede ferroviária das suas três prin-  
cipais linhas — Caminhos de Ferro de Luanda, Cami-  
nhos de Ferro de Benguela e Caminhos de Ferro de

Moçâmedes. Linhas subalternas, como a do Amboim e outras. Caminhos de Ferro que são a resultante também dos portos marítimos principais, que sofreram grandes obras, como sejam os de Luanda, Lobito, Moçâmedes e outros, ampliando-os devidamente e colocando-lhes a respectiva farolagem. E com isto o aumento da navegação.

Milhares de quilómetros de estradas que ligando o interior com os referidos caminhos de ferro, de muito maior extensão que os da Metrópole, estabelecem um serviço de ligação admirável e que faz com que se percorra quase toda Angola sob uma relativa comodidade.

Os serviços geológicos, geográficos e geodésicos foram aperfeiçoados, de maneira a corresponderem ao desenvolvimento natural.

Fizeram-se grandes construções, quer nas cidades, como em vilas, embelezando assim o árido acidestado de toda a província ou tornando mais suave aos nossos olhos o fundo verde claro das suas extensas florestas. Criou-se assim maiores facilidades, a contrastar, porém, com locais onde a onda dessa acção não se fez ainda sentir de forma a evitar-se que deportados tivessem vindo da maneira como atrás citei. Se mais humanidade houvesse, outros locais mais apropriados teriam sido escolhidos a esse fim. Adiante.

A instalação de inúmeras linhas telefónicas e telegráficas ligando melhor as várias regiões, estações radio-telegráficas em pontos principais, serviços de correio, de obras públicas, serviços de aviação em Huambo, hoje paralisados, e o estabelecimento de algumas escolas.

As missões laicas foram agora extintas existindo, em compensação, várias missões religiosas.

O espírito reaccionário procurando manter, em toda a parte, a posição conquistada...

Aos serviços metereológicos prestou-se também grande atenção e eles em Angola são de muito interesse e necessidade. Data já de há muito tempo os estudos sobre o assunto, tendo-me até chegado às mãos um interessantíssimo trabalho sobre «Metereologia, Climatologia e Colonização de Angola», da autoria de Henrique Dias de Carvalho, editado em 1892.

Consequentemente, com os melhoramentos apontados deu-se incremento ao problema económico, sintetizado na rapidez do transporte, para o que aumentou consideravelmente a circulação de camionetas e que era então, a sua falta, a de estradas e caminhos de ferro, o maior obstáculo a esse fim.

O movimento comercial é oscilante, ressentindo-se da profunda desmoralização que vai por todo o mundo.

Os principais artigos que Angola exporta, produto africano, são os seguintes: diamantes, café, coconote, óleo palma, cera, couros, borracha, batata, milho, trigo, gado, peixe seco e outros.

A exportação nos momentos de desafogo financeiro e menos agitada situação internacional tornou-se mais elevada que a importação. É bom frisar, porém, que tal facto sofreria possivelmente alguma modificação se a raça preta tivesse criado maiores necessidades e vivesse de modo aproximado a nós. Nessa altura, a importação elevar-se-ia, conquanto à exportação sucedesse o mesmo, pela menor aplicação dos géneros pobres que Angola produz que é, pode dizer-se, a alimentação do indígena.

Várias indústrias foram constituídas.

Nas condições em que me encontro, não tenho à mão mais elementos com que possa explicar este assunto, que é dos mais importantes, nem ventilar a actual situação económica da província, contudo as reduzidas cotações dos géneros, têm-lhe criado enormes dificuldades financeiras.

As receitas de Angola provêm do imposto indígena — anda aproximadamente por um milhão de contribuintes — das alfândegas, dos contratos especiais feitos com certas empresas constituídas para exploração das inúmeras riquezas ali existentes e de que resultam determinadas percentagens para o Estado, direitos de importação e exportação, serviços de Fazenda, etc.

A situação financeira que em determinada altura era regular, ressentindo-se de igual forma da crise do sistema que teima aguentar-se internacionalmente através dos equilíbrios mais extraordinários e produzindo milhões de desempregados, a que Angola não é estranha também, pois concorre já com a sua quota parte.



Para este incremento material-económico-financeiro foram principais elementos os trabalhadores — brancos e pretos.

Os milhares de europeus que este desenvolvimento de Angola atraiu, juntos aos que já andavam há muitos anos por terras africanas, devem perfazer a cifra de cinquenta mil aproximadamente. A imigração em Angola compõe-se de gente de todas as províncias de Portugal, mas os pescadores do Norte deram grande contingente para a constituição da indústria de pesca em Moçâmedes, Porto Alexandre, Baía de Tigres e outros lugares.

Os madeirenses também emigravam muito para África. Hoje, muitos colonos, devido à situação em que se encontram procuram regressar às suas terras e alguns não se encontram em condições económicas de o fazer.

Os serviços de Saúde e Higiene foram muito desenvolvidos e o ataque à mosca do sono tsé-tsé intensificado. Para evitarem-se epidemias são adoptadas várias espécies de vacinas, foram montados alguns hospitais e várias enfermarias. Neste aspecto, porém, muito mais há a fazer e especialmente criar, acima de tudo, um verdadeiro espírito profiláctico que depende de grandes remodelações e inovações na vida africana quer do branco quer do preto, pois é necessário atacarem-se as causas e não acudir, como geralmente se faz, às suas consequências. Como o princípio de assistência anda porém ligado intimamente à questão educativa e como, esse problema, só poderá ser resolvido com novas e radicais perspectivas, poderá intensificar-se até nalguns lados e aspectos o Serviço de Assistência mas em pouco ou nada atalhará o mal: o definhamento constante da raça preta.

Enquanto as suas condições de vida, económicas, físicas, morais, educativas, sociais, não forem completamente modificadas, mesmo a boa vontade de alguns — não de todos, sublinhamos — não conseguirá o objectivo que devia haver em vista.

Fixemo-nos neste ponto: o princípio é errado, como adiante se verá.



## CAPÍTULO XIV

### A SITUAÇÃO DO BRANCO EM ÁFRICA

Ao contrário do que se tem escrito sobre a emigração de gente para a África, pretendendo demonstrar-se o alto conceito civilizador, espírito de aventura e de sacrifício da grande parte dos brancos que para lá seguem, eu sustento a opinião de que o sonho da maioria é enriquecer em pouco tempo e de qualquer forma.

Mas em África encontra-se de tudo. Os mais antigos e que para lá foram no tempo das chamadas vacas gordas — conseguiram, de qualquer forma, mesmo sofrendo bastante, fortuna que hoje gozam ou já desbarataram.

Os mais modernos, esses, porque na Metrópole a infelicidade os tivesse perseguido — em Angola hoje a situação compara-se à de Portugal continental, há desemprego e com ele a fome. Há falências e com elas a prova de que a mesma causa produz sempre e em toda a parte, idênticos efeitos — na miragem, de poderem, pelo trabalho, conquistarem uma situação desafogada e até possivelmente invejável, partem também, cheios de fé e de esperança.

Nessa preocupação — os que vão pela necessidade, como os que buscam riquezas — esquecem-se de si próprios, abandonam-se ao acaso e o clima muitas vezes não é suficientemente generoso para com as suas aspirações.

Alojam-se de qualquer maneira, dispensam comodidades que em África devem manter-se através de tudo, descaram o auxílio mútuo por falta de organismos, que não estabelecem, e que seriam de uma grande utilidade.

Não verifiquei que o princípio de solidariedade, elementaríssimo que fosse, estivesse no espírito dos que mais necessitavam constituí-lo; não há uma união forte na defesa de interesses inúmeras vezes desprezados, sem oposição de espécie alguma. Imprevidentes, não conhecendo os seus direitos, ai daqueles que não têm a resistência física para suportarem a acção do clima e o peso de um trabalho que é sempre extenuante por esse mesmo motivo.

O empregado de comércio, o empregado agrícola e demais trabalhadores, sentindo bem duramente as consequências de todos os factores enumerados, não têm a decidida vontade em coligarem esforços e, por intermédio de uma organização que seria forte, defenderem uma situação consentânea com a sua qualidade de produtores da riqueza social.

Não há organização operária em Angola. Algumas tentativas que em várias épocas se têm observado, desfazem-se por falta de continuidade ou pela pressão violenta de algum governador, que não consente no seu desenvolvimento e que não encontra pela frente a necessária resistência a abater os seus desígnios.

As poucas associações existentes em Angola têm mais o carácter recreativo do que o de classe. Mesmo sob o ponto de vista mutualista não há uma forte organização que pudesse atenuar situações difficilimas que as condições do meio originam.

Mas o que é imprescindível, para os milhares de trabalhadores brancos que vivem em Angola, para a defesa dos seus legítimos direitos, traduz-se na formação de sindicatos de classe, intimamente ligados entre si, e adherentes à central operária da Metrópole ou com ela mantendo as mais fraternas relações de entendimento e de solidariedade.

Assim, quando o patrão exerce uma represália sobre o empregado — em Angola é vulgar este facto — o despede com a maior das facilidades, ou o persegue, não cumprindo o que convencionara, aquele encontra-se isolado. Não há Associação de Classe a intervir no assunto, nem se verifica a solidariedade dos colegas que, muitas vezes, estão à espera de que ele seja despedido para entrarem no seu lugar.

Quando uma biliosa por exemplo ataca um indivíduo, ele vê sumirem-se os reduzidos vinténs que, com tanta economia e sacrifício, conseguiu reunir ao fundo da mala.

Se surge o desemprego, as privações aumentam, chega a dormir nos bancos das praças, alimenta-se mal quando ainda possui algum dinheiro, mas quando ele acaba, não há outro remédio senão regressar, como indigente. Se deixou caução à partida de Portugal é ela aplicada a esse fim.

Tratando-se de funcionário do Estado, despedido por qualquer remodelação de serviços, medida financeira, redução de quadros, por ainda ser interino, é colocado na Metrópole, depois de alguns anos de serviço e da saúde abalada.

Pois estes casos e tantos outros não têm uma organização onde possam ser apreciados pelos interessados. Cada um lamenta-se e no encolher de ombros próprio de quem não tem onde agarrar-se, estiolam-se à míngua inúmeros trabalhadores que para Angola seguiram cheios de saúde, de esperanças e de ambições...

Nem um jornal há que se preocupe a valer com estas questões e não é de admirar que assim suceda, visto os próprios atingidos não se importarem com elas. Mas sentem-lhe bem os efeitos, não haja dúvida.

Quando em todo o mundo os trabalhadores lutam incessantemente pela melhoria da sua situação e até por a implantação de uma sociedade onde o trabalho seja colocado no seu verdadeiro lugar, como o mais elevado acto humano, quando a agitação internacional patenteia o progresso do proletariado, o grau da sua mentalidade, os princípios em que a baseiam na conquista de novos horizontes na África Ocidental Portuguesa, o trabalhador branco nem sequer pensa em organizar-se.

Quando até na própria União Sul-Africana, a raça negra se vai preparando, os explorados brancos que estão em Angola, continuam a viver de ilusões. Tudo por, um ponto de vista errado cuja miragem é lentamente pulverizada nos que vão sentindo os rigores de uma realidade que lhes pesa de sobremaneira e os fará ver com nitidez o eixo do problema.

Tudo isto apenas confirma, e é neste aspecto que apontamos o exemplo, o que muitas vezes se tem dito, de que seja que classe for, só pelo seu próprio esforço conseguirá impor-se.

Em Luanda houve em tempos o Sindicato Único das Classes Trabalhadoras.

A Associação dos Funcionários Públicos da Província de Angola — a pretexto de indisciplina — foi dissolvida em 1921.

Daí para cá, não foi capaz de verificar-se a sua reorganização por isso, em parte, o impedir a própria legislação e porque, uma forte acção solidária, baseada nos princípios de liberdade que deveria caracterizar o regime, não foi iniciada.

Notem que quando defendemos o princípio associativo fazemo-lo sob o ponto de vista económico, profissional, cultural e social, na defesa de direitos inofensíveis e nunca de outros que envolvam qualquer especulação política ou interesses particulares de cada um.

E neste momento — 1931 — o funcionalismo de Angola, numa das piores condições que terá atravessado, certamente está verificando a falta de um organismo que o pudesse defender e, pelo menos protestasse contra o cerceamento de regalias que a sua situação em África havia conquistado e que evitasse que alguns fossem atirados à margem, por ainda não serem do quadro, conquanto com alguns anos de intenso trabalho.

Segundo notícias ultimamente vindas a público, julgo que os trabalhadores de caminhos de ferro das linhas de Luanda a Malanje e de Benguela pretendem organizar-se em sindicatos respectivos. Desconheço se há alguma tentativa de qualquer outra classe. Mas se não existe presentemente, a própria necessidade os levará a isso.

Só assim os trabalhadores europeus, serão tratados em Angola com mais atenção e poderão observar o valor da solidariedade humana quando praticada de igual para igual, dentro de um espírito de elevação que dignifica quem o possui e que deve ser a base de toda a vida em comum.

## CAPÍTULO XV

### A RAÇA PRETA

Foi este um dos problemas que mais me interessou em África.

Olhar para um preto, estudá-lo, procurando investigar até que ponto poderá ir a sua capacidade mental ao lado das restantes raças; aprofundar a psicologia que, de uma forma geral, caracteriza os diferentes povos que constituem a raça negra, auscultar-lhe os sentimentos, as dores, os egoísmos e as desgraças de que estão possuídos, não é das coisas mais fáceis de abordar, nem tão-pouco assunto que de ânimo leve possa ser tratado, com honestidade e isenção.

Sendo, porém, difícil extrair um diagnóstico completo, não é contudo impossível encontrar-lhe as causas do seu actual estado e as razões que têm perdurado no prolongamento de uma situação que, de certo modo, dificulta o andamento da referida raça em relação à raça europeia, por exemplo.

Sabido que as raças humanas existentes tiveram origens várias, influenciando nos seus caracteres, além de outros factores, o clima especial das regiões de onde são oriundos, como nos seus temperamentos e nos estados do seu desenvolvimento, lento ou de constante progresso, não sendo a isto estranho a situação geográfica dos seus territórios, a sua primitiva comunicação com o exterior, o seu maior ou menor grau de ambição e de conquista, quando nos encontramos no continente africano, salta-nos logo ao espírito a razão básica do atraso daqueles milhões de entes, vivendo ainda numa situação

de inferioridade que devia atingir os sentimentos e a cultura, de povos que se intitulam civilizados...

E porque, sendo básica a causa, não é de forma alguma indefinida. E alguns pretendem que o seja, outros, aplicando morosos processos de modificação e reforma, outra coisa não desejam também do que mantê-la o mais tempo possível no seu estagnamento.

Eis a nossa discordância.

Há quem queira ver colectivamente no preto uma uniformidade de caracteres físicos e até mesmo mentais inferiores — como se esse estudo estivesse feito de uma maneira absolutamente científica e sem alteração possível — e daí a causa remota e irremovível da sua capacidade intelectual. Isso mesmo, dizem que é difícil distinguir a origem das diferentes tribos quando em conjunto.

Se não fosse suficiente para desmentir tal asserção o facto evidente de que várias nações já nos apresentam, contando no seu seio milhares de pretos num estado de cultura insofismável, por exemplo na América, onde há operários especializados, escritores, médicos, advogados, jornalistas e — em Portugal também — até muitos ricaços com o mesmo espírito explorativo dos seus irmãos civilizadores, havia ainda a contrapor a verificação de que à medida que um cérebro se vai desenvolvendo, as feições vão modificando-se dando ao semblante uma expressão diferente da primitiva. Isto dá-se em qualquer povo ou raça, não sendo difícil deduzir no conjunto fisionómico de determinada criatura o possível grau do seu desenvolvimento mental.

A natureza de certos trabalhos rudes parece querer fixar um aspecto mais rústico no indivíduo.

Pois desvie-se um dos seus elementos, dê-se-lhes mais ilustração, proporcione-se-lhe a aquisição de conhecimentos mais vastos que movimentem o seu cérebro e faça-se-lhe depois o confronto à sua configuração anterior e verificar-se-á uma grande diferença, não apenas de maneiras, como no seu aspecto fisiológico cerebral e na parte do corpo especialmente onde os seus sentidos actuam ou estão instalados.

O olhar, as contracções, a redução das saliências extraordinariamente pronunciadas na face quando em



estado bruto, distinguem perfeitamente o preto de verdade civilizado, do preto semi-selvagem ou em absoluto estado de ignorância.

Como, em relação a nós próprios, vemos em África centenas de pretos semelhantemente iguais — a cor negra auxilia ainda mais essa parecença — não nos lembramos por vezes das suas condições de vida que os tornam invariáveis perante o resto do mundo.

Mas há sempre diferença entre pretos de origem diversa.

Eu tive ocasião de apreciar isto, precisamente, nos dois pretos que estavam ao serviço da nossa «mess» — o cozinheiro era «musselle», o criado «bailundo».

O primeiro de uma região mais atrasada, com as respectivas características: da subserviência à intrujice. O segundo mais digno, mais altivo e mais sério.

Os tipos não se confundiam também nem no físico, nem no mental. As suas estruturas corpóreas em qualquer dos aspectos que as analisássemos eram diferentes. Sob o ponto de vista cerebral, era tal o gosto que o segundo tinha para aprender a ler que, em todos os momentos disponíveis, elucidado apenas por um outro preto que já lia e, às vezes, por qualquer de nós, agarrava-se à cartilha e conseguia soletrar razoavelmente. O outro nem pensava que existiam as letras do alfabeto.

Se pegássemos num branco recém-nascido, o metêssemos dentro de um esconderijo e lhe déssemos apenas a alimentação, certamente que, o seu crescimento far-se-ia como o de qualquer outro animal, sem contudo poder igualar-se, em muitos aspectos, ao seu semelhante, criado dentro da civilização.

Se pegássemos ainda num grupo de crianças brancas recém-nascidas e as colocássemos dentro de uma libata onde fossem criadas em igualdade de circunstâncias aos pretos, a única diferença que se lhes poderia encontrar ao fim de alguns anos, seria a resultante do desenvolvimento anterior da sua raça a actuar numa reduzida percentagem no seu crescimento e nas suas acções, visto que o ambiente teria sempre a maior preponderância.

Se qualquer filho de europeu nascido em África, ao vir à Metrópole ainda pequeno, sente-se deslocado, aca-

nhado, sem aquela desenvoltura das crianças que cá encontra, talvez por influência do clima durante o período da gestão e do seu crescimento, como admirar que uma raça hereditariamente atrasada, mantida nessa situação mais por motivos de ordem financeira e económica dos países colonizadores do que por quaisquer outras, se encontre nesse estado?

Mas, o que eu quero ventilar, não é bem a sua fraca ou forte intelectualidade, a sua grande ou nula inteligência. O que me indigna é o fingimento que se alardeia de um esforço que não é verdadeiro, sob o ponto de vista civilizador. Quando muito colonizador, e nem sempre, sem continuidade.

Refiro-me a Angola, porque, se estivesse noutra lado de África certamente que as considerações não seriam muito diferentes, visto que todas as nações têm a mesma conveniência sobre a raça preta.

Até, talvez, sob o ponto de vista sentimental, fosse a crítica favorável aos portugueses.

Mas, vamos ao que importa.

O preto, concebido nas mais desgraçadas condições higiénicas, é gerado no ventre da mãe sem os indispensáveis cuidados, desde a insuficiência da alimentação e sem nexos, até à falta do elementar descanso, o que deve influir de sobremaneira na constituição do ser em gestação. Quando as dores surgem é quando a mãe decide a deitar-se e ao canto da cubata nasce o filho. Vem ao Mundo pois nas condições de qualquer animal irracional e estou mesmo convencido de que, com alguns destes, há mais cuidados e carinhos do que com aqueles.

Recém-nascido, continua a faltar-lhe todas as condições para um desenvolvimento normal e sadio. Mama, como qualquer outra criança e quantas vezes ainda na idade própria da amamentação lhe é dado, por estupidéz da mãe, bocados de pirão quentes que são empurrados pela boca abaixo com o auxílio de um criminoso e inconsciente dedo.

Nunca um ser nestas condições, de natureza raquítica muitas vezes, devido ao sangue dos pais, sangue deteriorado por idênticos motivos de vida e pela falta de cuidados, que desconhecem, quer na alimentação, quer na bebida — muito alcoólicos — como na água, pois

bebem-na das poças, respirando por vezes um ar saturado de micróbios ao pé de pântanos, pode vir a ser um homem robusto em toda a acepção da palavra. Vemo-los pois curvados e se não fora a grande resistência física da raça, degenerada através dos tempos, ainda menos viveriam.

Crescem. O abdómen cresce-lhe também de uma maneira acentuada, havendo casos de uma grande proeminência. O cérebro está no entanto paralisado.

Tudo se conjuga para conservar o pretito no mesmo estado dos seus progenitores.

Vive entre as galinhas, os porcos, as cabras, misturado com o lixo das estrumeiras, não o lavam, nem lhe ensinam a mais rudimentar noção da vida. Segue a esteira dos seus irmãos.

Passam as idades. Os três e quatro anos que é quando a criança necessita de mais atenções e o seu raciocínio começa a formar-se. Dos sete aos nove onde a imaginação e a memória estereotipam caracteres indeléveis no cérebro a desenvolver. Dos dez aos doze, que é quando a inteligência começa a actuar e a sugestão deixa vestígios mais pronunciados pela vida fora. (Haja em vista a habilidade da religião sobre a idade da criança.)

Dir-me-ão: Mas isso é em referência aos brancos.

Pois sim, se no preto não se observa isso, tão nitidamente, é porque lhe retiram todas as condições a esse fim. O que possivelmente se verificaria era mais dificuldades — num maior número dos retardatários, devido à herança da raça.

Chega assim aos quinze anos. Começa o trabalho agrícola e com ele os mesmos vícios dos restantes companheiros.

Come — e mal — trabalha e dorme. A imbecilidade acompanha-o toda a vida.

— Mas há as escolas-oficinas.

— Sim, de facto existem escolas-oficinas, mas sem que condições vivem elas? Quantos alunos comportam? Em que idades? Quais os resultados obtidos?

É o que vamos ver.

Quando estive em Angola, as escolas-oficinas atravessavam uma grande crise, não possuindo os meios

indispensáveis ao seu funcionamento — meios materiais e até mesmo morais.

Manda a justiça que se diga: que a legislação das escolas-oficinas, conquanto não resolvesse o problema civilizador, por partir de ponto de vista errado, é qualquer coisa mui diferente do que se observa de facto. Ela exterioriza uma vontade, a coadjuvação é que nem sempre se terá observado.

A de Vila Nova de Seles, teria quando muito uns 30 alunos e nas oficinas não chegava a um terço porque nem tinha o que era preciso — oficinas e ferramentas — nem quem ensinasse. Funcionava apenas a oficina de carpintaria.

Analisemos, porém, num preto que frequenta a escola-oficina o seu progresso em relação ao demais.

Apenas notamos isto: sabe ler e escrever — por falta de continuidade, mal — e alguns conseguem aprender um ofício.

E o resto?

— Que noções — cívicas, morais e sociais da vida — tem esse preto?

As mesmas que tinha ou pouco mais.

Na escola-oficina para onde vai aos dez anos, cheio de vícios e num grande embrutecimento, ensinam-lhe a ler e a escrever, mas o preto continua a conviver na libata, a passar da mesma maneira, o batuque aviva-lhe o estado semi-selvagem, o ambiente destrói tudo o que o professor ou mestre lhe possa ter incutido no ânimo, sob o ponto de vista moral.

Para isso ainda, é preciso que o mestre seja sempre branco e não tenha uma noção erradíssima, como numa grande parte dos coloniais têm, sobre o preto, e o professor seja criatura que faça da sua missão um verdadeiro apostolado.

Nem sempre sucederá uma e outra coisa.

O ler e o escrever no preto, não é consequência ou o natural complemento de uma anterior educação apropriada à respectiva idade é como que a preparação do que se lhe deve seguir — essa educação não lhe é dada e, quando ele entra na escola, o seu desequilíbrio é flagrante — nem a base para a aquisição de maiores conhecimentos.

Quer a instrução como o officio são adquiridos e executados materialmente.

Se um aluno promete, se se distingue dos outros, interroga-se. Que condições tem para poder continuar a estudar?

Se fosse possível convencer o pai de um preto a enviar o filho a estudar, logo ele perguntaria: Com que dinheiro? Com que fato? Com que calçado?

Sim, se a desgraçada situação económica do preto não lhe permite coisa alguma dessas? Se não lhe criaram necessidade alguma dessas? Se ele vive como um irracional?

Qual ó remédio então?

Civilizar! Mas civilizar de verdade.

Nunca nenhum princípio ou filosofia foi capaz de destruir esta afirmação de Danton: «Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo.»

E nem pão, nem educação se dá ao preto.

E quando lhes derem nalguma parte do mundo é sempre de maneira a não produzir qualquer indigestão por excesso alimentar, ou alguma congestão por esforço cerebral.

Ora se a escola-officina pegasse na criança, a retirasse do convívio deletério da libata, a acariciasse, educando-a gradualmente, integrando-a na vida, dela fizesse um homem e não o mesmo autómató que apenas sabe ler e escrever, já aquela raça estaria hoje noutra situação.

Eu sei que são capazes de objectar que muitas coisas estão previstas na legislação sobre escolas-officinas.

Pois sim, mas não existem.

Por falta de dinheiro, dirão.

Mas nesse caso é a sociedade capitalista — o seu individualismo egoísta — que dever ser condenada, visto que, arrogando a si o dever de civilizar uma raça mais atrasada, não cumpriu essa missão devidamente. E agora, que a mesma sociedade está no declínio, ainda menos o cumprirá.

África será até um grande problema para ser resolvido por outros princípios, não só mais humanos, como e sobretudo, mais justos.

Não queremos porém deixar passar o argumento sem uma resposta dentro da própria ordem geral das coisas.

Em Angola fizeram-se fabulosas fortunas. Nos últimos anos ainda antes da crise a atingir, quando a cotação do café por exemplo estava elevadíssima, roças houveram que, num ano, rendiam milhares de contos.

Qual o principal elemento dessas riquezas?

O preto.

Não vimos que qualquer imposto directo, só com o fim de civilizar o preto, incidisse sobre esses rendimentos. Assim se provaria o interesse, o afã, na missão a que, alaridamente, se lança aos quatro ventos mas que na realidade não passa de um arremedo de civilização.

Se no estrangeiro se faz ainda pior não sei. O que sei é que uma coisa não justifica a outra e as duas reunidas apenas revelam o critério geral estabelecido sobre a chamada civilização em África.

Se formos às missões católicas verificamos o mesmo, com a agravante de alimentarem a superstição do preto com a ideia religiosa no aspecto mais condenável — o de terror — quando a melhor doutrina seria o esclarecimento gradual para a destruição de todas as lendas, preconceitos e feitiços que são o tormento do preto, que o definha, que o martiriza, em momentos de autêntica alucinação.

Visitei a missão do Bailundo acompanhado dos meus amigos e também deportados Dr. Barbas de Albuquerque e Ten. Homem Rebelo. Lá estão também as oficinas onde o preto aprende um ofício. Havia uma tipografia. Sistema antigo é claro. Mas o que se estava compondo e imprimindo? Brochuras religiosas. Folhetos de orações. Descrição da vida de vários santos.

Que propaganda religiosa não se fazia por seu intermédio?

Onde está o intuito sincero de uma civilização que traduza a verdade e dê ao preto a noção da vida, livre de tudo que o tem embrutecido até hoje?

## CAPITULO XVI

### A VIDA EM COMUM. HÁBITOS E SUPERSTIÇÕES

O soba de hoje não tem o prestígio, a riqueza e o predomínio do que há dezenas de anos era classificado como o rei de várias tribos, com a sua corte de mulheres escolhidas, o seu vestuário de galões e dragonas, no desejo de se assemelhar a grande chefe de exército; a sua moradia especial, dissimulada por engenhoso labirinto interior, as suas inúmeras cabeças de gado com que presenteava cerimoniosamente os visitantes de categoria e que, por sua vez ofertavam objectos de adorno adequados às fantásticas indumentárias: espadas, capacetes, galões, etc.

Não. O soba de hoje está em decadência. Vi-os de aspecto desgraçado, tão pobres como os restantes pretos das respectivas libatas, tendo existência apenas como ponto de ligação entre a autoridade branca e os pretos, para os arrolamentos anuais, cobrança de impostos, fornecimento de braços para serviços especiais, etc.

Contudo o soba ainda é o chefe. E o soba grande — referência a uma determinada região — tem mais consideração, é mais respeitado. Quando é visto, o preto ajoelha, curva um pouco a espinha e bate inúmeras vezes com as mãos fortes palmadas, o que é correspondido com a bênção daquele.

Há também o século — o que substitui o soba na sua ausência — e o quimbanda — o curandeiro.

Quando o soba é «esperto», de acordo com o quimbanda e o século conseguem enquadrar-se na civilização e começa logo por ali a exploração do trabalhador preto. É a melhor criação, uma parte do produto do harimbo

e mais coisas para eles. Porém, o quimbanda, é quem melhor se governa com a aplicação das suas infalíveis rezas e curandices...

Cada região tem os seus hábitos. Alguns são gerais para muitas regiões.

Na parte referente à ligação entre os dois sexos, existe o alambamento, o presente do homem à sua pretendida, uma porção de sarja, um lenço grande, missanga, umas garrafas de vinho para a família dela, etc.

Nalguns lados, perante um caso de adultério, o acusador requer uma espécie de tribunal, onde assistem quase sempre as três pessoas da santíssima trindade — soba, quimbanda e o século — que decide a indemnização, em maior número de jardas, de pano salvador e de outros artigos que o sedutor tem de pagar, para se ilibar das responsabilidades do seu gesto.

Na região de Quilenda, onde estive perto de um ano, depois de sair de Seles e que fica no extremo norte do Amboim, deram-se algumas dessas cenas.

A mulher, podia depois, escolher qual dos dois pretendentes preferia e era com ele que de futuro vivia.

A alimentação consta quase sempre do mesmo: com a fuba fazem o pirão, com o feijão — caginga — e o peixe salgado é assado e comido em molho de óleo de palma, extraído do dendém, fruto da palmeira. Por vezes apanham uma erva e com ela fazem uma espécie de esparregado.

Há quem assim coma durante meses e anos, variando apenas com uma ratita que de quando em quando possa apanhar e que, assada também, com pelos, e colocada sobre o pirão, é comida à laia de pato com arroz.

Alguns vivem numa promiscuidade terrível. Dentro da mesma cubata, juntam-se um e mais casais e ali, sem os devidos resguardos, exercem todos os actos inerentes.

Esta situação não melhora também em certas sanzalas onde vivem ao serviço do proprietário branco, visto, dentro de cada cubata existirem quatro ou seis espécies de beliches feitos de troncos e ramos de palmeira, cobertas de capim e nem sempre barreadas, o que dá origem a grandes frestas, por onde entra o ar e se contêm muitas mais pneumonias.



Há os que apresentam grandes feridas. Sangue deteriorado, pequenos ferimentos que se avolumam por falta de tratamento, muitas vezes encobertos por eles próprios, aos quais aplicam pensos de folhas de árvore e que agravam de sobremaneira o mal. Rasgam-se também no mato, desleixam-se e as feridas atingem às vezes úlceras profundas e horríveis.

A bitacaia, espécie de pulga que se mete, especialmente entre a unha e a carne dos dedos dos pés, necessita ser extraída com um alfinete pouco tempo depois de se ter ali alojado, o que se sente por pequena picada. Quando há descuido, forma uma espécie de casulo o qual tem de ser tirado com cuidado para não rebentar, visto o líquido que espalha infectar por vezes o pé ou criar pequena ferida que leva tempo a sarar. Pois o preto relaxa-se de tal maneira, ou são tantas as bitacaias que se lhes introduzem nos pés, que alguns extraem-nas com afiados e pequenos paus, semelhantes a lápis aguçados, deixando grandes buracos por onde entra toda a porcaria, agravando as feridas, a ponto de haver muitos que já não têm dedos, comidos pela podridão.

As boubas é mal que também ataca o preto, julgo que é uma das consequências da sífilis que nele está muito incubada e que a falta de higiene desenvolve extraordinariamente.

Muito amigo do álcool, procura por todas as formas saciar esse vício, adquirindo vinho, que lhe é vendido sem escrúpulos, quer em quantidade, quer em qualidade, chegando a impingirem-lhe vinagre que ele bebe da mesma forma, sofregamente, miseravelmente.

Esta questão do álcool não tem a sua origem apenas no atraso da raça. Ela vem de trás. Quando os povos conquistadores punham pé em África, às tribos submetidas e aliadas davam-lhes, primeiro do que tudo, pólvora e álcool, que elas ingeriam constantemente tornando-se mais guerreiras e brutais. Era com a ajuda dessas tribos que os conquistadores iam submetendo outras e outras a quem iam fazendo iguais dádivas.

É notório até que os pretos do litoral são ainda mais viciados do que os do interior, por uma questão de hereditariedade na degenerescência alcoólica

dos seus antepassados, os primeiros em contacto com os povos civilizadores... e por isso mesmo estão em estado de maior decadência.

Quanto aos mortos envolve-os grandes superstições. Os enterramentos nem em todas as regiões é idêntico, encontrando-se, porém, em muitos lados, quando se atravessam terrenos onde existiram ou existem acampamentos, locais que indicam campas — uma cova coberta de terra à superfície, rodeada de um círculo de pedras e sobre ela os utensílios de cozinha do morto: uma velha colher, um garfo só com dois dentes, uma garrafa vazia e pouco mais. A maioria dos pretos come com os dedos.

Para que o casumbi — espírito do morto — não apareça e se incarne em qualquer dos viventes, são feitos cânticos fúnebres e o tradicional batuque realiza-se fatalmente.

Para se poder avaliar o poder de sugestão que o casumbi exerce sobre o preto, basta citar este facto que comigo se passou.

Apresentou-se-me uma preta, ajoelhada e com uma quinda de milho à cabeça. Era para vender, mas ela não falava; um preto que a acompanhava explicou então que ela tinha o espírito mau incarnado e que necessitava arranjar dinheiro para comprar fazendas para pagar ao quimbanda o trabalho que ele havia de ter para expulsar dela o casumbi. Por isso não podia falar e sempre que podia estava de joelhos como no cumprimento de uma penitência.

O quimbanda iria fazer-lhe umas rezas, colocar-lhe-ia à entrada da porta qualquer boneco e passados dias o mal teria passado. Caso o não fizesse, ir-se-ia consumindo, até morrer por sugestão, o que, já não deve ser o primeiro.

Os rapazes, aí pelas alturas dos doze anos, por cálculo, visto que ninguém sabe a idade que eles têm, predispõem-se para a circuncisão. É o quimbanda, ainda o operador, que os reúne em grupo para esse fim. Depois de realizado o acto, embrenham-se no mato, isolados de todos os restantes companheiros. Levam uma porção de mantimentos e lá os cozinham, com a caça que durante o interregno — um mês — apanham.

Regressam então ao fim dese tempo e embelezam com as peles dos diferentes animais e aves mortas, enchendo-as de terra, a primeira árvore do caminho da libata.

São peles de ratas de todos os tamanhos ao lado de penas vermelhas ou negras de vários pássaros sacrificados àquela prática milenária.

Os troncos iluminados com lâmpadas de cores diferentes, fariam lembrar uma esquisita árvore de Natal...

Apresentam-se então em grupo ao respectivo soba que os autoriza a poderem amigar-se. Uma espécie de velha alcoviteira, das pretas mais idosas do acampamento, dirige-lhes certas graças e ensinamentos...

São considerados homens a partir dessa data.

1. Representação gráfica em uma escala adequada  
de um dos dados apresentados no texto, com  
anotação de eixo e legenda, e título de  
de acordo com o tema do texto.  
2. Análise crítica dos dados apresentados no  
gráfico, com indicação de pontos de destaque  
e justificativa para os mesmos.  
3. Conclusão sobre o tema abordado no texto,  
com base nos dados apresentados no gráfico.  
4. Avaliação da qualidade da representação  
gráfica, com indicação de pontos de destaque  
e justificativa para os mesmos.  
5. Avaliação da qualidade da análise crítica,  
com indicação de pontos de destaque e  
justificativa para os mesmos.  
6. Avaliação da qualidade da conclusão,  
com indicação de pontos de destaque e  
justificativa para os mesmos.



## CAPITULO XVII

### A SITUAÇÃO ECONÓMICA DO PRETO

A situação económica do preto é irrisória para não a considerarmos de indigna.

Aos contratados — seis meses — paga-se-lhe 1\$00 por dia e comida. Esta é constituída por oitocentas gramas de fuba, duzentas gramas de feijão, duzentas e cinquenta gramas de carne ou então peixe, três ou quatro vezes por semana cinquenta gramas de óleo de palma e trinta gramas de sal. Isto é o que está determinado, mas rigorosamente cumprido, em poucos ou nenhuns lados o será. O preto trabalhador passa quase sempre mal.

Trabalha nesse período a média de 150 dias. Da importância respectiva — cento e cinquenta escudos — paga o imposto de 104\$00. Recebe um cobertor, uma camisola e um pano de quatro jardas, do patrão que serviu. Fica com 46\$00. Ora esta importância evapora-se em quaquer coisa que adquire por intermédio do comércio local e, muitas vezes em vinho.

Os outros seis meses passa-os no arimo, tratando da sua culturação.

Plantando milho, batata, feijão, mandioca e com estes artigos faz a permuta nas condições já descritas.

Pede sarja (tanga), sal (mongua), peixe (bige), carne (chito) ou alguma peça de vestuário que enverga sobre a pele, quer seja camisa, casaco ou sobrecasaca.

Do milho faz fuba com que se alimenta, permutando a que lhe venha a sobrar.

Seus meios de culturação são rudimentares ao extremo e não só a reduzida produção daí resultante como o tempo aplicado, são riquezas que se perdem.

Dessa forma, continua a viver como sempre; em situação primitiva.

Há entre o trabalhador preto, aquele que não quer ser contratado. Quase sempre é o que melhor sabe orientar-se (neste caso engana-se), o que se apresenta mais limpo, o mais desenvolvido, de uma forma geral.

Quer ser livre. Trabalha onde quer, sem coacção de espécie alguma...

O Estado exige-lhe o pagamento do imposto. Ele que arranje a respectiva importância, é quanto basta.

Mas, neste aspecto, a não ser na parte onde vincula um maior desejo de independência, o preto é prejudicado.

Não é tão bem tratado como aquele, visto a lei ou os seus executores não serem tão rigorosos para o contratante de voluntários.

Come pior e as suas queixas não são atendidas com a atenção igual à dos contratados. Se não quer comida, ganha 1\$80 por dia. Não recebe nem cobertor, nem pano, nem camisola.

Por isso a maioria dos patrões prefere voluntários. Dá-lhes maior rendimento... E estes não vêem isto. O espírito marca-lhes independência, mas o diabo é o resto, que eles não reconhecem por não o poderem atingir.

Dá-se por vezes um caso digno de nota. Os voluntários julgando ser mais livres são pelo contrário mais oprimidos. Conforme o chefe do posto da área onde trabalham.

Se a cobrança do imposto está atrasada, obrigam-no a trabalhar até que ela fique em dia. Depois, levam-no para reparações de estrada ou para trabalhos públicos onde estão por vezes muito tempo.

E nesses serviços, em muita parte, especialmente no interior, nem comida lhe dão! Sucede então este caso extraordinário e estupendo: o preto conserva-se meses e meses no serviço particular, vigiado pela respectiva autoridade. Vai depois para a estrada, onde o têm semanas senão meses, a pretexto de qualquer falta cometida e até mesmo sem pretexto algum. Não pode tratar do arimo, nem lhe dão comida. Como vive ele?

Vive de qualquer forma e por isso e por muitas mais coisas é que a raça definha de ano para ano e a população africana está tão reduzida.

Por outro lado, os funcionários mais diligentes, mais estimados, são os que conseguem apresentar, nas suas áreas os maiores melhoramentos materiais.

Não se lhes pergunta como? Nem é preciso...

Há também muita maneira de pagarem ao preto. Ou com dinheiro ou vendendo-lhe artigos de vestuário, por vezes muito usados. Este sistema é de certos particulares. O comerciante, o agricultor paga muitas vezes ao preto com a mercadoria, o que é proibido.

Estão vendo o negócio...

... e a primeira coisa que se deve fazer é...  
... e a segunda coisa é...  
... e a terceira coisa é...  
... e a quarta coisa é...  
... e a quinta coisa é...  
... e a sexta coisa é...  
... e a sétima coisa é...  
... e a oitava coisa é...  
... e a nona coisa é...  
... e a décima coisa é...

... e a primeira coisa é...  
... e a segunda coisa é...  
... e a terceira coisa é...  
... e a quarta coisa é...  
... e a quinta coisa é...  
... e a sexta coisa é...  
... e a sétima coisa é...  
... e a oitava coisa é...  
... e a nona coisa é...  
... e a décima coisa é...

... e a primeira coisa é...  
... e a segunda coisa é...  
... e a terceira coisa é...  
... e a quarta coisa é...  
... e a quinta coisa é...  
... e a sexta coisa é...  
... e a sétima coisa é...  
... e a oitava coisa é...  
... e a nona coisa é...  
... e a décima coisa é...





## CAPITULO XVIII

### A SITUAÇÃO MORAL

A legislação sobre o preto é rigorosa. Ela não permite certos casos que atrás ficam descritos. Mas é a legislação...

A autoridade — alguns representantes da autoridade — exerce uma grande pressão sobre o proprietário branco em defesa do trabalhador preto, para que se cumpra a lei.

Não é raro encontrar funcionando um tribunal onde se julgam casos de ludíbrio, violências corpóreas, etc. E multas pesadas caem sobre os transgressores. Administradores de Circunscrição há os que são inexoráveis. Mas, por outro lado, julgam eles poder fugir da legislação, a pretexto de benefícios públicos, arvorando-se em únicos mentores do preto e castigando-os por sua vez.

Ora tudo isso é um erro. O que é preciso, o que é imprescindível, é criar consciência no pobre trabalhador negro, para que ele possa saber o que é, o que vale e o que dele fazem, em benefício de toda a gente, menos no da respectiva raça.

O trabalhador indígena é, pois, lesado de qualquer maneira.

Ele, que representa o maior valor, é escarnecido pela sua ignorância.

Não é registado. O nome que tem é-lhe dado na libata. Não se sabe portanto a idade que tem. Supõe-se no entanto...

Continua a não lavar-se. Anda quase nu, come com os dedos, assoa-se a eles.

Mas isto mantém-se porque a educação é viciada desde o início, como já vimos.

Um dia, por eu ter fornecido a um preto uma colher para ele comer a sopa que se tornava escura com o contacto dos sujos dedos, colonos que estavam perto riram-se de mim...

De outra vez, logo ao princípio, porque alguns deportados, condoídos com o esforço que dois indígenas estavam fazendo no carregamento de uma camioneta, tivessem aliviado o peso dos volumes, deitando-lhes uma mão muito naturalmente, serviu isso de pretexto a uma estúpida ironia.

Que os pretos rebentassem ou se estraguem prematuramente pouco importa, o que é preciso é colocá-los numa situação de nítida inferioridade. É este o sentimento que predomina.

É claro que o princípio estabelecido na legislação não pode prever estes casos, que são individuais, mas isto revela sobretudo o ambiente. E o ambiente envolve tudo. É raro o europeu que consegue subtrair-se a essa influência. Quase todos pensam da mesma maneira. As causas de tudo aquilo ninguém se preocupa em estudá-las. Mantém-se por conveniência e é quanto basta.

Quem assim vive perde indubitavelmente possíveis qualidades que nunca chegam a exteriorizar-se.

O preto desce em dignidade. Não tem gosto por nada. Torna-se uma máquina inconsciente vivendo à parte de tudo, os próprios bens materiais que constrói fogem dele, é desprezado, riem-se das suas maneiras, enganam-no com promessas e, nascendo ignorado no meio do mato, entre mato é sepultado. Quem foi? Quantos anos viveu? Que origem teve? Foi um valor social na vida, comparado com o de tantos que nada fazem e usufruem o produto do seu esforço?

Sabe-se apenas que foi preto, que nasceu, viveu, morreu na mais abjecta das situações!

A legislação também prevê assistência médica, profilática, mas o certo é que ela não se realiza na maioria dos casos. Há porém lugares onde essa assistência é mais cuidada.

E não se realiza talvez mais por uma questão de rotina e até mesmo por essa errada noção sobre o preto

que encontramos a cada momento em África, mesmo em criaturas que, pela sua posição e estudo, deveriam possuir outra mentalidade.

No horizonte social descortina-se já o brilho de uma alvorada que há-de iluminar os homens num sentido mais elevado da vida, fazendo-os compreender que a sua maior missão é a do bem.

Assim é que será de facto civilizar.

Sei também que me pretenderão contestar com o que a legislação do primeiro alto comissário em Angola sobre a Assistência Indígena, estipula.

Já afirmei e reptio-o, essa legislação demarca uma opinião forte e uma grande vontade, contrariada por muitos interesses e ambições e conquanto não enfrente o problema com a profundidade que ele exige, porque tem em vista princípios que a evolução há-de inevitavelmente pulverizar — seria alguma coisa.

Mas é que essa legislação, na sua essência, não se cumpre. É atropelada.

As próprias «Comissões de Assistência Indígena» nessa legislação previstas sobre assistência médica se existissem em toda a Província, se bem que pretendam desbravar no inculto terreno da salubridade e higiene indígena, ainda não eram bastantes à destruição do mal. Elas nunca poderiam suplantar a influência do ambiente vivido em conjunto, nas mais baixas condições morais e económicas. O mesmo se poderá dizer quanto às instruções no mesmo sentido, indumentária e habitação do indígena, do Regulamento das Circunscrições.

Mesmo porque o principal ponto a atender é o da educação moral, em toda a sua extensão.

Se essa educação fosse dada desde o recém-nascido, mesmo avistando o indígena a família, mas não convivendo com ela, a influência do meio não se faria sentir tanto. Suponham, porém, que nos centros maiores, se montavam grandes escolas para onde fossem desviadas as crianças da região e do interior; nelas se lhes ministrasse, em contacto com a civilização dos meios mais desenvolvidos, ensinamentos literários e profissionais, acompanhados da educação que as preparasse na vida? Não seria isso mais lógico?

E não era preciso encerrá-las em asilos ou conventos. Pelo contrário, tudo livre, onde, a par dessa educação, pudesse a criança ir compreendendo a razão da sua existência em relação a toda a humanidade.

Isto, mesmo em presença das ambições da Alemanha, da Itália, da Inglaterra ou de qualquer outra nação. Ambições que somente patenteiam uma errada mentalidade e são a causa de todos os ódios e lutas entre os povos.

A doutrina, a sã doutrina é esta e é ela que levará os povos à sua libertação. Para lá se estão encaminhando apressadamente.

Ao contrário pois do que muitos pensam — percebemos os intentos e vislumbramos os interesses — a obra de civilização do indígena tem de começar por subtrair a criança à cubata imunda, miserável e deletéria.

De outra maneira, continuará aparecendo — o maior número permanecerá no mesmo estado de atraso — o preto que não sendo analfabeto é mais ignorante do que o branco analfabeto! Sem pois correlativo desenvolvimento mental e pessimamente educado.

Aos dez anos e ainda por cima na convivência da libata, é difícil já extirpar os vícios que adquiriu e manterá.

Os asilos, escolas ou internatos para o sexo feminino, onde estão eles com a latitude que seria de desejar? As maternidades seria pois o ideal.

Aos trabalhadores indígenas, a esses criar-lhes então condições de vida económica e moral melhores e rodeá-los dessa assistência.

Mas nem uma coisa, nem outra se faz.

O que se pretende é que o preto seja um produtor acima de tudo, mesmo que estúpido continue.

Há aqui muitos interesses não excluindo o de ordem nacionalista. É o caso. Toda a legislação, a mais liberal mesmo, vincula bem o facto: interesses de Estado. Ora interesses de Estado, são implicitamente interesses capitalistas.

Com essa preocupação antecipada não se civiliza a valer.

Aparenta-o fazê-lo qualquer país com poderes coloniais, pois todos eles têm idêntico objectivo.

O que se deduz portanto, em última análise, é que essa obra civilizadora poderá designar-se por obra de protecção maior ou menor conforme as criaturas que dirijam a Província e as condições do meio.

É isso o suficiente? É isso o mais humano?

Nós queremos mais. E queremos mais porque não medimos o direito das gentes pelo grau dos interesses do grupo, casta, partido ou nação.

O homem para nós é a unidade. Elevemo-lo ao mais alto grau de civilização, mas no profundo e humano significado do termo e teremos marcado o maior passo para a sua emancipação.

Nós também somos individualistas. Mas não no sentido egoísta da expressão. Somos individualistas porque queremos o homem no pleno gozo de todos os seus direitos, na plenitude de todas as suas faculdades, na integral satisfação das suas necessidades, tudo isto sem prejuízo do seu semelhante. Assim somos individualistas.

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text appears to be organized into several paragraphs, but the characters are too light and blurry to transcribe accurately. It seems to contain some form of report or letter.



## CAPTITULO XIX

### NAS ROÇAS

Cada roça tem a sua história. História que, em conjunto, jamais se fará, o que daria um interessante volume sobre a posse da terra em África, seu valor primitivo comparado ao actual, luta de interesses e ambições que tem desenvolvido, terra que contém em si tão preciosa riqueza, tanto suor do preto e inúmeros cadáveres de brancos.

E não se faz essa história, porque seria difícil fazê-la justa, verídica, imparcial.

Que formidável 'dossier' ela não daria, subsídios para uma obra honesta, que patenteasse, de uma maneira exuberante, todos os actos — do mais insignificante ao mais elevado — que tem envolvido a chamada civilização em Angola.

Que exteriorizasse, bem nítida e eloquentemente, os gestos dos seus autores — destrinchando os dignos, sérios e humanos, dos baixos e miseráveis.

Essa história julgo se não fará. Nem eu, neste livro, teria essa pretensão. Não só por falta de elementos indispensáveis a esse fim e também porque, ela só por si, daria assunto para um ou mais livros.

Só a paciência de um temperamento meticuloso e de profundo investigador, aliado a uma rápida percepção do ambiente, em relação às várias épocas atravessadas, poderia conseguir esse valioso trabalho como estudo, psicológico principalmente, dos homens e das suas tendências.

É no entanto interessante assistir ao cavaquear de velhos coloniais, tardinha alta, nos estabelecimentos

comerciais das várias localidades, quando o sol, disco vermelho como o fogo se vai escondendo, lá por detrás dos montes, vendo-se a olho nu distintamente, a sua aparente e lenta descida, que a terra, na sua rotação, provoca, uns por despeito, outros sinceramente, se decidem ventilar este assunto.

Ê ouvi-los!

Que de acres apreciações, intercaladas de fartas e significativas anedotas decorrem as suas conversações.

Que análise, que crítica, aos processos adoptados, fazendo-se justiça aos que souberam marcar uma atitude e verberando, com inúmeros factos — mesmo exagerados que sejam — os velhacos e extremamente egoístas.

E então é ver desfilar ante a nossa curiosa atenção, o passado, o presente, e o presumível futuro de alguns considerados grandes senhores de Angola!

Que histórias!...

Quis a situação económica que me criaram e o desejo de conhecer 'in loco' a vida e o movimento de uma roça, que eu tivesse exercido o cargo de empregado de escritório e de terreiros em duas delas.

Que formidável soma de trabalho — de brancos e de pretos — representa o incessante desenvolvimento da plantação do café e o tratamento e a intensificação do palmar?

Para que uma chávena de tão aromática bebida delicie o apreciador longínquo, lhe dê nervos ou lhe crie insónias permanentes, sabem lá a maioria dos frequentadores da «Brasileira», do «Itálio» ou do «Águia d'Ouro» — como também eu não sabia — as fazes por que passa, desde o rasgar do mato à colheita, a cultura do café?

Viver numa roça é, quase, viver isolado do resto do mundo.

Três ou quatro brancos apenas, a não ser que a propriedade seja de grande extensão e tenha muitas dependências estabelecidas no seu interior, e centenas de pretos.

Passavam-se dias e dias que só de manhã e à noite eu via os restantes empregados brancos, visto que, sendo o meu serviço na Sede, eles partiam para o mato cedo, lá comiam e só voltavam perto da noite, cansados



de trabalho e mortificados pelo calor que quebranta as energias e convida ao sono reparador.

O branco empregado nas roças, à excepção do administrador, que tem sempre uma situação especial, não tem, quase nunca, as condições de higiene, de alojamento e quantas vezes de alimentação, indispensáveis ao seu grande esforço.

Um dia inteiro ao sol, mormente o empregado de campo, suportando ainda as outras intempéries do clima — chuva, cacimbo, trovoadas — num constante caminhar, onde percorre léguas e léguas, suando e ressuando, inalando as emanações telúricas que o vão envenenando, aguentando febres lentas que o consomem intermitentemente, dilatando o estômago na saciação de uma sede insuportável, ele não tem depois o quarto higiénico, o banho reconfortante, o descanso suficiente a atenuar, pelo menos, aquele esgotamento de energias. É colocado, a maioria das vezes, à parte, arredado, consequência da convenção hierárquica da sociedade.

Mas sendo ele uma vítima, porquanto a maioria das vezes parte para a África num estado de atraso que se traduz simplesmente na percentagem de analfabetos ou semi-analfabetos que o País possui, julgam que reconhece no desgraçado preto uma maior vítima ainda?

Pelo contrário, exerce sobre ele uma pressão constante, considerando-o inapto, indolente e preguiçoso!

O preto que se corta no serviço, que vem receber curativo e de novo volta para lá, que abre, de corpo nu, o agreste matagal, que derruba as elevadíssimas e pesadas árvores, sucumbindo por vezes sob elas, que abre milhões de buracos num dispêndio de energia de que só ele é capaz, que planta o café, que o capina, que o colhe, que o pila, que o limpa, que o escolhe, que o ensaca e o põe pronto a embarque, que, com o seu trabalho, se fazem ou fizeram formidáveis fortunas — é inapto, indolente e preguiçoso?!

E que o fosse? Não só o clima teria nisso grande influência, como, pergunta-se: Que incentivo lhe dão, se já vimos como ele vive e como é tratado?

Que espécie de liberdade, a mais ínfima que seja, lhe conferem?

Que direitos tem?

Que usufruto tem do seu trabalho, que parte lhe cabe na grande riqueza que constitui?

Sempre a mesma mentira em toda a parte, agravadas no preto por um atraso mental desolador.

O branco vivendo mal, depauperando-se dia-a-dia num sonho que se torna a maior parte das vezes numa triste realidade: lá ficar — concorrendo para que o preto continue vegetando!

Que sociedade é esta que tais critérios estabelece?

O branco, vê-se prejudicado, acha-se numa situação que, só a força das circunstâncias e a sua falta de união e de organização permite, mas não atinge ou não quer compreender — o maior número é assim — a desumana e flagrantíssima vida animal do preto!

Que tremenda injustiça.

Durante a colheita a azáfama é maior. No campo, centenas de pretos munidos de coales — cestos próprios para a apanha e por eles feitos com grande rapidez — colhem o café em cereja, muito vermelhinha, dando ao ambiente uma nota agradável, como se estivessem num grande terreno rodeado de lindas cerejeiras.

Atravessar de carro uma roça quando o café está maduro e prestes a ser apanhado é das coisas mais pitorescas que assisti em África. Cafezeiros lindíssimos, de rama verdíssima, elegantes, de pouco mais de dois metros de altura, contendo alguns deles centenas de molinhos, com milhares de bagos.

Do arbusto vem para a secagem, sendo espalhado em montinhos por todo o extenso terreiro, bafejado pelo sol e pelo cacimbo, mexido e remexido de quando em vez até estar bem seco e o bago adquirir a indispensável cor — semelhante à greda — e que é a indicação de estar pronto para a pilagem.

Este trabalho então é feito com maços de madeira ao som de pancadas certas e seguidas e conjugado com gritos de animação, no desejo de cada um acabar à frente do companheiro. Seguidamente é pesado para se conhecer a quebra que teve.

Posto na tarara — máquina manual — onde é limpo da casca e de mais impurezas, é depois dado para

escolha, dividida em três categorias, trabalho este que as mulheres fazem com uma destreza admirável.

Ensacado, está pronto para o embarque.

Da colheita ao ensacamento decorrem uns três meses aproximadamente. Durante este tempo, o movimento é interessante: de dia, são maços que se elevam e descem num ritmo especial, filas de trabalhadores que estão a terminar a apanha e que transportam para as caixas respectivas os sacos ou coales cheios; ali, o movimento da máquina atirando pelo ar as cascas e as palhas, além, o estridente cantar do mulherio negro, pernas à vela, seios bamboleantes, escolhendo e acabando de limpar os pequeninos e vistosos bagos. À balança está um europeu que depois de pesar os sacos os vai empilhando e colocando as respectivas iniciais, um outro europeu aparece em toda a parte, andando numa roda viva de serviço para serviço.

É um quadro de vida, de agitação permanente. Os gritos, as exclamações, o sussurro, dão lugar a silêncios compassados para romperem com cantos ligeiros, muito rápidos e repetidos até ao aborrecimento.

De noite, faz-se a vigia do terreiro traduzida nas fortes pancadas de dois ferros que os guardas de meia em meia hora, mais ou menos, dão sinal de que se encontram acordados, quebrando o profundo silêncio da noite.

Exceptuando o interregno da colheita, a vida de uma roça é monótona. O clima, o isolamento, o cenário, colaboram intimamente para a excitação nervosa do branco. A vista cansa e o cérebro enfraquece. A neurastenia surge e com ela a má disposição, irrita-se com facilidade, as febres continuam, o estômago digere mal, o intestino ressen-te-se e o quinino, ingerido, diariamente actua bem e mal simultaneamente.

As funções normais do corpo perturbam-se e o indivíduo está doente, física e moralmente. Mas, trabalha sempre. Assim, é prematura a sua velhice. Nalguns, é evidente a fadiga mas há-os também suportando o clima com maior resistência. São os que não se ralam, sabido como é que os desgostos contribuem imenso em África para abalarem a nossa compleição.

De resto, o homem habitua-se a tudo. Se não vive melhor, adapta-se de qualquer forma ao meio que o cerca e lá se vai aguentando na mira de adquirir uns vinténs para o futuro, como dizem. E é tão arreigada nalguns esta sugestão, que não reparam no estado em que se encontram e num dado momento baqueiam para sempre ingloriamente.

Quando as biliosas se apoderam do organismo — duas ou três vezes — o médico manda regressar o paciente à Metrópole e ele teima em continuar, é quase certo que por lá fica a aumentar o número dos infelizes.

E o desenvolvimento de Angola tem-se feito assim com o torturante aniquilamento de brancos e o doloroso sacrifício de pretos. Tudo por uma errada noção das coisas. Tudo pelo atraso da maioria dos que para lá se encaminham, conjugado com o estado de embrutecimento da raça preta e em benefício apenas de uma minoria ambiciosa e sem escrúpulos.

E para quê?

Alguns estão hoje no declive caminhando a passos largos para a falência.

Pois se a crise do sistema capitalista é um facto e a sua derrocada será fatal!

Estupidez e maldade é o que encerra tudo isto.

Foi numa roça — na do Quipungo — onde estive perto de um ano que atravessei os piores momentos.

O clima não era dos melhores. Quando para lá fui, passava-se a quadra das grandes chuvas. Ressenti-me logo de entrada e a febre apoderou-se do meu organismo nos primeiros dois meses, abatendo as minhas forças. Mas suportei-a sempre de pé, trabalhando. O termómetro indicava temperaturas altas, a criogenina, o quinino e a aspirina intervinham como antídoto.

Mas, como não havia maneira de fazer desaparecer tão incomodativo hóspede, um dia pedi para que me applicassem meia dúzia de injeções de quinino — havia levado tantas já — pois seria remédio radical.

Ninguém, porém, as sabia dar. Teimei, de qualquer maneira servia.

A primeira, applicada no braço direito, a agulha mal enterrada na carne, o líquido escorrendo pela pele e ficando uma parte entre esta e a carne, produziu-me

uma nódoa negra, espécie de sangue pizado, que degenerou, ao fim de alguns dias, num buraco de um centímetro de profundidade e meio de circunferência com o líquido coalhado, agarrado como visco.

No braço esquerdo a mesma coisa.

Primeiramente os pachos de borato de sódio, seguidos de uma lavagem de permanganato, numa solução apropriada, nada conseguiram. Só algodão, embebido em tintura de iodo pôde extrair aquela pasta amarelada de quinino e os respectivos buracos puderam fechar com ajuda da pomada «cadum» aplicada umas três vezes ao dia num tratamento de durou perto de um mês.

A terceira injeção — numa nádega — provocou-me um enorme caroço que, só o tempo e a tintura pôde desfazer. Não estava em maré de sorte indubitavelmente. A quarta e a quinta é que não deixaram vestígios de maior importância.

Mas a febre diminuiu e, por último, só de vez em quando me visitava. O apetite voltou e eu pude, mais uma vez, livrar-me de complicações.

No quarto que me destinou o administrador nos últimos meses, que sempre me tratou com muita consideração, bem como os restantes empregados, a que eu correspondia da melhor maneira, e era dos melhores, tinha alguns livros — os meus confidentes — e inúmeros jornais.

Era lá que eu podia continuar a analisar serenamente a luta em que a humanidade se encontra envolvida desde que o mundo é mundo e o homem se tornou lobo do homem.

Tinha ali, naquela lufa-lufa do trabalho, uma patente e insofismável prova.

Num dia, perto à noitinha recebo carta da família e com ela a notícia do falecimento de minha mãe.

O maior abalo moral sofrido na deportação.

Nas voltas que nessa longa noite eu dei no referido quarto, ante a quietação nostálgica que me rodeava, entrecortada por compassado e enervante uivar de animal esfaimado ou do intenso ladrar dos cães, sinal da aproximação do bicho à caça, eu fiz perpassar na minha mente o sofrimento de uma mulher a quem a doença

não poupou submetendo-a sempre aos seus caprichos e, que moralmente, havia enfrentado — mais de uma vez — as forçadas ausências que me obrigavam a fazer.

Havia assistido à minha primeira prisão — há umror de anos — mas desconheceu a última, a que me havia atirado para o desterro. Contudo, sofreu imenso durante os últimos anos da sua vida, naquela contínua dúvida que as mães instintivamente sentem quando um suposto ou real perigo lhes preocupa o viver.

Nesta dolorosa reminiscência, lendo e relendo as cartas que me levaram a infausta notícia — fazendo passar no 'écran' da vida todas as dores, injustiças e desigualdades do mundo — eu pude empolgar melhor a grandeza da tragédia humana.

Era uma questão de sentimento, que me esmagava naquele momento.

O revolucionário, porém, continuava de pé e como tal reagiu. Ia alta a noite quando o tic-tac do despertador, meu inseparável companheiro, me advertiu de que era necessário repousar. Iludi o sono.

Na manhã seguinte, ante o olhar indiferente de centenas de pretos, procurei manter o aprumo moral que deve caracterizar os homens de pensamento, conhecedores das causas de todo o sofrimento e dispostos a dar a vida para que ele seja, quanto possível, atenuado; na elevação de actos que enobreçam e tornem a sociedade mais feliz. E os meses sucederam-se sobre a minha estada no Quipungo.

## CAPITULO XX

### A DITADURA EM ANGOLA

É claro que um estado de coisas desta ordem havia, inevitavelmente de influir na vida política, económica e social das colónias. Era assim que, no aspecto económico e financeiro, a obra salvadora do ministro das Finanças fazia ressentir os seus efeitos nas questões de crédito, agricultura e comércio da Província.

Exitia mais: era preciso, segundo opinião do ditador máximo, conjugar a situação financeira das colónias com a da Metrópole; era preciso, numa palavra, fazer a mesma obra aqui realizada.

Consequentemente, alguém de confiança era colocado à frente dos seus destinos, alguém que a ditadura há uns dois anos atrás havia deportado para S. Tomé e que regressara certamente penitenciado do acto que originou o seu desterro...

Com todos os poderes e fazendo-se acompanhar de quem quisesa, surge em Luanda, Filomeno da Câmara, acompanhado do tenente Moraes Sarmiento, espírito irrequieto, desvairado, causando admiração a toda a gente o seu aparecimento naquelas condições, pois ninguém havia esquecido a atitude por ele assumida para com o representante máximo da situação — general Carmona.

Encontrava-se pois em Angola o inimigo figadal da organização operária do Porto, a criatura que cometeu as maiores injustiças sobre os seus militantes. Previmos logo o desfecho trágico de atitude tão desmiolada.

Imediatamente surgiu à superfície, o problema político, até ali ainda por agitar nas proporções que depois veio a ter.

Morais Sarmiento fora nomeado Inspector da Administração Pública, cargo novo, constituído exactamente para a satisfação dos seus desígnios de perseguição, sobre quem não comungasse no seu quero posso e mando, de que se munira. Missão essa que lhe dava margem a percorrer uma grande zona de serviço onde a sua acção se fazia sentir de uma maneira atribulária, violenta e inadmissível.

Insultava, suspendia, transferia, demitia, prendia e deportava, tudo com a aprovação do alto comissário e até mesmo — havia quem o afirmasse — sem ele ter prévio conhecimento do sucedido visto lhe ter outorgado plenos poderes de mando.

As lojas maçónicas foram assaltadas, distinguindo-se nos assaltos o dr. Alfredo Cortez, que os chefou.

Julgando-se um homem superior, predestinado aos maiores encargos humanos, possuidor de uma incomensurável dose de egoísmo, Moraes Sarmiento, supunha que tudo se acobardaria e poderia passar triunfante sobre a desgraça que ia causando. Por isso saltava por cima de todos, desprestigiando toda a gente.

Os espíritos começam, primeiro a alamar-se, depois indignar-se. Há protestos, conflitos de ordem pessoal e, em vez de alguém intervir no sentido de pôr termo a tanto disparate, o que acontece é, pelo contrário, agravar-se a situação.

Aparece o jornal **O Portugal**, depois de umas conferências realizadas em defesa do fascismo e das milícias, onde Moraes Sarmiento patenteia bem nitidamente o que pretende fazer. Nesse jornal vislumbra-se ainda melhor qual o tipo de organização administrativa e social que ele pretende impor à colónia e que se baseia simplesmente naquele desejo de esmagar pela força toda a ideia contrária à sua. Continua a imperar o arbítrio sobre a restante imprensa, saltando-se até por cima da portaria que regulava a censura.

Ressentia-se que, a não modificar tal situação, qualquer coisa desagradável fecharia aquele triste interregno. O que seria? Sabia-se lá!



Em dado momento, retirou o alto comissário para o Sul, pois queria colocar-se por detrás da cortina, assistindo ao espectáculo que havia previsto, mas não tinha a coragem de representar a claro. E não entregando o governo ao Vice-Presidente do Conselho como está indicado na respectiva Carta Orgânica da Província. Enganou-se redondamente.

Morais Sarmento, vendo-se só redobrou de fúria nas perseguições e nos ataques, tendo sérios conflitos com os vários Chefes de Serviços da Colónia, pretendendo efectuar muitas mais prisões, e com os poderes que o alto comissário lhe havia deixado sentiu-se em país conquistado.

Os ânimos estavam excitados e exigiam providências de quem quer que fosse.

Na noite de 19 para 20 de Março de 1930, a guarnição militar cercou a casa do tenente Moraes Sarmento, a fim de prendê-lo e, segundo constou, recambiá-lo no primeiro barco para a Metrópole, para terminar com aquele reinado de tropelias. Assomou ele à janela da sua residência, vindo depois à rua e começou a disparar simultaneamente duas pistolas, ferindo uma das praças, que por esse motivo perdeu um dos braços. Nessa altura soou uma descarga e Moraes Sarmento é mortalmente ferido. Conduzido ao hospital, ali faleceu às 6 horas da manhã.

O alto comissário, que havia sido chamado à capital devido aos acontecimentos desenrolados, toma uma atitude inédita e decide arvorar-se em chefe revolucionário, mandando concentrar tropas para marchar sobre Luanda. Manda isolar esta de comunicações telegráficas e telefónicas, o que não é cumprido e estabelece a censura à correspondência na zona onde se encontrava. Como as forças eram reduzidas, pretende no Bailundo armar os respectivos indígenas!

Por sua vez, o Chefe do Estado-Maior manda concentrar na capital a 21.<sup>a</sup> Companhia Indígena de Delatando, para reforçar a guarnição local, faz a mobilização dos caminhos de ferro e estabelece a defesa da cidade, encontrando-se em superioridade numérica e com o apoio quase total da população de Angola. Só o distrito de Benguela pode dizer-se estava com o alto comissário.

Ocupou também, o Chefe do Estado-Maior, a região do Dondo, enviando para Cassolala a 13.<sup>a</sup> Companhia Indígena de Malanje e dispondo de mais forças em toda a Província.

E então observa-se isto. O ministro provisório das Colónias, dr. Oliveira Salazar, pretende manter à frente do governo de Angola o alto comissário, desautorizado naquele momento pela atitude que houvera assumido. Teimou, teimou, mas não teve outro remédio o sr. ministro das Colónias de que demitir o comandante Filomeno da Câmara e mandá-lo recolher a Lisboa.

Esta cena, das mais infelizes da ditadura, depressa foi esquecida, para de novo e mais tarde se elevar o homem que tanto mal e prejuízo havia feito.

Uma poça de sangue ficou a marcar, indelevelmente, em Angola, um dos quadros do grande drama...

E a situação piorou, insofismavelmente, devido aos factos consumados e com a obra financeira e económica, baseada no fatalíssimo imposto e no tradicional direito dos brancos contra os pretos, sobre todos numa palavra, agravado pelo citado alto comissário.

Os espíritos não sossegaram.

Os deportados políticos, que haviam sido atirados para África, a pretexto das suas ideias contrárias à situação, ou por terem entrado directamente em movimentos revolucionários, por lá continuavam suportando toda a espécie de contrariedades e doenças. Alguns haviam sucumbido e nos cemitérios das cidades ou do interior, seus corpos assinalam a passagem de uma data trágica em Portugal.

Os propriamente considerados políticos, desenvolviam a sua propaganda junto das respectivas populações o que, conjugado com os atropelos cometidos pelos ditadores, ia produzindo resultados favoráveis. E a eclosão até de um movimento que determinasse a queda da ditadura ou pelo menos a abalasse profundamente, não era questão impossível pelo andamento que as coisas tomavam.

Os revolucionários de doutrina social, entre o número dos quais me encontrava, não conseguiam ambiente tão propício, visto o atraso em que se encontrava Angola nesse aspecto.

Algumas tentativas de agitação foram feitas e o grupo de avançados que estava no Lubango, composto por Arnaldo Simões Januário, Francisco Quintal, Álvaro Ramos e outros, procurou ainda estabelecer, entre todos os deportados sociais, uma organização conducente aos fins de propaganda e de organização e simultaneamente de ataque cerrado à ditadura.

Não conseguiu o êxito desejado, não só pelos factos apontados, como pelas grandes distâncias que nos separavam dificultando a acção a desenvolver e pelo extravio da própria correspondência que reciprocamente transmitíamos.

Contudo, cada um, de «per si», na localidade onde se encontrava, ia agitando as ideias, cujos vestígios não desaparecem de todo, mesmo com o decorrer do tempo.

Ora ligue-se os acontecimentos atrás descritos com esta acção, cuja acuidade fora sua resultante, e com a dos colonos que sempre estiveram contra a ditadura, os que sofreram os maiores enxovalhos, e eram no maior número, e poder-se-á avaliar o grau da ebulição existente.

Foi fácil portanto aos elementos políticos desafectos, prepararem a eclosão de um movimento que deveria ter rebentado em princípios de Agosto de 1930. Factos diversos, entre os quais é fácil encontrar quem não cumpra com os compromissos feitos, deu ao mesmo um pálido simulacro de que originou mais perseguições e o desterro de alguns elementos locais para Cabo Verde.

Em seguida, é determinada a saída de todos os deportados de Angola, o que não evitou que a agitação continuasse e acontecimentos graves se tivessem desenrolado, mesmo depois da sua saída.

Eu que já há alguns meses vivia de novo no isolamento, porque tinha de conjugar toda a minha actividade, com uma situação mais desafogada, recebo ordem inesperada para embarcar no dia 8 de Setembro de 1930, o primeiro barco que passava com destino à Madeira.

Preparei as malas e fui deabalada. Angola ficou estrebuchando na sua dolorosa situação.

Quando poderá reagir?

A situação económica, agravada na sua obra financeira é que há-de matar a ditadura. Oh! se há-de.

E Angola é um dos mais graves aspectos do problema.

## CAPITULO XXI

### A CAMINHO DOS AÇORES

O «Mousinho», da Empresa Colonial de Navegação, vinha atrasado, dando margem a que eu pudesse ultimar alguns dos assuntos que me interessavam.

Havia recebido ordem de me apresentar na sede da 7.<sup>a</sup> Companhia Indígena em Huíla, onde fui, por coincidência e quando ali cheguei assisti a um caso de tragédia. O cadáver de um condenado, trazido momentos antes do local do crime, assassinado à machadada, apresentava a face horripelantemente golpeada e um aspecto de doloroso sofrimento. Fora encontrado no mato e o crime devia ter sido praticado há já alguns dias.

O quadro tinha todo o carácter de desgraça.

Desconfiava-se que o seu autor fosse outro condenado já preso e interrogado, conservando-se ele, porém, numa permanente negativa, conquanto houvesse caído nalgumas contradições.

Eu, que na Penitenciária como em África procurei estudar nesses milhares de réprobos da sociedade, as suas psicologias, os seus sentimentos, escutar-lhes as histórias das suas façanhas, descritas sob um repugnante cinismo, ou ouvir chorar a sua inocência; que procurava nos seus gestos, no seu caminhar, nos seus olhares, mortijas, nervosos ou de excitação, adivinhar o que lhes ia no fundo das suas almas; que, naquela Caíba-Iba, na região de Seles, para onde eram enviados os doentes e onde havia inúmeros tuberculosos, tive a apreensão de que estava apenas no meio de casos patológicos que uma sociedade não soube ou não quis atenuar, por intermédio de uma educação adequada e profundamente humana, o que dava ao ambiente cam-

biantes de tortura e de infelicidade, pude avaliar, naquele momento, toda a banalidade afinal do acto, cometido sob a mais fria insensibilidade por um dos muitos desgraçados que por lá vagueiam.

Dois condenados, dois corpos, simples matéria que a vida persistiu em manter na animalidade, por motivo fútil talvez, mas superior aos seus raciocínios, incompatibilizaram-se.

O mais odiento, premedita rancorosamente o crime. E, no meio do silêncio do campo, derruba-o à machadada.

Um corpo mais que tombou, retratando na sua dolorida fisionomia, um rictus de maldição. E uma nova condenação sobre a anterior. Outro cadáver, articulado apenas...

Regularizados os documentos para a partida seguimos — eu e Bibi, que estava também há muito tempo em Gabela — a Porto Amboim, porto de embarque.

Era quase noite quando nos despachámos e a camioneta que nos transportava não corria, voava, no percurso de cento e tal quilómetros que distancia as duas localidades.

Mas o barco mantinha o atraso e só no dia 9 à tarde fundeou.

Quando nos vimos a bordo, agora já com inúmeros companheiros, alguns dos que haviam partido connosco de Lisboa há três anos e outros, que se encontravam espalhados pelo interior, tivemos a sensação agradável da viagem. Os membros pareciam entorpecidos por falta de agitação. Precisávamos de outros meios e climas, a renovar.

Seguíamos em 3.<sup>a</sup> classe, algo diferente da casa de bagagem do «Pedro Gomes». O «Mousinho» é mesmo um barco moderno, com comodidades e asseio. Apenas com um inconveniente. Muito quente e de pouca ventilação interna. Havia sido comprado à Itália há alguns meses e por isso se apercebia da razão do facto. Tinha sido construído para a temperatura dos mares do Norte.

Visitámos todas as classes, verificando o belo aspecto dos seus aposentos. A camarinha das senhoras, na primeira classe, é luxuosa até.

A própria 3.<sup>a</sup> classe, mesmo com as extraordinárias diferenças notadas em relação às restantes, é muito

apresentável e os seus beliches limpos e cómodos. A sala de jantar, grande, com bastante luz, bem dispostas as suas inúmeras mesas, quase sempre de jarras com flores.

Mas onde se nota maior diferença a bordo, em todos os barcos, é na alimentação. Enquanto que, na primeira e segunda classes, se apresentam uma variedade de comidas e acepipes, por vezes indigestos, diga-se em abono da verdade, na modesta terceira apenas um prato reveste cada refeição.

A desigualdade mantém-se pois em toda a parte e como único argumento a justificá-la, isto: os preços também não são uniformes, fazem até uma enorme diferença.

Lá isso é verdade, mas, o que se pretende não é que o afortunado consiga passar optimamente, enquanto o pobretão, mal.

Mas estas coisas, não se resolvem com palavras. Vamos adiante.

Em Luanda, de novo tivemos que regularizar documentos no Quartel-General. Pouco tempo dispusemos, portanto, para ver a cidade que, à primeira vista, verificámos ser pouco desenvolvida em relação ao tamanho e valor da Província.

De longe e ainda a bordo observei as silhuetas de S. Miguel e S. Pedro e dependências do porto e dos caminhos de ferro.

Existem, a baixa e a alta da cidade. O maior movimento incide na baixa, onde há comércio, hotéis, alfândega, correios, telégrafos, cervejarias, cafés e se junta a maioria da população europeia.

Na parte alta é onde estão instalados alguns serviços, tribunais, escolas, hospitais, asilos e quartéis. Observei de relance um monumento, o de Salvador Correia, mas há mais e algumas igrejas.

Embarco numa das últimas lanchas que vão para bordo, quase não me dando tempo a almoçar em terra, o que fiz muito rapidamente.

O «Mousinho», airoso e desempenado trazia como disse dezenas de deportados, transferidos para os Açores.

Alguns seguem combalidos, doentes, outros que há pouco tempo tinham mandado ir as famílias para África,

maldiziam a sua sorte, pelas despesas que eram obrigados a fazer com o seu regresso. Os mais novos, de sangue ainda forte, aparentavam relativa alegria e convicções profundas no desmoronar da ditadura.

Mas os meses iam passando e com eles a energia e a saúde de alguns.

Na sala de fumo joga-se. Um outro passageiro, deportado ou não, entretém seus ócios lendo. Ali nos aparece também a conhecida grafonola. É do Manuel Marques, militante dos marítimos e que regressa dos Caminhos de Ferro de Benguela, onde esteve colocado. Tem uma variedade de óperas e operetas.

Em viagem, conversa-se muito. A maior parte do tempo é nisso ocupado. Procurava-me então todos os dias, visto viajar em 2.<sup>a</sup> classe. — Mais tarde, nos Açores, baixou para terceira, visto as categorias dos deportados variarem conforme o critério dos oficiais que superintendiam em tais serviços.

O já idoso Manuel Portules Saraiva, havia servido na Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta durante 30 anos, desempenhando cargos de certa responsabilidade. Pois tinha sido enviado para África como bolchevista, por rancor, por ódio, do então director daqueles caminhos de ferro, Joaquim Abranches, ao mesmo tempo oficial do Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro.

Porquê? Por aquele ocupar o cargo de presidente da respectiva Associação de Classe.

— Ia para quatro anos já que tinha sido preso e enviado para Huambo. Ele, que havia estacionado na ideia republicana, com tendência, quando muito, para simples reformas socialistas, acusado de bolchevista e deportado por esse motivo! E, como ele, tantos outros...

O mar estava pouco calmo. O «Mousinho», que havia enfrentado, à saída de Lourenço Marques, uma forte tempestade, seguia contudo sereno, fleumático. Elevando a popa para melhor lóbrigar o horizonte infinito e fazendo-a, depois, mergulhar profundamente, espadando espuma nas ondas algo revoltas, dando-nos a sensação de seguirmos num berço enorme, agitado por mãos convulsas de desespero. Um pouco de água de quando em quando saltava o convés e vinha beijar-nos



docemente, solicitando-nos o perdão daquele incessante mal-estar...

Passados dois dias veio a bonança, a serenidade, o notável prazer que se sente em seguida a uma indisposição.

Estávamos a caminho de S. Tomé, onde chegámos, Águas sereníssimas, de um azul transparente.

Aproveitámos o ensejo de viajarmos desta vez como passageiros, com liberdade plena de desembarcar e seguirmos para terra.

Compreende-se logicamente que não é em duas ou três horas que se poderá apreciar o que precisa muito tempo de análise. Mas, contentámo-nos.

A vida de S. Tomé é diferente da de Luanda. Nota-se mais progresso e talvez mesmo maior movimento comercial. As ruas largas e limpas, algumas avenidas regulares, muitas casas de fazendas, sedas, bujigangas. Alguns bons edifícios, jardins, hotéis, cervejarias, esplanadas.

O mercado denota agitação. O preto tem outro aspecto e apresenta-se mais simpático.

Falaram-nos nas roças. O tempo voava, mas o desejo de, pelo menos, irmos até ao interior levou-nos num carro de corrida à roça Água Izé.

Apenas pudemos ver algumas instalações, o hospital especialmente. De facto, qualquer coisa diferente de Angola, superior até ao que a Companhia Agrícola tem na Boa Entrada, região do Amboim, para os doentes da respectiva roça.

As enfermarias muito arejadas e limpas, os enfermeiros atenciosos. Visitámo-las.

Estivemos mais demoradamente na enfermaria dos partos, onde as pretas sorriam e brincavam com os filhos recém-nascidos.

Precisávamos, porém, ver muito mais. Embrenhar-mo-nos no mato, vivermos por lá algum tempo, como em Angola, para ajuizarmos criteriosamente.

Ficará para outra vez...

O tempo urgia e retirámo-nos com pressa. Pela caminho, pretos transportando cestos à cabeça riam-se negligentemente à nossa passagem.

Chegámos à cidade. Entrámos numa loja e apre-  
cámos trabalhos feitos em tartaruga. Mais tarde sou-  
bemos que tínhamos sido escandalosamente explorados.

Perguntando com ar ingénuo ao caixeiro que nos  
servia se aquilo realmente era feito pelos pretos, obti-  
vemos esta resposta:

«Os senhores admiram-se? O pretos são capazes de  
fazer tudo quanto os brancos executam. A questão é dos  
ensiná-los. E mais ao ouvido: olhem, a melhor lan-  
ceta do hospital de S. Tomé, é a de um médico preto.  
Já vêem, pois.»

Não nos causou surpresa.

Demos ainda uma volta pela cidade e tivemos ocasião  
de analisar mais atentamente o palácio do governo, o  
Banco, os Correios, edifícios confortáveis e que se im-  
põem pela sua aparência e comodidades.

O barco havia dado o primeiro sinal de partida e nós  
ainda em terra. Não havia tempo a perder. Embarcámos  
na pequena lancha.

De S. Tomé à Madeira, uns dez dias de viagem se-  
guidos, aproveitei o tempo a escrever.

O calor começou a apertar. Os gelados não conse-  
guiam refrescar-nos convenientemente e as ventoinhas,  
trabalhando a toda a força, iam deslocando um pouco de  
delicioso ar, por todos disputado.

Nas alturas da Serra Leoa — inglesa actualmente —  
chove e, ao longe, relampeja, não se ouvindo, porém, o  
ribombar do trovão como de costume. Mas o calor con-  
tinua e a electricidade incide sobre os nossos nervos.

O clima é terrível e os colonos ingleses muitos mor-  
rem por lá.

Mais adiante, no golfo da Guiné, asfixia-se. A casa  
de banho é um forno. Quando saímos da água, o suor  
inunda-nos o corpo. São dois banhos ao mesmo tempo.

Percorro mais uma vez o barco de lés a lés à procura  
de uma benéfica aragem. Nada.

Na 1.<sup>a</sup> classe, crianças de simples fatinhos sobre o  
corpo, brincam descuidadamente em bicicletas infantis.  
Além, estiraçado numa cadeira de viagem, um cavalheiro  
lê um livro francês sobre a Rússia, que me não recorda  
o título.

Segunda classe. É a hora do concerto. A sala de fumo está cheia de passageiros e aprecio as notas de um violino gemendo, uma eterna saudade. O piano soluça e uma voz de criança, a quem fazem uma partida, rompe o silêncio profundo. Há risos de simpatia, filhos de sentimentos iguais, de gente que se vê pela primeira vez a bordo, mas que se estima, pelo menos durante os dias de viagem... É o riso da delicadeza, da conveniência, da necessidade. Depois, cá fora, raro se conhecem; tudo se esvai, como o fumo que, em elevadas espirais dá ao ambiente um ar intoxicante.

Saio. O relógio da ponte do comando bate um quarto de hora. Um marinheiro ágil e de semblante tostado pelo sol, encarrapita-se num mastro, em cumprimento de qualquer missão que lhe está designada. Mais homens da tripulação, mudam a fisionomia às diferentes peças que compõem a nossa casa flutuante. São respiradouros que se vestem de branco, mastros que o castanho vai tornando garbosos, resguardos que aparentam mocidade e frescura.

Passam junto a nós trabalhadores do fogo. Terminaram o quarto de serviço. Vêm enfarruscados, num contraste irónico com as coisas que nos circundam e que cheiram a tinta, que é preciso não ofender, para que tudo chegue limpo ao destino.

Atravesso um corredor. Ao centro sente-se distintamente o resfolgar das máquinas.

É lá em baixo, o coração do barco. Cheira a óleo. O brilho de milhares de peças, analisadas do alto, deslumbram a vista. O maquinista de quarto vai de um lado ao outro, verificar relógios, graduações. Nas caldeiras, o serviço é contínuo. O fogueiro está vigilante. O chegador, pode dizer-se, não descansa. A boca escancarada e sanguínea da fornalha exige muito alimento.

É o trabalho numa das suas mais interessantes e árduas manifestações. É a vida, pois. Toda aquela actividade passa despercebida à maioria dos que viajam.

E os trabalhadores vão, ante a indiferença geral, enegrecidos pelo carvão e tresandando a suor, a caminho do banho reconfortante.

Chego de novo à 3.<sup>a</sup> classe. Encontro a mesma tristeza nalguns semblantes. O sofrimento acabrunha o

espírito. E as febres de África esteriotipam seus estragos nas faces amareladas de muitos que por lá estiveram anos e que regressam desanimados. A crise é tremenda e as reservas, o reduzido pecúlio, não chegará decerto para o reabilitar de forças. E já a desilusão...

Estamos a 36 horas da Madeira. Navegamos nas alturas das Canárias, mar mais agitado. O calor já nos não atormenta e há nos olhares expressões de alegria, à medida que nos aproximamos do nosso esplêndido clima.

Destinaram-nos os Açores, mas desconhecemos o local para onde nos transferem.

Ultimo umas recomendações com alguns elementos da tripulação, camaradas dedicados que me dispensaram todas as atenções e espero radiante o desembarque na Pérola do Oceano.

Lisboa, ainda não será desta vez que a lobrigarei.

## CAPITULO XXII

### NA MADEIRA

Foi constrangidamente que deixei o «Mousinho». Tão pertinho de Lisboa, a 40 horas de boa marcha, seria de aproveitar. Não tinha porém condicionado as coisas a esse fim. Despedi-me, pois, pensando no tempo que ainda me conservaria fora do continente. Em Angola estive três anos, era de estar farto da deportação.

E já que de novo cito África, quero fazer salientar aqui que conquanto não me entusiasme a selva africana, nesse desejo de aventura mui próprio de portugueses, a vida do interior não é coisa que qualquer homem saudável não possa suportar, sem receio. O estar desterrado, também não amedrontará quem tenha a consciência dos actos que pratica e a clarividência necessária para enfrentar as suas consequências. Muito menos, quando esse afastamento é provocado pela firmeza de ideais que se impõem pela grandeza dos seus objectivos.

Mas junte-se a estes dois aspectos, o de uma situação económica e moral especialíssima, propositadamente criada para nos aniquilar e África representa então algo na nossa vida, que nos mortifica quando a revivemos em mente.

A resistência de alguns foi maior do que supunham e, mesmo abalada, pôde ainda aturar meses e meses de afastamento, vergada ao peso da doença, que dia-a-dia mais se agravava. Desses, houve os que, mais profundamente atingidos, vieram cair nos Açores.

Por isso, para muitos o desembarque na Madeira era como o aviso antecipado da sua morte. Pobres deportados.

E o que não terão sofrido as vítimas da ditadura — por questões políticas ou sociais — com a ingrata e infame classificação de cadastrados?

Seria necessário saber-se quantos por lá ficaram para que a apoteose se apresentasse nas suas verdadeiras cores.

Não tenho elementos para investigá-lo. Outros o farão decerto mais habilitados do que eu nesse ponto.

A ilha ainda não pôde desta vez satisfazer a nossa curiosidade.

Apenas nos deram 36 horas de estadia e, nesse tempo, tivemos de regularizar guias e investigar o destino que nos era dado.

O cais, à chegada do barco que conduzia os deportados, encontrava-se repleto. Além do movimento normal, haviam ali ocorrido para nos saudarem, as dezenas de criaturas que, nas mesmas condições e pelos mesmos motivos, se encontravam de passagem na Madeira, ignorando para onde as enviariam.

Manifestações de simpatia e entusiasmo, com abraços de amigos que já não víamos há muito e um longo cortejo, entrecortado de exclamações: «Olha quem ele é»; «Então qual é o destino?»; «Estes diabos querem fazer-nos viajar através de África e agora as ilhas» — alegria, vida, persistência na luta — leva-nos ao quartel-general onde fizemos a nossa apresentação.

Alojados em seguida num hotel, demos uma volta pela cidade onde admirámos, desde o calcetamento das ruas, ensebado e escorregadio, até ao efeito surpreendente da baía, salpicada de bandeiras de várias nacionalidades.

Os carros de verga cobertos a lona, assentes sobre madeira, com sola de aço, e puxados por bois, são das coisas mais características da madeira.

O buzinar de automóveis que cortam constantemente a cidade, dão-nos, logo de entrada, a nota viva e interessante do seu movimento.

A profusão de estabelecimentos, enfeitados com bordados lindíssimos; outros com vistas de todos os tamanhos em montras apropriadas, cervejarias, cafés, bares, resguardados por grandes toldos e assiduamente frequentados; quiosques onde se vendem jornais de vários

países, livros, postais e bazares, especialmente de artigos regionais.

Atravessámos o jardim público e admirámos a sua estufa onde havia algumas plantas exóticas. Passámos pelo Liceu Jaime Moniz.

À tarde, um carro levou-nos ao Pico dos Barcelos, onde presenciámos um formoso panorama. Raras vezes os nossos olhos terão ocasião de saborear idêntico cenário. Conjugação natural onde a mão do homem, parece ter levado apenas aquilo que faltava ao ambiente da linda vegetação. A casinha elegante a sair do meio da verdura viçosa por onde a água entoa murmúrios; os canteiros floridos, engrinaldados de vastas trepadeiras, os enlevados relvedos contornando os pontos ajardinados, são de uma magnificência admirável.

Nos solcalcos, as plantações cuidadosamente tratadas, entre carvalhos e palmeiras, mais ao alto os pinhais e em nosso redor, entre os milhares de aspectos que nos deliciam o espírito, uma vista soberba.

Um ar puríssimo. Ao longe, lá em baixo, lutando constantemente com a rocha, o mar escumoso fecha aquele quadro de maravilha.

Mas, a par de tudo isso, a Madeira tem coisas que a deslustram. Servindo de estância de repouso a gente endinheirada que, mormente do estrangeiro, acorre ao seu adorável clima, por ironia, por escárnio, a miséria na sua população é pavorosa. Há quadros terríveis de desgraça que ensombram a bela impressão do seu panorama.

E a poesia esmorece ante a crua realidade, panorama máximo da vida.

Cidade cosmopolita, o Funchal tem os seus vícios, bastante desenvolvidos. A religião exerce também, ali, grande influência, cruzando as ruas, diariamente, muitos padres.

São três males, como vêm dos maiores e que não elevam a Madeira ao nível do seu lindo horizonte... Ao futuro estará reservado certamente esse equilíbrio.

De volta do Pico dos Barcelos, viemos apreciando a fisionomia das pequeninas moradias e dos vistosos palacetes, aformoseados por viçosas flores, que em todo

o percurso nos deliciaram com os seus perfumes. Nas curvas dos caminhos, quando deixávamos para trás uma pintura inegalável do quadro, logo outra nos surgia, de cambiantes diversos que nos inebriava a vista.

A Madeira é de facto admirável, o que me foi confirmado nas longas digressões que mais tarde fiz no interior da ilha.

Mas, de novo surge o contraste: é triste a vida da maioria da sua população. A crise é enorme e com ela a fome devastando vários lares.

Essa beleza é pois ofendida; e só resgatando-a, a Madeira será grande como o seu afamado clima e deslumbrante paisagem.

Aos trabalhadores — manuais e intelectuais — a quem indubitavelmente pertence o futuro, cabe a missão desse resgate. Que se preparem para ele e quanto antes...



## CAPITULO XXIII

### EM PONTA DELGADA

Saímos da Madeira a 25 de Setembro de 1930, à noite.

O «Carvalho Araújo», que nos transportava aos Açores, é também um barco novo, limpo, correspondendo, de uma maneira geral, às necessidades das viagens de poucos dias, como são as carreiras a que foi destinado.

O seu nome, como homenagem prestada ao comandante do «Augusto Castilho», na luta que este sustentou com o submarino alemão e em defesa do paquete «S. Miguel», durante o doloroso interregno do conflito europeu, está bem vincado numa lápide que foi colocada no navio e que, além do busto do valente marinheiro, sintetiza sempre e em conjunto, quanto a nós, a abnegação de toda a tripulação do referido caça-minas.

Os dois dias de viagem que separam a Madeira da ilha de S. Miguel, foram passados em relativa calma, à excepção da primeira noite que fez um pouco de mar, o que originou vários enjoos, especialmente de alguns padres e aspirantes a tal, que, em grande número, seguiram para o seminário de Ponta Delgada.

Dos deportados, lembro-me de ver mais ou menos as mesmas caras, pois, na rotação estabelecida, encontrávamo-nos sempre num ponto ou noutro, para logo sermos separados para locais diferentes e mais tarde nos vermos de novo.

Na manhã de 27, avista-se a ilha de Santa Maria cuja descoberta, alguns historiadores, atribuem a Gonçalo Velho, em 1432, pela qual se iniciou o povoamento do respectivo arquipélago alguns anos depois.

Faz parte, com São Miguel, do grupo Oriental e a sua capital é Vila do Porto.

De aspecto montanhoso, é das ilhas mais pequenas dos Açores e a sua população não deve ir além de sete mil habitantes, a qual se dedica à cultura e criação de gado.

Apenas um dos barcos da carreira Lisboa-Açores a serve, o que não impossibilitou que para lá fossem enviados deportados.

Na mente dos ditadores e dos seus satélites, havia uma única intenção: afastar do seu caminho todos os que, de qualquer maneira, pudessem contrariar os seus desígnios.

Questões de sentimento não havia. Não lhes importava a eles que os perseguidos não tivessem notícias. Se fosse possível conservá-los num completo isolamento, seria o ideal.

Mais tarde, quando os seus erros levaram a Madeira à revolução, por ironia das ironias, vamos encontrá-los nas prisões, profundamente abatidos com a sua situação, havia-os chorando convulsivamente, outros, patenteando uma grande excitação nervosa, pensando alguns até que acabariam ali os seus dias!

Essa falta de coragem, essa desgraçada atitude foi o que levou o jornal **A Batalha**, que transitoriamente dirigi, a escrever a 13-4-1931, durante o referido movimento, e com o título «O espectro... das deportações», o seguinte:

«Quem tenha acompanhado, dia-a-dia, os actos dos homens que há cinco anos vêm reduzindo o povo português à situação mais aviltante que conhecemos, chegou, decerto como nós, a essa conclusão: ou tudo se submetia ao critério comensinho dos ditadores ou a prisão, seguida da deportação, seria a sorte que esperavam os que, nobremente, protestavam contra tanta exploração e iniquidade.

E assim foi de facto durante muito tempo.

Em África, chegaram a estar milhares de deportados que, no continente, pelas suas atitudes desassombradas, haviam conquistado o ódio dos

ditadores. Alguns morreram por lá, outros vieram morrer aos Açores e dalguns sabemos nós que estão arruinados para sempre! Nem as lágrimas das companheiras queridas, nem as súplicas dos filhos adorados, sensibilizaram os homens que, pela força, pretendiam converter o povo português a um submisso e criminoso silêncio.

Ainda agora, depois de tantos sofrimentos, depois de em África, durante anos, terem sofrido as inclemências de um clima depauperante, e de uma situação económica difficilissima ainda agora, se dispunham a enviar para Cabo Verde e Guiné dezenas de vítimas!

Profundamente desumano!

Profundamente miserável!

Ao povo da Madeira também lhe haviam reservado igual destino. Perto de quatrocentos deportados eram os que se seguiriam brevemente para as mesmas paragens africanas.

Isto, sem respeito, nem sequer a mínima consideração, pelos interesses da Madeira, espezinha-dos por um grupo de senhores, que se julgavam omnipotentes, nesta terra onde a miséria lavra intensamente, onde a fome se instalou já em muitos lares!

Estas deportações seriam feitas sem um pá-lido protesto dos que hoje choram já a sua situação, mas jamais pensaram no sofrimento que o seu indiferentismo, conviência ou responsabilidade directa, originaram a tantos e tantos entes que foram suas vítimas.

Hoje, horroriza-os a visão de uma situação idêntica!

Hoje, têm medo de assumir a responsabilidade dos seus actos!

E é em presença deste confronto, que nós admiramos de sobremaneira a altivez, a firmeza de carácter, o espírito de combatividade, dos deportados da ditadura de há cinco anos!

Era observar-lhes a esperança, a certeza e uma vitória nítida, através de milhares de sa-

crifícios, mas sempre com uma grandeza d'alma admirável.

Hoje, os tiranos, vêem as deportações como um espectro!...

E os deportados da ditadura continuam na luta em defesa da liberdade!

Isto, é nobreza!

Aquilo, é... miséria moral.

E fica tudo dito.»

E os que, naquele momento, poderiam ser os seus julgadores, guardaram-nos sob os mais generosos sentimentos sendo, mais uma vez, atirados para Cabo Verde e para Timor!

Que singular contraste!

Deixámos Santa Maria e, S. Miguel, a maior ilha dos Açores, começa a descobrir-se nítida aos nossos olhos. É primeiro uma massa indistinta de grande comprimento que, pouco a pouco, vai mostrando os contornos da sua capital, a qual se nos apresenta de frente alegre, branco casario, observando-se distintamente o movimento da parte baixa da cidade, junto ao cais, o relógio da torre e o vaivém da gente que, na labuta diária, se cruza na rua.

Estamos próximos de terra e à nossa volta navegam leves barquitos que trazem para bordo gente que vem tratar dos seus negócios e as entidades que têm ali missões a desempenhar.

Desembarcámos. É a nossa primeira etapa nos Açores. Qual seria a segunda? Ignorávamo-lo então.

No cais, inúmera gente, a maioria deportados, que já tinham vindo adiante... São perto de duzentos conosco. Quase todos esperam o destino definitivo.

Nas repartições militares estuda-se confidencialmente o assunto...

Renovam-se as manifestações de simpatia. Companheiros do início da deportação, como o Rijo por exemplo, que há um ano havia partido gravemente doente de Angola, ali estava, de melhor aspecto, mas muito combatido, ainda. Estava acompanhado do filho que há pouco havia mandado ir para o pé dele. O governo não autorizara o seu regresso à Metrópole, como não havia

permitido o de outros que as juntas haviam indicado como indispensável. É ele que nos consegue arranjar um quarto, com duas camas, visto as dificuldades que havia de momento, onde eu e Bibi, com quem viajei sempre, nos alojámos durante os quinze dias que lá estivemos. Pelas paredes do acanhado recinto, uma dúzia de quadros com figuras de santos. Em cima da cómoda, um oratório. Era assim, pouco mais, pouco menos, em todas as casas.

E a propósito, quero-vos contar um caso engraçado. Um deportado, não me recorda o nome, rapaz cheio de saúde, cheio de alegria e boa disposição, ao entrar no quarto que lhe destinaram e dando de caras com toda aquela companhia, julgando-se na presença de um ardi-losa 'complot' e não lhe sendo simpática uma convivência demorada com tão boa gente, vai aos quadros e vira-os todos para o lado da parede. Dessa forma, dizia ele, já eles não vêem o que eu faço, nem poderão divulgá-lo a quem quer que seja. E saiu, descansado, daí a algum tempo, para o jantar. À noite, quando voltou, cismando no possível entendimento que, mesmo assim o Santo António tivesse podido fazer com o seu vizinho São João e no que, durante a noite, viesse a desenrolar-se contra o seu gesto, mete a chave à porta e, quando a luz ilumina as paredes nuas do aposento, vacila e logo à sua imaginação salta este pensamento: Milagre, certamente milagre!

Decididamente, a dona da casa não gostou da brincadeira e se o hóspede não gostava também de ver os santos de frente, também não os havia de observar de costas... E levou-os dali, naturalmente para o seu quarto.

O protesto, daquela forma, produziu o efeito desejado e deu azo à constante hilaridade entre os que, dele tiveram conhecimento.

Ponta Delgada, muito imbuída de espírito religioso, como aliás todos os Açores, tem um porto artificial para abrigo da navegação que, em relação à estrangeira, é bem diminuta actualmente. Conta-se por lá que a exigências diversas isso se deve. Parece no entanto não ser estranho ao facto a actual construção de barcos, com grandes depósitos de carvão, que os dispensa, du-

rante as viagens, de novo abastecimento. Seja como for, é raríssimo fundear no seu porto um barco estrangeiro, o que não sucedia há anos atrás, pois era um dos portos mais frequentados pela navegação.

São três as freguesias em que se divide a capital de S. Miguel: S. José, Matriz e S. Pedro.

A sua população deverá computar-se em vinte e dois mil habitantes, ficando-me a impressão do seu reservado temperamento.

É a ilha de natureza vulcânica e o seu clima considerado temperado.

Tem posto de T.S.F. e está ligada ao cabo submarino. As ruas da sua capital são largas, possuindo vários jardins, sendo dignos de referência pelo seu valor e variedade de exemplares apreciados, quer em árvores, quer em plantas, os de António Borges, José do Canto e Jacome Correia.

Tem também Ponta Delgada bons edifícios, como o hospital. Várias casas de caridade. Asilo de Mendicidade, Albergue Nocturno e outros. Antigos conventos, actuais alojamentos dos Serviços Públicos, algumas igrejas e o liceu.

Sob o ponto de vista industrial, as fábricas de Tabaco Micaelense e Estrela, algumas de conserva e as de açúcar de Santa Clara.

Visitei a fábrica de conservas de um amigo dos deportados, a qual, pode dizer-se, se encontrava no seu início mas já com uma grande exportação e um futuro desenvolvimento.

O seu movimento comercial, não tem semelhança alguma com o do Funchal, em parte, devido à pouca navegação. A sua exportação de ananás, que é grande, efectua-se por intermédio dos barcos que são pertença da Companhia «Carregadores Açoreanos», e fazem carreiras para Havre, Hamburgo e Londres. De resto, toda a ilha, rodeada de boas estradas, é cultivada, especialmente de trigo, milho, beterraba, chá e tabaco, suas produções principais, e o ananás que é criado em estufas apropriadas.

Durante o tempo que permaneci em Ponta Delgada, à espera que me dessem outro destino, todas as manhãs me dirigia a tomar banho numa espécie de grande bacia

por onde as águas corriam serenas e se juntavam alguns deportados, entre eles o António Reis, comerciante no Porto e representante em toda a parte das conhecidas conservas Brandão Gomes, de que fazia uma aturada propaganda, a ponto de eu por vezes já me considerar em conserva, de tanto o ouvir gabar a excelência de tão indigesto alimento.

Como não sabia nadar, alguém me indicou o sr. Kopke, de descendência alemã, funcionário da Alfândega e que todos os dias ali ia, mais para satisfazer os desejos dos seus alunos, do que por necessidade. Já algo cansado, pois não era novo, demonstrava no entanto conhecer bem o segredo do exercício, nadando de qualquer maneira e procurando fazer equilibrar, de costas à tona de água, os que lhe seguiam os conselhos, como primeiro ponto essencial a um nadador de facto.

Quando calhava a vez ao nosso Bibi, muito baixo mas muito gordo, o que lhe dificultava um movimento rápido, noventa quilos aproximadamente, era certo que Kopke se desequilibrava e alguns decilitros de água entravam no estômago do tão pesado 'sportman', o que também algumas vezes me sucedeu. Nessa altura, voltávamos ao ponto de partido e não era fácil largarmos depressa os ferros da muralha...

Ao domingo, à noite, tocava a banda regimental no Coreto da Praça 5 de Outubro, onde acorria muita gente e assisti por vezes, ao espectáculo que cito: devotas, que se arrastavam de joelhos do passeio da referida praça até aos degraus da igreja no cumprimento de qualquer promessa, ali se deixavam ficar, rezando durante horas. E fosse lá dizer-lhes que os joelhos deviam estar esfolados! Também, e em abono da verdade, nunca pude investigar se alguma ligadura ou coisa semelhante, os preservava de qualquer dano...

E o resto dos dias eram aproveitados em passeios pela cidade, ou lendo. Às quintas havia cinema.

Como as condições por vezes podem mais do que as vontades, tive que submeter-me ao penoso convencimento de ficar sem ver os dois pontos mais importantes da ilha, os sítios denominados Furnas e Sete Cidades, locais que todos afirmam serem dignos de apreciação e até de estudo.

Já agora, ficará também para a outra vez... Ou será esta a última?

O que poderá é surgir Timor pela frente! Isso é que será o diabo...

Ponta Delgada não tem movimento associativo, digno de nota. Apenas algumas associações de índole recreativa. Organização operária não há e, sendo isto na capital, poderá avaliar-se o que irá no resto do arquipélago. Os trabalhadores vivem à margem de qualquer defesa, para o que não envidam os seus esforços. Parece que as ideias de emancipação que agitam actualmente os povos, ainda não atingiram os Açores.

É preciso estudar-se a maneira de lá as fazer chegar, para que, no momento preciso, a confusão, o caos, não apareça a inutilizar ou, pelo menos, a dificultar a obra noutros pontos realizada.

Os deportados avançados deixaram em todos os lados sinais da sua passagem. É necessário avivá-los, para que de todo se não apaguem ante a rotina e o atraso verificados.

É devido a esse atraso que o problema agrícola em S. Miguel tem aspectos ainda primitivos, tudo dependendo do grande senhor, que dispõe a seu belo talante, das terras que deveriam ser pertença da comunidade. Reminiscências o feudalismo.

É necessário, repito, que a organização operária da Metrópole olhe para os Açores. Que a sua acção se faça ali sentir, pois é trabalho moroso mas que, não pode, de forma alguma, ser abandonado. Há que lutar de facto com o espírito resignado da sua população, entregue ao padre e ao usurário, numa grande ignorância do que vai por esse mundo e sofrendo como nenhum as consequências de uma situação de verdadeira miséria. Tudo se conseguirá, porém, com persistência e à luz da verdade.

Fazer raciocinar os trabalhadores dos Açores, deve ser o primeiro passo. Chamá-los à vida, à realidade, demonstrar-lhes o seu valor como produtores e como homens também.

Há que desvendar a grande mentira que é o problema da terra em S. Miguel. A exploração ignóbil



que ele revela na sua hediondez e a forma como vivem os que a regam com o seu suor.

«A renda das terras» é uma das maiores especulações exercidas pelos proprietários sobre os chamados rendeiros, as exigidas por aqueles em relação ao desenvolvimento produtivo da terra, única e exclusivamente saído do esforço destes, dia-a-dia, vincado num árduo e violento trabalho. Essa renda quando paga em gêneros, ultrapassa então, nalguns pontos, tudo quanto pode conceber-se!

E quantos e novos aspectos não apresenta a questão? Dissecá-la é um dever que se impõe a todos nós, homens do Progresso e da Revolução. Mas, no próprio local do crime, para que o cadáver apresente, aos olhos dos interessados, todas as causas da sua intoxicação e o resultado da autópsia indique claramente o antídoto futuro ao vírus envenenador.

E isto que fica dito não é novo. Já Oliveira Martins há perto de sessenta anos o condenava. E, parecendo inacreditável, ele é, quase o mesmo, dessa data.

Quanto aos trabalhadores da indústria e do comércio, vivem de igual forma, sem organização, à mercê do tempo e do coração dos homens de dinheiro.



Alguns deportados que estavam no Laes do Pico e a companheira de um deles — Fernando Barros, que tirou esta fotografia no recinto onde está colocado o farol da barra na Horta. Mário Castelhana é o segundo da esquerda

## CAPÍTULO XXIV

### DE NOVO A BORDO

Desta vez é no «Lima» e em direcção ao Faial, segundo nos disseram. Embarcámos em Ponta Delgada em 13 de Outubro.

Ainda não tínhamos atingido a escada do portaló e já de bordo, criaturas amigas nos saudavam. Novas vítimas da ditadura, elementos da organização operária de Lisboa e Porto que, pelo facto de serem avançados, eram postos fora do continente. Nós, estávamos há já três anos. Eles haviam partido há dias, cheios de fé e de esperança num regresso breve.

Era o Júlio Luís dos Arsenalistas do Exército, camarada e amigo dedicado, o Bento Gonçalves, dos Arsenalistas da Marinha, Fernando Barros, Anastácio Ramos, Aníbal Dantas, José da Silva, António Carvalho, Manuel João, António Nunes, da organização do Porto e mais outros, todos companheiros de luta, das várias tendências estabelecidas no meio operário e que são causa, em parte, do seu actual enfraquecimento.

A conversação, depois dos cumprimentos afectuosos entre todos, incidiu fatalmente na situação que continuava a imperar no País. Os homens pareciam estar de pedra e cal, segundo a opinião de alguns passageiros que se sugestionavam pelas aparências e não chegavam a compreender a causa de certos fenómenos que, de um momento para o outro, fazem desmoronar os mais sólidos edifícios... Contudo, no sub-solo, a agitação ia aluindo, dia-a-dia, os chamados alicerces, não somente da ditadura como, e com muito melhor resultado, o princípio que a estabeleceu, tanto em Portugal como noutros países.

Existe uma força imanente que encaminha sempre os acontecimentos ao objectivo demarcado pela natureza, pela ciência e pela sociologia. Enfrentar essa força, será, quando muito, retardar o seu natural andamento e fazê-la saltar, precipitadamente, sobre todos os obstáculos que se lhe antepõem à sua regular marcha.

No aspecto mais insignificante verifica-se o facto. Se por um lado havia a preocupação de inutilizar os elementos que, pela sua elevada concepção do problema, não se deixavam embair nas seias da colaboração de classe, por outro presenceava-se o propósito impossível, de qualquer maneira, tal a contextura da presente sociedade, incompatibilizada consigo mesma, de atenuar os efeitos económicos da grande desorganização estabelecida, na íntima ligação de interesses entre exploradores e explorados.

Assim se pretendia iludir as massas, não se apercebendo, porém, os seus generosos propagandistas que as causas da doença continuavam intactas e produzindo, por isso, os seus resultados.

A própria imprensa, com interesses ligados ao grande capitalismo, vinha afirmando nas suas colunas, ante a acuidade da questão e as gravíssimas fases que ela por vezes apresenta, que era necessário uma maior distribuição de justiça; que o sistema económico actual, precisa de sofrer determinadas alterações que o suavize e o torne mais humano.

Mas não há equilíbrios possíveis de manter.

É na consciência plena desta verdade que os deportados de ideologia avançada suportam todas as violências e seguem então apreciando, em globo, o carácter internacional do grande conflito.

E assim, se ia atenuando a sensação desagradável de uma viagem em terceira classe no vapor «Lima». Barco velho, sem as comodidades indispensáveis, de aspecto detestável, especialmente nos seus aposentos de 'toilette' e higiene, de maneira alguma compete com o seu companheiro «Carvalho Araújo». Dizem ser melhor para o mar. É possível, mas uma coisa não compensa a outra.

No dia seguinte estávamos na Terceira, em frente a Angra do Heroísmo.

A esquerda, fica-nos o Monte Brasil que o barco costeou até entrar no porto.

É um elevado e comprido morro, que parece ter sido ali colocado para defesa da cidade em caso de guerra, no meio da encosta está colocada uma fortaleza e distinguem-se nitidamente as muralhas e seteiras circundando o monte, que foi construída pelos espanhóis enquanto dominaram em Portugal.

Serviu a mesma por vezes de prisão a vários vultos da história de Portugal. Ali esteve um rei, D. Afonso VI e durante a guerra foi destinado a alojamento dos alemães que se encontravam em Portugal, os quais construíram várias casas no bosque do referido monte.

Liga o Monte Brasil com a terra, por uma estreita faixa de terreno, formando assim uma pequena península. Na volta dos Açores, daí a uns sete meses, contornámo-lo de dia e tivemos ocasião então de apreciar melhor o seu aspecto de natureza vulcânica.

À direita, a cidade de Angra, de uma luminosidade admirável, de cores vivíssimas, que a tornam a mais apreciada de quem viaja.

É a cidade histórica por excelência. Resistência aos espanhóis; partida da Praia do Mindelo dos 7 500 liberais, etc.

Não me consentiram que desembarcasse, nem à ida nem à volta, o que tentei fazer pelas duas vezes.

Tive portanto que buscar na leitura, o que me impossibilitaram de ver 'in loco', o que não é a mesma coisa e por isso não posso escrever impressões que não senti. É fora de dúvida, que os Açores, só por si, e como ponto atractivo para o viajante, são dignos de ser visitados. Neles se conjuga a aspereza vulcânica da sua origem, com a encantadora vista que esses diferentes pontos demandam, o aprazimento que se sente por certos lugares e a alegria dos seus campos e jardins. Não sendo o seu clima igual ao da Madeira, também não pode ser considerado insuportável. O seu progresso, muito lento de facto, necessitava de grandes impulsos, na indústria, na agricultura, na arborização, uma das

suas riquezas e na criação de gados, para que fosse melhor valorizado.

Estivemos um dia em Angra, levantando ferro o «Lima» a caminho da Graciosa. Meia dúzia de horas, quanto muito, foi o suficiente para chegarmos a Santa Cruz, sua capital, ali nos demorámos apenas umas 4 horas.

O barco ficou relativamente próximo de terra, não merecendo porém o porto nenhuma confiança.

Santa Cruz é uma pequena vila, de aparência alegre.

Pelo mesmo motivo atrás exposto não fui a terra e me foi vedada a visita à Caldeira e Furna do Enxofre que, segundo descrição, merece ser vista.

A bordo, fazia-se a mesma vida. Devido à desagradável permanência nos beliches ou nas suas imediações, quase todos os passageiros se conservavam no convés refrescando os pulmões com o iodo do mar. Às 15 horas era o jantar, servido pelo encarregado da classe e pelo seu ajudante, um preto, o Siô José. O que tem certa graça é que todos os passageiros preferiam ser servidos pelo preto, pois que era mais atencioso e diligente, demonstrando boa vontade e prontidão no seu serviço.

O «Lima», dirigiu-se depois para a Calheta — ilha de S. Jorge — onde deixou mais deportados, entre eles — de memória — Homem Rebelo e José dos Santos, que havia sido meu companheiro para a África.

O governo ia semeando nos Açores, por suas próprias mãos, a propaganda contra a ditadura. Quantos mais espalhados tivessem os deportados, melhor trabalho realizariam nesse sentido. E foi precisamente esse facto, que estava produzindo os seus frutos em todas as ilhas, que fez com que o respectivo Comissário de uma maneira lenta, surrateira e desleal pretendesse, atirar com todos para Cabo Verde e Guiné, mesmo sem nenhum movimento revolucionário, como o da Madeira, a poder justificar tal atitude.

Era que os ditadores sabiam bem que nos Açores o que falta é propaganda, de toda a qualidade, e desde que tenha por fim elucidar as respectivas populações do grande erro em que vivem, entregues à mentira religiosa, irmã gémea da ignorância e da miséria.

Eles não desconheciam, ou por outra, só mais tarde vieram a reconhecê-lo, que a permanência de «agitadores» nas ilhas poderia contribuir, se é que não concorreu, para a inoculação do vírus venenoso que, segundo o seu desejo, é necessário exterminar, mas que cada vez mais se desenvolve.

Estava eu nestas cogitações, quando alguém chama a minha atenção para o efeito surpreendente das águas correndo sobre a montanha e vindo cair, prateadas pelo sol, ao longo da vasta encosta. Íamos em frente a S. Jorge. Um binóculo que obsequiosamente cederam encurtou a distância que nos separava de terra e pudemos então analisar os estreitos mas fundos sulcos que a água cortante, límpida e de certo fresquíssima, havia conseguido abrir na rocha bruta, ótimas sangrias impostas pela natureza.

Chegámos às Lagens do Pico. Saem os penúltimos deportados, Júlio Luís, Bento Gonçalves, Basílio Tavares, Mário de Matos e outros.

Os restantes, seguem comigo na ridente esperança de ficarmos na Horta. Mas que desilusão! Nem sequer fomos a terra. Logo que o navio fundeou, passámos a um gasolina, que ali foi expressamente para nos levar.

... (faint, illegible text) ...



## CAPÍTULO XXV

### NO CAIS DO PICO

A tarde do dia 16 de Outubro entristecera. Nuvens sombrias pairavam no espaço. O sol havia-se refugiado e o mar começou por agitar-se, como sinal de protesto contra tanta injustiça cometida em terra.

Foi assim, ante essa perspectiva, que embarcámos — somos 14 — na Horta, num pequeno gasolina, acompanhados de um cabo e de um polícia.

O mar não permite que sigamos directos ao Cais e resolvem levar-nos à Madalena.

O canal em certas estações do ano, é sempre difficil de atravessar, mas naquele dia estava terrível.

Começa então a dança... A agitação cada vez é maior e o frágil barco todo se contorce sobre as ondas. O seu motor trabalha sempre, mas a custo ele consegue cortar as águas revoltas. Por vezes temos a impressão de que estamos no mesmo sítio ou que as ondas nos levam para trás.

Fecham-se as janelas e a água é arremessada contra os vidros com violência. Quando a onda é maior, o gasolina é elevado a grande altura para depois cair rápido sobre as águas, qual equilibrista a que lhe tivesse falhado um pé no perigoso exercício e viesse cair na rede salvadora. Parece que tudo se parte.

Em luta formidável, a ponto das próprias vidraças tocarem quase na água, o gasolina avança no entanto fazendo dançar todos, mesmo sentados e as nossas miudezas começam então por indignar-se. Olho para os que mais perto ficaram e vejo-os amarelecidos. Eu devo estar na mesma.

Pela primeira vez vomito, outros fazem o mesmo. Há, porém, os que seguem invioláveis e até ao fim conseguem manter a situação. Vão indispostos, nada dizem, mas aguentam-se.

Estamos em frente da Madalena. Ouvimos dizer que, da maneira como o mar estava, era impossível desembarcar.

— E então, agora?

— Vamos para Areia Larga, para Calhau ou então para S. Mateus!

Estávamos, decididamente a dar a volta à ilha!

E o barco faz rumo ao primeiro dos citados locais.

Nova luta. O polícia e o cabo que estavam dentro, passam-se para a ré, julgando assim poder escapar mais facilmente a qualquer embaraço... Mas o mar aperta e eles aí vêm de novo.

Nós continuámos no interior, uns ao comprido sobre os bancos, outros sentados. De pé, não vejo nenhum.

O cheiro a gasolina, de mistura com o óleo, incomoda. O calor ali dentro é grande, tudo se conjuga pois para aumentar a indisposição.

Percorre-se assim ainda muito tempo, Areia Larga e o Calhau ficam-nos já para trás, por não ter sido possível aproximarmo-nos de terra. Há quem queira fazer espírito, mas falta-lhe a serenidade precisa.

Em certas ocasiões o silêncio impõe-se na sua muda eloquência... Estávamos num desses momentos.

Não existia o terror, mas não havia também exteriorizações de fingida valentia. Seguia-se na dúvida. Na dúvida que aquilo chegasse a qualquer ponto capaz de nos pôr a salvo. Desconhecia-se o meio e o perigo de facto existia. Um redemoinho forte e era fácil o gasolina virar-se.

Não tinha sido possível ir ao Cais do Pico; Madalena não consentiu que lá chegássemos, Areia Larga e Calhau foi o que se viu. Seria S. Mateus mais generoso?

O que logo de início se tinha observado era o desejo em não nos receberem na Horta. Tínhamos que seguir sem falta a destino, de qualquer maneira.

Mas, S. Mateus foi, de facto, melhor. Recebeu-nos de braços abertos, com os nervos um pouco agitados, mas com relativa facilidade de desembarque.

Os agentes telefonaram pedindo uma camioneta daquelas que fazem carreiras entre várias localidades da ilha e dali a pouco, depois de termos comido umas sandes a reconfortar os estômagos, seguíamos por estrada estreita e murada a caminho da nossa casa... Mas qual casa? É o que vamos ver.

Cais do Pico, é uma pequena povoação que fica a noroeste da respectiva ilha. É servido por um porto de mar sem as devidas condições de desembarque e o seu clima é dos melhores dos Açores.

Deve ter mil habitantes quando muito. Pertence ao concelho de S. Roque do Pico e ao distrito da Horta.

No antigo convento de S. Francisco, adaptado ao serviço das repartições públicas encontram-se instalados os serviços do Registo Civil, Judiciários, da Fazenda, Administração do Concelho, Câmara Municipal e o Tribunal. A igreja está instalada numa das dependências do edifício.

No ponto principal da terra, onde se nota mais movimento, perto do cais, estão instalados os serviços de Correios e Telégrafos, a Farmácia, algumas casas comerciais e garagens de carros particulares ou das camionetas de carreira.

No cais propriamente dito, vêm-se vários barcos, a maioria dos quais saem à pesca de noite e conservam-se no mar até de madrugada; um grande barracão onde é fabricado o azeite de baleia, hoje desvalorizado, como quase tudo, graças à luta de interesses estabelecida entre as diferentes nações e em prejuízo da colectividade em geral; e as dependências da Alfândega noutro edifício.

No resto da povoação, uma ou outra casa de comércio onde se vende quase tudo. Cais do Pico tinha, à data da nossa partida, três lojas de fazendas, o que deve ser demasiado para o movimento local, se bem que o respectivo comércio se fizesse também com gente das localidades próximas.

Tem uma estrada que o liga à Madalena, e a outras terras, em redor da ilha, mas ainda não completamente terminada, o que dificulta bastante o comércio de queijo, manteiga, fruta, etc., pela dificuldade de transportes.

As canadas estreitas servem os moradores da po-

voação, ladeadas por muros de pedra solta que resguardam bonitos pomares ou vastas plantações de vinha, milho, batata doce ou inhames, tubérculo muito apreciado pelos picoenses.

As moradias, de uma forma geral, são pobres, salientando-se um ou outro edifício de melhor aspecto, mas quase todos apenas com rés-do-chão e primeiro andar. Há um ou outro pequenino chalé vistoso, à beira da estrada ou dos caminhos.

O que chama logo a atenção do viajante é a formidável montanha que se ergue à nossa frente e se avista, tal a sua altitude, de pontos muito distantes da ilha, quando ainda o barco que nos conduz está longe.

Segundo leitura que trata deste assunto é de 2 200 metros de altura; porém, foi-nos afirmado ser muito maior: 2 900 metros. Ante uma ou outra, pode considerar-se a mais elevada montanha de Portugal.

De inverno não se proporciona uma ascensão ao Pico, eis porque não a tentámos.

Como no verão já lá não nos encontrávamos, não pudemos efectuar esse, decerto, emocionante 'raid'. Segundo descrições, o panorama que se disfruta do rebordo da cratera é simplesmente maravilhoso.

Cais do Pico não tem iluminação pública. Um pequeno farol indica o lugar do porto. Também não tem água canalizada, sendo aproveitada a da chuva, em reservatórios especiais que a guardam para serventia de Verão. Este caso, conjugado com a falta do higiénico e profilático esgotadoiro, já tem dado origem ao desencadeamento de febres intestinais epidémicas, que algumas mortes provocam na sua reduzida população.

Todavia, devido ao seu clima, o Cais, é procurado pelos habitantes de outras ilhas, do Faial por exemplo, que no tempo calmoso, ali vão passar algumas semanas.

A maioria dos seus habitantes vive da pesca e da agricultura, mas esta em estado ainda muito atrasado.

Os marinheiros do Pico, são conhecidos pelo seu arrojo. Dedicam-se à pesca da baleia, hoje um pouco abandonada, pelo ínfimo resultado obtido com o seu óleo.

É interessante apreciar o movimento no cais na hora da largada para a pesca da baleia.

Sinal convencionado são três foguetes, lançados logo que ao longe se avistam os enormes cetáceos. Dos vários pontos da localidade acorrem marinheiros e, reunidos, decidem os barcos que não-de sair. Começa a lufa-lufa. São gritos de chamamento por alguém que já devia ter chegado e se atrasou no caminho. Afinidades que se vislumbram e que os junta na hora da alegria e também na do perigo. Portas que se escancaram para que compridos e esguios barquitos possam escorregar na lage, empurrados por mãos quase pretas, queimadas pelo sol. Já estão dentro os arpões, as lanças, cordas e demais utensílios indispensáveis.

Espraiamos a vista, a meio do canal pouco mais ou menos, a uns dez quilómetros de terra, a água de vez em quando agita-se, elevando-se em grossos e brilhantes borrifos. São os monstros que vêm quase à superfície e numa pequena viragem produzem a efervescência que se enxerga mesma a olho.

Andam à procura de alimentação, de boca enorme aberta, onde as lulas e outros peixes se vão meter inconscientemente... É a armadilha.

Entram os barcos na água, um rapazito traz um ou dois pães para a viagem — sabe-se lá a que horas voltarão? — e o gasolina apressa-se para a largada como guarda-costas das frágeis embarcações.

E os marinheiros, instantes passados, alegres, de boina enterrada até à nuca, em mangas de camisa, casaco atirado para um canto, mãos aos remos, já vão longe; a remada é larga e não há tempo a perder.

De terra assestam óculos; velhos pescadores ou mesmo outros habitantes, entretêm-se tardes inteiras acompanhando com a vista os movimentos dos animais e a luta do homem para os conseguir lançar.

É curioso então observar as suas exclamações: «é o barco de fulano (o nome do arrais) que lhe vai na peugada», «agora é beltrano», «já lançou», etc., etc.

E a perseguição continua. O lançamento do arpão só é feito muito perto do bicho. Se ficou bem enterrado e o ferimento é mortal, a baleia, sentindo a profunda e repentina dor, submerge ao mais fundo possível. De bordo vão acompanhando essa descida largando a corda que pega ao arpão, até que o animal exausto, perdidas

as últimas forças, é trazido acima pelo mar. Está morto. É depois arrastado até ao cais.

Mas se surgem dificuldades e o lançamento não se faz com a rapidez desejada o perigo é grande.

A um golpe da baleia, arremessado pela sua cauda, pode virar-se a embarcação e os seus tripulantes caírem à água.

Contam-se cenas de tragédia onde alguns perderam a vida e outros, para se salvarem, lutaram denodadamente com as ondas.

No cais procede-se depois à autópsia. O esquartejamento é demorado. Há animais de 11 e outros de 18 metros de comprimento. A cabeça é que produz maior quantidade de óleo. Pastas enormes de toucinho envolvem-lhes o corpo. Os dentes são enormes, possuindo os maiores marfim nas pontas, mas de qualidade inferior aos do elefante. As vísceras são bem examinadas por causa do âmbar, que é constituído pelas concreções intestinais dos cachalotes e originadas pela tinta, como é vulgar chamar-se aos moluscos de que se alimentava.

O derretimento das banhas provoca um cheiro desagradável. O óleo é metido em barris e exportado para o estrangeiro.

Cais do Pico exporta também gado, laranjas e manteiga. A população vive, no entanto, na sua maior parte, em situação precária.

Cais do Pico fica assim descrito, de uma maneira rápida, nos seus aspectos, na sua vida, no seu movimento e nos principais ramos da sua actividade.

Foi para lá que nos enviaram — quinze deportados — devido à expressa determinação, senão para com todos, em relação, pelo menos, a alguns de «sermos conservados o mais longe possível de todos os centros de população, por recomendações especialíssimas do Governo».

Estão vendo, pois!

Mas se de facto Cais de Pico é pequeno nas suas dimensões e no seu movimento, é grande na generosidade da sua população.

Eu, que vinha de atravessar vários pontos de África, havia estado de passagem na Madeira e duas semanas em Ponta Delgada, fiquei deveras sensibilizado com a

recepção carinhosa que os picoenses, de uma forma geral, nos patentearam, em várias manifestações de simpatia, desde que lá chegámos.

Meio para nós absolutamente desconhecido, logo nos aparece oferecendo os seus préstimos, e que foram grandes, o Gustavo Goulart, funcionário da Câmara e advogado provisionário, rapaz cheio de vida, nervoso, repleto de República e de Democracia... Foi ele que nos encaminhou nos primeiros instantes, pois que o Administrador do Concelho e simultaneamente comandante da diligência militar, que para lá foi, julgo que, por nossa causa, — não lhe estampo aqui o nome porque nem essa consideração lhe quero dar — logo denunciou a sua indiferença pela nossa situação da maneira aparentemente amável com que nos recebeu.

E não nos enganara. Mais tarde, tivemos com ele alguns conflitos porque a sua atitude ultrapassou os limites de desinteresse, não só pela nossa condição económica como moral, pretendendo quase cortar-nos a faculdade de convivermos com a população.

Esse indivíduo que, por suas próprias mãos, conseguiu adquirir a antipatia da gente do Pico, viu bem, quando da sua retirada, pela dissolução da referida diligência, o vácuo em que viveu. Mas deixemos isso, que não tem grande importância e apenas vincula a maneira como procediam os ditadores e seus adeptos.

Hotel ou mesmo pensão, em condições, não existia. Uma casa, a do Sr. José Gomes, onde viviam dois advogados e se hospedavam os caixeiros viajantes de passagem, era a única coisa que havia. Como era possível alojamento para mais catorze pessoas?

Providências não tinham sido tomadas. Atirados para ali como qualquer mercadoria, que nos governássemos como pudéssemos!

Era revoltante. Com custo pois, na referida pensão, cederam-nos dois quartos onde nos acumulámos.

O subsídio, de 12\$00 era diminuto. Mas anteriormente e antes da nossa chegada aos Açores, tinha sido para outros deportados de 3, 4 e 8 escudos. Simplesmente fantástico.

Passámos assim algum tempo, em precárias condições de alojamento, higiene e até mesmo de alimentação.

Casas para alugar, onde estabelecêssemos uma «mess» não havia e ninguém, de facto, possuía compartimentos dispensáveis. A autoridade local continuava a não se preocupar com o assunto. Entretanto, chega mais um deportado, a aumentar as dificuldades já de si grandes. Consegue-se descongestionar as camas, chegadas umas às outras, para uma outra casa, dependência do dono da pensão.

É então que nos aparece Manuel Garcia da Rosa, cedendo o primeiro andar da sua casa, para a constituição da «Casa dos Deportados».

Conseguimos dessa forma e com quatro quartos e cozinha vivermos melhor.

Algum tempo antes e atendendo à falta absoluta de condições do Cais do Pico para receber deportados tínhamos feito e enviado a seguinte exposição, ao Delegado Especial do Governo que, teve como resposta, o mesmo silêncio de sempre:

Exmo. Snr.

Delegado Especial do Governo

Açores

Os deportados políticos civis, abaixo assinados, com residência em Cais do Pico—Ilha do Pico, segundo determinação do Comando Militar do Faial—vêm perante V. Excia. expor o seguinte:

A situação em que se encontram é desde o seu início, muito especial. Atirados inesperadamente para a deportação, deixando na Metrópole e em sérias dificuldades as respectivas famílias (alguns já com três anos de deportação em África), sem que lhes fosse sequer arbitrada qualquer quantia a atenuar o seu sofrimento, como seria lógico e como é feito para com os funcionários civis ou militares que atravessam idêntico transe, verificam ainda não obstante este facto, que é capital, que, fora do continente, estão numas condições de vida extraordinariamente difíceis.

Colocados num local onde tudo falta, já com tremendas dificuldades para os seus habitantes, que não são capazes de as anular, atendendo às condições do próprio meio e até mesmo a especiais factores deter-



minados pela natureza que na questão piscatória, por exemplo, ainda devido à violência do mar, mais agrava, por vezes, o problema da alimentação do respectivo povo, havendo épocas, segundo se diz, em que faltam os artigos mais indispensáveis à vida, o que já está fazendo sentir, acrescentando ainda de outras dificuldades, como por exemplo, no ponto de vista higiénico pelo acanhado ambiente de que se trata, não havendo nem hotel apropriado, nem uma simples casa de pensão, os deportados nos poucos dias em que se encontram — e por serem em elevado número —, no Cais do Pico, têm vivido em permanente aglomeração sem os elementares meios de higiene, comodidade e alimentação que, conquanto modestos, se acham no direito de ter e que são indispensáveis à vida de qualquer ente.

Por outro lado, dá-se o caso de não chegar o subsídio de 12\$00 que lhes é dado, visto a vida ser extremamente cara, exactamente pelos motivos acima expostos, o que agrava de sobremaneira a situação de cada um e de todos em conjunto. Na Metrópole, cada um dos signatários tinha o seu modo de vida definido, angariando, pelo seu trabalho, quando não o suficiente a tudo, pelo menos o indispensável à satisfação das suas principais necessidades e dos seus; aqui, não só verificam não poder viver nas condições descritas, pelas dificuldades apontadas e pela insignificância do subsídio, como têm sempre na mente a perspectiva das famílias se tuberculizarem pelas privações que sofrem.

Este é o quadro, quadro que podia ser atenuado, se se atendesse ao que é exposto, ter cores menos carregadas, se não atirassem para fora do continente com uma facilidade que causa calafrios, criaturas a quem não foi formulada sequer uma acusação concreta, sem culpa formada e que tinham por divisa o trabalho.

Certos de que assim sucederá os signatários esperam que lhes sejam facultadas outras condições económicas, não só pela elevação do subsídio, como pela transferência ou colocação noutra localidade onde haja mais facilidade de vida e conseqüentemente esta situação se não torne tão agravada como actualmente. Doutra forma e a subsistirem as mesmas causas apenas se concluirá o seguinte:

Os deportados num meio que os não comporta, pelo seu elevado número; a própria população indirectamente atingida pelo desequilíbrio que os referidos deportados lhe ocasionam, pelo mesmo motivo.

E do esclarecido espírito de V. Excia. esperam os catorze deportados aqui residentes, a melhor solução ao que apresentamos.

Com elevada consideração  
De V. Excia.

Na «mess» ou mais bem dito, na «Casa dos Deportados», continuava-se a viver na melhor harmonia. Anarquistas, sindicalistas, comunistas e republicanos, partiram do princípio que a mesma violência ali os havia juntado e que desinteligências, entre si, apenas os enfraqueceria em presença do inimigo comum que, como era sabido, tinha um representante local.

Esta união, formando um bloco de resistência ante as invectivas contrárias, foi a principal causa do esboço, logo à nascença, das violências contra os deportados.

As divergências doutrinárias mantinham-se e, por vezes, eram exteriorizadas com calor. Mas todos haviam reconhecido a necessidade de se não desfazer a união estabelecida, o que, infelizmente, nem em todos os lados se observou.

Foi mesmo esta atitude o maior motivo para que os deportados se impuzessem ao respeito e à consideração de todos. Fraccionados, as coisas teriam corrido de outra maneira e as próprias ideias avançadas, propagandeadas pela sua maioria, não teriam tido o acolhimento que lhe dispensaram.

Homens educados noutras escolas, de teorias mais conservadoras, vivendo em meios restritos, onde não se cruzam as grandes correntes do pensamento, nem se entrecrocavam, na acção, as várias lutas da actualidade, souberam ser grandes na solidariedade, demonstrando compreenderem a razão das doutrinas expostas, em todos os momentos propícios, com persistência, mas essa grandeza não foi mais, nem menos do que filha do seu

espírito liberal e do acentuado carácter de justiça que o revestia.

No Cais do Pico, como noutros pontos onde a ideia foi colocada com elevação, algo ficou de aproveitável para o futuro.

Não é ir muito longe, afirmar-se que, a possibilidade de uma transformação de carácter social, seria bem recebida por esses homens. Havia-os já lá com ideias de beleza, imbuídas de um grande poder de misticismo, mas justas de igual forma, como as que, várias vezes foram expostas por esse bondoso velho Francisco Ramos da Silveira, funcionário aposentado, idoso sim, mas moço nos conceitos e nas virtudes, e as pronunciadas tendências sociais do professor Tristão de Brito.

E mais outros, incapazes por temperamento a lutar mas que não queriam estacionar, dispostos a acompanhar o progresso nas suas maiores manifestações: o escrivão, Almérico Tavares; o tesoureiro da fazenda, Emílio Rodrigues Ferreira; o Manuel Soares, agente de contador e o próprio Gustavo, querendo por enquanto manter a ilusão da felicidade dos povos pela chamada democracia, sofismado no sufrágio universal mas, convencido amanhã do contrário, em frente seria a sua marcha.

A farmácia local era o local de reunião. Os deportados também compareciam. Ali se discutia política, questão económico-social, e se conversava sobre os mais variados assuntos.

Celestino Augusto de Freitas, era o farmacêutico, a quem as mulheres dos arredores consideravam doutor, e de facto algumas vezes fazia as vezes disso; um dos homens mais considerados do Cais.

Uma vez, quando constava que ele ia para o Faial para tomar conta de um cargo que fora nomeado oficialmente, aparecem umas mulheres muito aflitas, dizendo-me. O sr. sabe se o sr. Celestino não volta? Disseram-nos que ele ia para a Horta!

Vi-as tão assustadas que lhes disse: Não, senhoras. Ele voltará breve.

— Ah! Se ele não viesse o que seria da gente. É ele que nos trata; é como um médico. Morreria tudo para aí.

De facto, durante o dia o movimento da farmácia era grande. Um rapaz que deslocara um braço, uma mulher com um unheiro, outras que, pela idade e talvez pela sugestão, sentem todas as dores, possíveis e imaginárias; uma criança ao colo da mãe, com tosse convulsa; uma outra que está na cama com febre intestinal e a comparência dele na respectiva casa tornava-se indispensável, etc., etc. E o nosso Celestino lá estava apto a receitar, visto que médico não havia e era preciso atender os doentes e, com a lanceta na mão, lá ia cortando a carne esponjosa, provocada por feridas ou tumores nos braços, nas costas, sereno sempre, introduzindo-lhes a mecha e pondo em seguida a ligadura para vir fora do consultório atender uma velhinha que por força quer um medicamento para as fortes dores dos rins que a não deixam dormir. Caruncho, apenas.

Ali se combinavam também os passeios com que nos obsequiavam.

Éramos quinze deportados como já atrás citei. Fernando Barros, Manuel Portules Saraiva, Sebastião José Valoroso, Domingos Bibi, Miguel da Silva, António Carvalho, Domingos da Silva, Manuel João, Raul de Sousa, Anastácio Ramos, José da Silva, António Nunes, José Júlio Ferreira, Aníbal Dantas e eu.

Havia-os com 4, 3, 2 anos de deportação. Outros apenas com meses. A maioria lia e escrevia. Ao domingo havia sessão cinematográfica com fitas corridas há anos.

A grafonola do Manuel Soares impingia-nos fados a toda a hora e a do Almério, de vez em quando, tocava músicas, óperas, diálogos.

Um ou outro passeio, a ligar algumas vezes com os deportados que estavam nas Lajes. Três ou quatro julgamentos mais importantes. Alguns jantares de confraternização com os amigos do Cais do Pico. Um jantar de anos, o do Júlio Luís em S. João e a corrida constante ao correio a saber se havia mais correspondência. Eis a vida dos deportados do Cais do Pico.

Havia um jornal local **O Picoense**, mas a censura do administrador, que chegava a riscar das provas a palavra Democracia, tal a febre da ditadura que lhe escal-

dava o cérebro, não permitia a colaboração dos deportados.

Na morte do porco, no fim do ano, há as conhecidas folgas. Dança e música própria, assemelhando-se por vezes à quadrilha e onde entram inúmeros homens e mulheres. Dura quase sempre uma semana.

Alguns deportados conseguiram tocar e dançar mas nunca com a perfeição regional, característica dos costumes da terra.

Os que puderam arranjar onde aplicar a sua actividade, trabalhavam com o Carvalho, o Barros, o Sebastião, o Anastácio, o Raul Sousa e o Domingos da Silva.

E os laços de simpatia entre a população e os deportados apertava-se cada vez mais. Desde o pescador humilde e valente ao mais remediado dos habitantes, até ao que, possivelmente, pudesse ser considerado rico — as grandes riquezas não existem — tinham para connosco um procedimento fraternal, amigo. Mesmo as mulheres que, ao domingo, mais por hábito do que por grande devoção, iam à igreja, que nós atacávamos, mesmo essas, patenteavam nos seus francos sorrisos a estima que nos dispensavam.

E não especializo, porque não devo especializar. Eram todas, de uma forma geral, as mesmas que, a início haviam demonstrado certo recreio por boatos que, a nosso respeito, fizeram circular, não só nos Açores, como até mesmo em África.

Era o que faltava sermos antropófagos!...

E essa solidariedade moral, que nos fazia bem ao espírito, teve a sua confirmação no momento da partida.

No pequeno cais, tudo se juntou. Gente do Cais do Pico e dos arredores, de S. Roque, Santa Luzia e de outros pontos. Nos caminhos, à nossa passagem, as mulheres chegavam à janela, despedindo-se com os olhos marejados de lágrimas. Homens houve que choraram sentidamente. Não há excesso de narração. Pelo contrário, é possível haver restrição. Outros, foram ali provar-nos a sua admiração e afirmar-nos a sua solidariedade contra a ditadura.

Tal facto tocou-nos profundamente a sensibilidade. Abraços sinceros remataram a despedida, e os gasolinas,

um connosco e outro com os soldados, alvos também dessa manifestação, com dificuldade descolaram do cais.

Já longe, ainda se ouviam os brados daquela gente.

Esta atitude, levou os deportados a enviar-lhes do Faial, a saudação que segue:

«Se o que mais caracteriza um povo é o seu grau de cultura, que forma a sua elevada mentalidade; o seu equilibrado temperamento, e um puro altruísmo, tratando-se de uma população, e reduzida, o que mais vincula a sua psicologia, é, sem dúvida, a sua franca hospitalidade, o seu carinho e a natural solidariedade que dimana das suas atitudes, para com aqueles que, de passagem ou demoradamente, lhe podem apreciar essas qualidades.

Eis o caso da população do Cais do Pico.

Digamo-lo com a franqueza de sempre. Desde o primeiro momento, tivemos ocasião de apreciar esse generoso acolhimento, patenteado de todas as formas, quer sob o ponto de vista moral como até no aspecto material.

Foi admirável essa simpatia.

Foi grandiosa a despedida.

Para se poder avaliar bem do valor da homenagem, basta fixar aqui este facto eloquente: choraram mulheres, choraram crianças e até homens verteram lágrimas de saudade e de simpatia.

Primeiro, o sorriso das mulheres e das crianças e o abraço leal dos homens; depois a sentida comoção de todos à hora da partida com igual sinceridade.

Nós, que enfrentámos todos os golpes, todas as violências, todas as tiranias, com altivez, extremecemos ao presenciar tão cativante manifestação. E exclamamos: aquela gente compreende-nos; aquela gente merece a nossa admiração!

O que pretendemos nós?

Sinteticamente isto:

Que todos tenham direito à vida.

Que não haja quem roa um osso, já esburgado, quando a outros lhes apodrecem, na dispensa, os mantimentos que iriam satisfazer tantos lares desprovidos!

Que todos tenham direito à luz, à instrução, à felicidade.

Queremos vida para todos e não agonia para a maioria.

Queremos a solidariedade entre os homens.

Queremos que a educação sirva de bússola em busca da Verdade.

Queremos igualdade, queremos amor, queremos fraternidade. Mas, igualdade, amor, fraternidade, sinceros, puros.

Por isso lutamos continuamente, por isso é que somos revolucionários.

E por isso morreremos em qualquer parte onde nos encontremos, cobertos com a bandeira da solidariedade ou amortalhados na capa húmida da indiferença. Pouco importa.

A luta da humanidade foi sempre assim. E a luta do trabalho, a maior manifestação da vida, está bem patente nessas páginas decisivas dos grandes acontecimentos.

A vós, população do Cais do Pico, a vós, povo de sentimentos altruístas, daqui lhes enviamos, já em viagem para outras terras, a nossa sincera saudação.

E como se nos secaram as lágrimas, como já não sabemos chorar, estas linhas traduzem o peito do nosso reconhecimento pela vossa inconfundível atitude.

A todos, um grande abraço de despedida.

### *Os Deportados*





## CAPITULO XXVI

### NA CIDADE DA HORTA

A travessia do canal fez-se desta vez com mais facilidade. Chegados ao Faial e feita a apresentação, alojámo-nos na Pensão América onde nos foi apresentar cumprimentos, Manuel José da Silva, influente político local e antigo deputado, oferecendo-nos os seus préstimos, enviando-nos, o engenheiro Rego Chaves, em nome dos demais deportados o seu cartão de visita.

A essa delicadeza, correspondemos de igual forma. Estivemos também várias vezes com os deportados Ilídio Nogueira e Joaquim Henriques.

Como tínhamos 7 dias de permanência na Horta, aproveitámo-los para a visitar nos seus mais interessantes aspectos.

O terramoto que a assolou em 1926, ainda mantém os seus vestígios em inúmeros prédios que nunca foram reconstruídos nem acabados de demolir, como seria mais lógico.

Em volta da reconstrução da parte mais atingida da cidade, ouvia-se por lá murmurar muita coisa e salientava-se o facto de ela ainda não estar terminada, quando o podia ter sido já há algum tempo, se outras também tivessem sido as respectivas resoluções de início.

Abundam na cidade os conventos antigos, mas adaptados também a repartições públicas. Há moradias novas, elegantes, ao lado de casas velhas que conseguiram manter-se ante a catástrofe de há cinco anos.

Estamos em Março e ainda não se pode gozar o efeito que os terrenos cultivados, ladeados de hortências, devem produzir aos olhos do turista ansioso de belas emoções.

Em frente está o Pico na sua imponente frieza, coberto por alva capa que, em certas manhãs de neve, lhe cai como um manto, sobre os seus ombros de hércules inacessível.

No Faial, fomos encontrar mais amigos que conhecemos no Cais do Pico, mas naturais da Horta.

Entre eles, Artur Sebastião, fabricante e exportador de azeite, que um dia se apresenta com três carros, convidando-nos a um passeio, em tarde por acaso pouco agradável; era a quadra própria.

Foi então que tivemos o prazer de dar uma volta à ilha.

À medida que os carros se iam embrenhando no interior, elevando-nos aos seus mais altos pontos, a cidade da Horta tomava à nossa vista configurações diversas, conjugada com os novos aspectos que surgiam de todos os lados, descobrindo lindos panoramas e dissimulando outros.

Sobranceiros à cidade lá estão os montes Queimado e o da Guia, constituindo uma pequena península e servidos por porto Pim. Na doca pequenos barcos baloizam à viração.

A cidade vai reduzindo, tornando-se de uma proporção mínima. Avista-se a ilha de S. Jorge, semelhante a cobra enorme refastelando-se no mar. Deixámos depois a parte mais alta e fomos contornando a ilha.

De Verão, a paisagem é revestida de maior beleza, dizem-nos, o que é intuitivo.

Parámos no lugar do Salão, para tomar uns refrescos e tirarmos fotografias. Artur Sebastião vai-nos elucidando sobre os restantes panoramas da ilha — a chamada Caldeira, de um grande diâmetro e profundidade, com a sua lagoa no fundo; a estrada da Ribeirinha, matizada de hortênsias e a Baía das Caldirinhas, cratera digna de admirar-se.

Continuamos a marcha. Aqui e ali vêem-se terras arborizadas. Há, porém, sítios ermos, sem vegetação, parece que abandonados, quando poderiam ter sido aproveitados para matas rendosas e embelezantes.

Começámos de novo a subir. O mar fica-nos muito em baixo; cor de chumbo, feio, denunciando temporal. Grossas nuvens toldam a atmosfera, retirando ao pas-

seio a luz admirável do sol cujos raios, reflectindo nas coisas, lhes dá vida e alegria.

Parámos e fomos apreciar esta obra brutal da Natureza. A penedia de uma altura elevadíssima, a prumo sobre o mar, mal se ouvindo, lá no fundo, as ondas, na luta contínua com a rocha. Aproximamo-nos mais; enfiamo-nos por uma espécie de parapeito e, então, a nossos pés, abre-se um formidável abismo, matéria assombrosa, de pedra, água e vegetação, formando um panorama surpreendente. O tempo carrancudo empresta ao ambiente uma nota de tristeza e profunda solidão.

A chuva veio importunar-nos. Corremos para os carros, que largaram com rapidez. Mas ela aperta e entra francamente nos que são abertos. Defendemo-nos com jornais... Mais adiante, na estrada, acolhemo-nos a uma árvore protectora, que evita ficarmos encharcados. Passada a tormenta, pusemo-nos a caminho. Passámos sem parar no lugar de Castelo Branco e chegámos à cidade já passava das 17 horas, tendo feito o percurso, com o contratempo citado, em três horas.

O Faial, é também servido por uma estação de T. S. F. e outra meteorológica e por cabos submarinos, tendo, em comparação com outras ilhas maiores, mais densidade de população a qual deve andar por 20 000 habitantes.

Tem um movimento comercial mais acentuado, mas pouca agitação na sua vida em conjunto. Vêm-se geralmente mulheres vestidas de maneira regional, de capucho e capelo, que lhes encobre o rosto e lhes dá sempre a aparência de idosas, mesmo que sejam jovens.

Possui alguns jardins, notando-se uma quietude impressionante em tudo, o que deve ser ótimo ao sossego do espírito de quem se encontre cansado e precise recuperar forças. Para as criaturas que vivem no bulício das grandes cidades continentais, Horta, poderia servir de calmante a nervos esgotados, para cuja elasticidade contribuiria o citado ambiente, revestido das suas lindas mulheres.

Um movimento associativo digno de nota, também não há. Apenas associações de futebol e uma cooperativa.

Os trabalhadores continuam sonhando...  
Os Açores devem pois, insisto neste ponto, merecer o estudo e a atenção especiais do movimento social da Metrópole. E muito se poderá fazer com boa vontade e de forma decisiva, dando ao meio a propaganda e facilidades necessárias para que o respectivo proletariado se organize convenientemente.

A chuva veio oportunizar-nos. Corremos para as ruas, que largaram com rapidez. Mas eis aqui a coisa mais importante nos que são abertas. Deambulando nos caminhos, há de salutar, na estrada açoriana, nos pontos de encontro, que evita a fadiga, a caminhada, a caminhada e o caminho. Passamos sem pagar no lugar de Castelo Branco e chegamos à cidade de Ponta da Moura, tendo feito o percurso com o automóvel, em três horas.

O país é também servido por uma estrada de ferro e outras meteorológicas e por cabos submarinos, tendo em contacto com outras linhas maiores, tendo densidade de população a qual deve andar por 30 mil habitantes.

Tem um movimento comercial mais acentuado, mais por causa da situação na sua vida em conjunto. Vêm-se geralmente mulheres vestidas de maneira regional, de camisas e chapéu que lhes encobre o rosto e das saias e aparatos de idosas, mesmo que sejam jovens, e algumas vezes, também, notando-se, em algumas

imprescindente em tudo o que deve ser feito, em nome do espírito de plain se encontra armada e para elas recuperar forças. Para as cristãs que vivem no meio das grandes cidades continentais, há uma possibilidade de salutar a nervos agitados, para cuja finalidade, porventura, o estado ambiente, favorecendo-las suas lindas mulheres e aconchegar-se em um

Um movimento associativo há de notar-se, em não poucas associações de trabalho e em cooperativas, e há de notar-se, e há de notar-se



## CAPITULO XXVII

### PARA A REVOLUÇÃO

Na Secretaria Militar haviam-nos dito que seguiríamos no «Carvalho Araújo», à Madeira. Ignorávamos, porém, o destino definitivo. Atendendo, porém, a que nos não concentrariam naquela ilha, presumíamos que para África de novo nos iam enviar.

E de facto assim era — para Cabo Verde — como seguiriam todos, lentamente, no cumprimento de um plano maquiavélico, concebido nos rancorosos espíritos dos representantes da ditadura nas ilhas.

Quanto a nós, foi o movimento da Madeira que o evitou.

Foi pois entregues a este pensamento, que nos enervava, na incerteza do nosso destino, que saímos da Horta, a 2 de Abril de 1930.

À passagem no Cais do Pico, onde desembarcámos, novas manifestações de simpatia se produziram. Em todas as casas nos quiseram obsequiar, tendo algumas a mesa posta para nos receber.

Recordo-me de ter estado nas casas de Artur Sebastião, que havíamos deixado no Faial, na de Manuel Herse; Luciano Machado, advogado, que foi nosso companheiro de viagem até à Madeira e que vinha à Metrópole; Rogério Soares; Canto e Castro, cujas famílias foram de uma amabilidade extraordinária. Todas as restantes criaturas, como os irmãos Andrade; Caetano Terra; Meneses, Rodrigues, Azevedo, Macedo, professor Goulart, Vieira da Costa, Dionísio e a boa classe piscatória, nos patentearam provas da mais franca e leal hospitalidade.

Embarcámos, aqui o confessamos, com saudades do Cais do Pico, a terra que, de início, tanto nos havia preocupado, pelas suas dificuldades de facto. Mas esse passadio, foi compensado na boa vontade e dedicação da sua população.

O barco levantou ferro já passava do meio-dia, em direcção às Velas (S. Jorge).

Esta ilha é, em área, a quarta dos Açores, tendo porém menos população do que o Faial, que é mais pequena. A sua figura é no sentido longitudinal, sendo de uma diminuta largura. As suas casinhas brancas sobressaem dos campos arborizados e verdejantes, dando uma agradável impressão ao visitante.

Um gasolina levou-nos a terra onde tínhamos deportados amigos, alguns que regressavam a Lisboa no mesmo barco, outros, por lá ficaram e foram mais tarde parar a Cabo Verde e até para Timor, como o Bernardino dos Santos, cuja perseguição já remonta ao tempo dos governos políticos republicanos...

Na «República do Revirinho», nome que deram à «mess» que ali constituíram, fui encontrar nomes conhecidos, de que não sabia o paradeiro: o Mota, sargento músico, esgrouviado, falador, mas tesinho nos momentos psicológicos, Fernando Antunes Alves, da Câmara Municipal, que só por engano poderia ter sido deportado e mais alguns que me não recorda presentemente.

Demos uma volta pela vila, pequena e muito aca-nhada nalguns pontos e à tarde fomos para bordo.

Eu viajava desta vez em 2.<sup>a</sup> classe. Tinham-me elevado a outra categoria. É claro que, a continuar na deportação, certamente que iria à 1.<sup>a</sup> classe!...

A mais não direi, porque, em classe especial, já eu tinha viajado: na Casa da Bagagem!

Tratava-se pois de um curso, cujo tirocínio levava anos a adquirir.

O resto da viagem realizou-se sem quase darmos por isso, tal era o desejo de sabermos para onde nos despachariam.

Continuávamos a ser tratados como simples remessa, ao capricho do despachante central do Terreiro do Paço, cujas agências iam cumprindo bem a sua obrigação.

Uma noite, já depois de termos saído de Ponta Delgada, alguém de bordo veio dizer-me que parecia haver qualquer coisa na Madeira, o que me não causara estranheza, visto que a toda a hora se esperava outro movimento.

Era até do meu conhecimento o plano estabelecido: a revolução deflagraria simultaneamente no continente e nas ilhas. Ora, dizia eu, com os meus botões: se a Madeira está em revolução, deve Lisboa o estar também.

A queda da ditadura em Portugal, não viria resolver o problema que me interessa e pelo qual me tenho batido sempre. Mas, o seu apeamento seria, sob o ponto de vista político — no aspecto da liberdade — algo de aproveitável, porquanto é preferível (muitos pensarão o contrário) uma situação onde, pelo menos, possamos falar, reunir, organizar e desenvolver a nossa propaganda, mesmo enfrentando violências certas, do que suportar, em silêncio, uma tirania de natureza ditatorial. Demais, todas as forças, quer estejam no campo republicano, quer no avançado, eram levadas, por um impulso natural das próprias condições em que viviam, à luta, num trabalho clandestino ou na praça pública, com armas na mão, quando o momento o proporcionava.

Dentro deste critério, que nenhuma habilidade poderá sofismar, conduzi sempre os meus actos, na certeza de que, qualquer ideia das que pretendem levar os povos à emancipação consegui até hoje abater de um jacto toda a opressão. As conquistas que se vão efectuando, quer no aspecto político, ou no económico, no moral ou no material, alguma coisa representam no desbravamento do terreno para a Grande Revolução. Elas vão minando lentamente as bases do sistema que, quanto mais carcomidas, maior facilidade apresentarão para o seu desmoronamento.

Não descansei. Quis obter confirmação do facto, mas não houve meio de convencer quem poderia informar-nos.

Seguimos por isso na incerteza, que só foi desfeita quando chegámos ao Funchal.

Enorme multidão apinhava-se no cais. De bordo observava-se uma massa negra que dali não arredava pé.

A bordo vem o capitão que comunica estar a Madeira revoltada.

Os deportados saem. Era mesmo esse o seu destino. Mas saem também os que vinham amnistiados e em direcção à Metrópole.

Este gesto, não me passou despercebido. Provava-se que todos queriam lutar, mesmo os que poderiam ir descansados para suas casas depois de anos de desterro. Não indaguei quem eram, que princípios defendiam e que posição marcavam na política. Simplesmente registei o acto que se me tornou extremamente simpático e altamente revolucionário.

A maioria desses homens foram parar a Cabo Verde, após a rendição da Madeira e lá estiveram.



## CAPÍTULO XXVIII

### NO CENTRO DA AGITAÇÃO

Chegámos ao cais. Envolve-nos uma grande multidão que se manifesta ruidosamente, com vivas entusiásticos.

Dirigimo-nos ao Palácio de S. Lourenço, onde está instalado o Quartel-General. Vai para lá uma azáfama extraordinária. Ordens que se dão, telefones retinindo constantemente, gente que entra e gente que sai, tratando dos milhares de assuntos que surgem nestes momentos, o buzinar ensurdecador de automóveis transportando oficiais e elementos civis de preponderância na terra, resoluções que se tomam nos gabinetes à porta fechada, no sentido de assegurar-se o melhor possível o movimento.

Entrámos e, junto de um dos seus dirigentes, indagámos do que havia. Éramos deportados, chegados há pouco, precisávamos de uma elucidação, conquanto rápida, sobre os acontecimentos. Em síntese foi-nos dito que a guarnição militar se havia rebelado pela atitude despótica que o Comissário do Governo e seus acólitos estavam tendo para com a população da Madeira, já depois de sobre ela ter sido exercida uma extraordinária violência, de que resultou a morte de três trabalhadores meses atrás e algumas deportações para os Açores e Cabo Verde e contra o desejo em que as referidas entidades estavam, como vingança, de deportar ainda muitas mais criaturas.

A guarnição havia-se revoltado a 4 de Abril e os oficiais com residência fixa e demais deportados deram-lhe a sua adesão. Estávamos então a 6. Que o senti-

mento popular estava inteiramente com a revolução, o que era verdadeiro.

Ainda circulavam de mão em mão as proclamações revolucionárias:

## AO EXÉRCITO E À NAÇÃO

Os oficiais da Guarnição Militar da Madeira e os de Caçadores 5 e de Metralhadoras 1 destacados na cidade do Funchal, diante das odiosas e injustificadas prepotências cometidas contra a população do arquipélago, pelo Delegado do Governo Central, e como protesto contra um procedimento afrontoso para a sua dignidade de cidadãos e de soldados, resolveram destituir o mesmo Delegado entregando o Governo do arquipélago a uma Comissão de Militares.

Interessados na rigorosa manutenção da ordem pública, esperam do civismo da população madeirense que, apesar das afrontas recebidas, essa ordem tenha como principais defensores os elementos da população local.

Mas, porque os factos que determinaram a sua intervenção tiveram como origem a actual situação política, fiéis à República e à sua dignidade de soldados, superiores a qualquer espírito sectário e em defesa da honra do Exército, afirmam a sua vontade de que, indo ao encontro das aspirações do Povo e do Exército, se constitua um Governo que imediatamente restaure e garanta as liberdades públicas suspensas em Portugal.

Viva a República!

Funchal, 4 de Abril de 1931.

Os Officiais da Guarnição Militar da Madeira.

E a mobilização das classes havia sido determinada. Mas a vida local decorria normalmente, conservando o comércio as suas portas abertas.

Os principais elementos da ditadura tinham sido presos e estavam recolhidos em S. Lourenço e no Lacsareto.

Os partidos políticos republicanos tinham demarcado a sua atitude, no documento que segue:

«Os representantes de todos os partidos e correntes republicanas da Ilha da Madeira, convidados a definir a sua atitude perante os últimos acontecimentos bem como o procedimento a assumir em face dos mesmos, resolveram unanimemente:

1.º — Afirmar a sua solidariedade ao movimento legalista realizado ontem pela Guarnição Militar do Funchal;

2.º — Manter a mais inteira unidade de pontos de vista em tudo que importe ao prestígio da República, à manutenção da ordem e ao sincero restauro das liberdades públicas suspensas em Portugal;

3.º — Oferecer a Sua Ex.<sup>a</sup> o General Comandante a sua desinteressada cooperação e a dos seus correligionários.»

Assinavam esta nota os srs. dr. Vasco Marques, pela União Liberal Republicana; dr. José Varela, pelo Partido Republicano Português; dr. António Félix Pita, pelo Partido Republicano Nacionalista; dr. Manuel Gregório Pestana Júnior, pelo Partido Republicano da Esquerda Democrática e Aires Frederico Mesquita Spranger, pelo Partido Republicano Radical.

Os católicos, sintetizaram a sua conduta, nesta declaração:

Convidado a definir a sua atitude, perante o movimento militar que acaba de dar-se nesta cidade, e sendo-lhe ao mesmo tempo espontaneamente prometida, dentro das leis da República, completa liberdade na acção religiosa e nas suas obras de assistência social, o Centro Católico Português do Funchal, fiel aos princípios que o regem e à sua orientação de sempre, segundo os

quais não pode imiscuir-se em lutas que digam respeito a formas de governo ou à conquista do poder, declara a sua absoluta neutralidade em face do actual momento.

Funchal, 6 de Abril de 1931.

Dr. Juvenal de Araújo.

Em presença do que se passava e atendendo ao movimento de carácter retintamente militar, os deportados civis reuniram, para apreciar a situação. Havia de tudo: republicanos, socialistas, comunistas, sindicalistas e anarquistas.

Conquanto as opiniões fossem diferentes, em relação aos seus objectivos do movimento, todos concordaram que, proporcionando o momento mais um motivo de luta contra a ditadura, deveria ele ser aproveitado, para abalar mais profundamente os seus fundamentos ou até mesmo derruí-los, se as coisas pudessem ser conjugadas a esse fim.

Demais, existia ainda o interesse pessoal em oferecer resistência a nova deportação para a África, como era intenção dos ditadores.

Assim, procurou cada um dos presentes, no decorrer do movimento, contribuir com a sua acção para a modificação de tal estado de coisas.

Sabido como é que o elemento civil trabalha sempre devotadamente nestas ocasiões, poderá avaliar-se do valor da sua actividade em qualquer aspecto em que se aprecie a luta.

A mobilização seguia o seu curso. Camiões carregados de gente do interior atravessavam diariamente a cidade, dirigindo-se para o Regimento de Infantaria 13.

Vinham cheios de entusiasmo, cantando pelo caminho, os que a mobilização havia chamado.

O povo vivia em fé ardente na esperança de que um melhor futuro estaria reservado à sua terra, logo que os opressores fossem dali desalojados.

Realizaram-se manifestações grandiosas que percorriam as ruas da cidade aos vivas à liberdade e morras à tirania. Mas a luta estava ainda longe. Até ali não

tinha havido a menor efusão de sangue; apenas se tratava da organização revolucionária. Acompanhemos o decorrer do movimento e fixemos as suas principais fases.

A exacerbar os espíritos existia também a questão financeira da Madeira, agravada nos últimos tempos, com a suspensão de pagamentos de algumas casas bancárias. O projectado regime cerealífero, que algum sangue havia feito correr nas ruas do Funchal. A situação da indústria que era decadente, principalmente a de bordados. O desemprego elevado e a vida caríssima. Tudo havia corrido, de uma maneira terminante para a intensificação do conflito.

A 8 de Abril, fundeava no porto o cruzador «London», da marinha de guerra inglesa, com o fim de proteger as pessoas e bens dos súbditos ingleses residentes na ilha.

No mesmo dia publicava-se o jornal **Notícias da Madeira**, órgão officioso do movimento, sendo também substituídas as comissões administrativas que serviram a ditadura. A junta revolucionária constituiu o Comando Militar Geral da Madeira e foram criados dois subsecretariados gerais: Economia Pública, Comércio e Comunicações.

Entretanto, nos escaninhos secretos da situação iam-se descobrindo documentos elucidativos sobre os intuitos dos representantes da ditadura da Madeira.

Por eles se verificava a manifesta maldade que os seus cérebros engendravam contra a respectiva população, que pretendiam esmagar ainda mais. Era a rapidez com que se havia atirado para a deportação com criaturas que nem tempo tiveram de despedir-se das suas famílias. A forma velhaca como a ludibriaram em assuntos de interesse local com as obras do porto do Funchal, que nunca foram autorizadas, pois que foi encontrado, segundo publicação do **Notícias da Madeira**, nos arquivos do Delegado do Governo, Silva Leal, o telegrama cifrado, acompanhado da respectiva tradução, remetido para Lisboa e no qual se pedia:

«A vinda imediata de um telegrama do Ministro do Comércio, comunicando a adjudicação da obra do alargamento do cais do Funchal, indispensável na presente

ocasião para acalmar os ânimos, pedindo-se que este telegrama não viesse cifrado, a fim de se obterem vantagens de ordem política para se facilitar a acção do Delegado Especial na realização da obra da ditadura.»

Assim se jogava com os interesses da Madeira e consequentemente do povo.

E este outro, também publicado no mesmo jornal:

«Cópia-Emblema da República-Governo Militar da Madeira-Quartel General-Adicional ao meu relatório de 23 de Fevereiro de 1931-Serviço da República-Funchal 27 de Fevereiro de 1931. Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delegado Especial do Governo das Ilhas Adjacentes-Funchal. A folhas 7 do meu relatório sobre os últimos acontecimentos havidos nesta cidade e guarnição militar, faço referência a um telegrama enviado a Sua Excia. o Ministro do Interior. Tenho é certo a responsabilidade do facto de pôr a minha assinatura nas condições já expostas, mas afirmo, pela minha honra, que **nunca foi minha ideia pedir a revogação do decreto**, satisfazendo assim a vontade de certos políticos, orientadores das massas populares. Quando me informaram no Regimento de Infantaria 13 que não se acreditava no telegrama “suspensão decreto” de Sua Excia. o Ministro do Interior e também no que foi enviado à Cruz Vermelha no mesmo sentido, alguém alvitrou que seria melhor solicitar a suspensão do decreto em linguagem não cifrada. Aceitei o alvitro dizendo que telefonassem para o Quartel-General, a fim de ser feito esse telegrama. Sei agora que quem se apresentou transmitindo essa obra foi o sr. Tenente Coronel Carlos A. Gonçalves Marques. Seria má compreensão da minha ideia, que era tão simples e clara, ou propósito firme de me comprometer? O seu procedimento para comigo até ali e depois, e a sua dedicação naquele momento que só agora a sei, é uma prova, se não houvesse outras, para ajuizar claramente sobre os seus propósitos. Além do que acabo de expor vem agora a propósito chamar a atenção das instâncias superiores, apenas como lembrança, visto já ter sido solucionado, para um caso grave que se deu nesta guarnição em 1927 e que tem íntima ligação com este, no que respeita à pretensão de certos

oficiais alijarem do seu lugar o Governador Civil do Distrito (Notas do Quartel-General do Governo Militar da Madeira enviadas à Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra n.º 37 de 11-8-27 e n.º 39 de 23-8-27 esta última acompanhada de relatório e processo de averiguações). José Maria de Freitas — Coronel. Está conforme. Funchal e Delegação Especial do Governo da República nas Ilhas Adjacentes, aos 16 de Março de 1931. Pelo adjunto da Secção Militar, Manuel Faria, Tenente.»

Trancreve o documento em globo, mas o que ele tem de mais interessante é a parte que trata do decreto sobre as farinhas. Pois o mesmo senhor, que à data do movimento de protesto de Fevereiro era o Governador Civil do Funchal, afirma, alto e em bom som, nos momentos da agitação popular, que pedira a revogação do Decreto!

Eloquentíssimo, como mistificação!

E muitos mais documentos foram encontrados, comprovativos da falta de lealdade dos tiranos.

Iam decorrendo os dias. O povo, ao ter conhecimento da revolta em Ponta Delgada e depois na Terceira, redobrou de entusiasmo, que se repetiu quando soube que igual gesto tivera a Guiné.

A apresentação de voluntários era grande. A constituição de grupos civis aumentara dia-a-dia, mas armas não havia. Apenas 1 100 homens fardados estavam armados. Mas havia material de choque. Fora constituída uma companhia de granadeiros e elementos civis foram nela enquadrados. Havia, porém, grandes grupos que demarcariam a sua acção no momento oportuno, se tivessem conseguido armamento e esses eram os mais numerosos.

O governo da ditadura anuncia o bloqueio e, então, ao longe, no seu passeio, diário, avista-se a canhoeira «Ibo».

Circulavam vários boatos. Algumas notícias vindas a público não são de facto verdadeiras, por erradas informações da procedência. Há quem receie do bloqueio

mas o abastecimento da Madeira estava assegurado por longo tempo.

Eram distribuídos vários manifestos, folhas soltas e publicavam-se jornais: **Novidades**, **Trabalho e União**, **A Voz da República**, tudo favorável à revolução.

**A Batalha**, órgão do proletariado, marcava em 13 a sua posição, com o seguinte artigo:

## PARA A LUTA

«É nos momentos psicológicos como o que a Mentalidade, na concepção elevada ou restrita da vida, lidade de um povo, o seu estado de espírito, o seu valor intrínseco, a sua coragem e decisão.

É nestes momentos que se analisa o grau da sua mentalidade, na concepção elevada ou restrita da vida, nos seus interessantes e vários aspectos, que a tornam livre, próspera e saudável, ou oprimida, triste, raquítica!

É nestes momentos que a alma de um povo se abre à análise de todo o mundo e se conquista uma posição inconfundível na grande luta travada entre a tirania e a liberdade.

E o povo da Madeira, que tão bem soube corresponder ao início do movimento, tem demonstrado, no decorrer do mesmo a sua grande fé numa vitória certa.

É necessário que esta fé se radique cada vez mais profundamente no seu espírito e o disponha a demover todos os obstáculos que se antepõem ao resultado que todos anseiam — a queda da ditadura; que tanto e tanto mal tem feito à Madeira e a todo o País.

A classe trabalhadora, sempre a mais sacrificada com os regimes de força e da reacção, sabe bem qual o papel que lhe está designado neste conflito.

Lutar, se necessário for, até vencer! E há-de vencer custe o que custar!

Há-de vencer-se, porque tem de vencer-se!

Não é de agora, não é de há meses, a tirania exercida na Madeira pelos ditadores. Ela vem de longe, como reflexo das medidas draconeanas dos super-homens que



pretendiam jugular um povo que sente, em toda a parte onde se encontra, um frémito constante de liberdade e de justiça!

Mesmo que não houvesse razões de ordem local a impor um movimento desta natureza, bastaria que trabalhadores como nós, no continente, houvessem sofrido as maiores perseguições, as mais nefandas violências corporais, para que o nosso sentimento de solidariedade se manifestasse exuberantemente no estatelamento da ditadura.

O assalto aos organismos operários, a destruição dos respectivos móveis, o cerceamento da mais insignificante regalia, a exploração ignóbil, por intermédio dos mais pesados impostos e que reduziu tudo à expressão aguda da miséria que se observa em todo o País, as dezenas de milhares de desempregados que definham nos tugúrios miseráveis em que vegetam; desempregados que na Madeira se contam às centenas, tudo quanto denota vilipêndio, maldade, opressão, seria o suficiente a colocar-nos ao lado dos que sofrem as consequências das suas nobres atitudes.

Estão entre nós dezenas de deportados — civis e militares — que há anos vêm sofrendo, quer em África, quer nas ilhas, física e moralmente, a tortura de uma situação que não pode perdurar para honra do povo português.

Entre esses deportados alguns há que têm dado todo o seu esforço em prol da classe trabalhadora.

Como poderíamos nós, em presença de tanta e tanta perseguição, ficar silenciosos?

Os trabalhadores da Madeira, só têm um caminho a seguir nesta excepcional emergência: unirem-se a todas as vítimas da ditadura e lutarem a seu lado, ao lado da guarnição militar que rompeu fogo contra a mesma e lutar, lutar, lutar, até vencer!

Nem que para isso tenhamos de abrir o peito às balas dos tiranos!

À luta, pois!»

Concretizando melhor, escrevia o mesmo jornal em fundo de 18:

## PROSSIGAMOS!

«Com esta situação de aparente adormecimento, está-se derimindo, na Madeira e no restante País, uma das mais graves questões que em Portugal, sob o aspecto político, económico e social, se tem apresentado à apreciação de quem, a estes problemas, dedica a sua atenção.

É porque, o mal é mais profundo do que parece à primeira vista. A Madeira, sentiu-o já, em parte, e o que não viria a sofrer se mais permitisse, se silenciosa ficasse, ante as infames violências que perpetravam fazer-lhe?!

Toda a sua vida económica, já difficílissima por razões de ordem internacional, que se reflectem de país para país, mutuamente, atendendo à errada base individual da sociedade, se tornaria num caos, pelas medidas, verdadeiramente iníquas, que a ditadura lhe tinha imposto. Ao restante succeder-lhe-ia o mesmo.

O apoio ao grande capital — haja em vista o decreto do pão que a esta terra tão trágicas consequências lhe trouxe — o auxílio ao Banco Nacional Ultramarino: CEM MIL CONTOS dispendidos com o maior descaramento, enquanto no país CEM MIL TRABALHADORES morrem de fome, pela enorme crise de trabalho que já o avassala; o definhamento contínuo do povo pelas constantes exigências fiscais impostas e com ele o alastrar aterrador da tuberculose, a ponto de, no continente, se contarem em 30 000 as criaturas que, por ano, morrem atacadas pelo terrível mal, estando já a sentir-se na Madeira esse flagelo, devido à miséria que aqui lavra; o indiferentismo absoluto pelas condições de vida — em qualquer aspecto que as analisemos — do proletariado e, os princípios ultra-conservadores das ditaduras, na pretensão de esmagarem, pela violência, os anseios de liberdade dos povos em permanente agitação; sintomas estes de uma mentalidade doentia e que só um salutar reagente poderá modificar, são facetas do transcendente problema em equação.

Evidentemente que a sua solução, não depende apenas do desmoronar da ditadura, mas de transformações radicais na base das sociedades; contudo, o maior mal, estava consubstanciado nessa situação de há cinco anos,

pelas medidas absolutamente desumanas, cerceadoras da mais simples regalia até hoje conquistada através dos maiores sacrifícios, medidas que só provocaram miséria, luto e sangue!

Se começarmos por analisar a chamada obra financeira da ditadura, verificaremos sem esforço, que ela representa o ponto de partida para a desagregação económica em que o País se encontra; empobrecimento da agricultura; definhamento da indústria e das restantes fontes de riqueza.

Fazendo incidir sobre elas as maiores contribuições, reduzindo o número de trabalhadores colocados, defendendo a grande propriedade e centralizando empresas industriais que só têm em mira a exploração do público e dos seus empregados, conclui que, desta forma, poderia salvar, aparentemente, a situação financeira do Estado.

Finalmente, nem a sua situação política foi capaz de defender, agravando tudo e sujeitos estaríamos a morrer todos de inacção, se não nos restasse ainda um pouco de energia para, neste momento, deitarmos por terra o símbolo da tirania e da desgraça.

Mas, se no aspecto financeiro a ditadura inscreveu a sua morte, mesmo com todos os superativos apresentados, visto que, por outro lado, o défice de riqueza física aumentava aterrorantemente: era ver o aspecto famélico das populações — sem pão e sem liberdade! — na questão propriamente dita política, económica e social, que desastrada foi a sua atitude.

Querer, hoje, resolver problemas que, cada vez mais se relacionam entre si, com teorias de um nacionalismo incompetente e falho de base científica, desligado das necessidades comuns dos restantes povos, é o mesmo que caminhar para a morte de olhos vendados.

Querer que um povo se baste a si próprio — o que é impossível, mercê da tendência progressiva das ideias e da multiplicidade de aspectos económicos, políticos, e sentimentais que envolvem o mundo — e retirar-lhe todas as condições que o poderão fazer desenvolver, reduzindo-o à expressão simples de miséria em que vive, é o mesmo que votá-lo ao mais criminoso abandono, à morte mais desgraçada, à mais infeliz das situações.

Ora o povo português, não podia por mais tempo suportar tal situação.

A Madeira, dando o primeiro grito, marcou indelevelmente nas páginas da sua história um galardão de glória, de consciência e de espírito livre.

Prossigamos, pois na luta até à queda total da ditadura. Depois, colaboraremos com o restante proletariado, na conquista de direitos insofismáveis, no advento de princípios sociais mais justos e equilibrados.»

As reclamações da Guarnição da Madeira eram estas:

1.º — Organização imediata de um novo Governo que restaure as liberdades públicas suspensas, e no mais curto prazo possível, estabeleça, sem qualquer subterfúgio: a constitucionalidade política por meio de eleições livres, de modo a evitar-se o regresso ao 'statu quo' ante 28 de Maio de 1926;

2.º — Deste Governo devem fazer parte apenas republicanos civis ou militares;

3.º — A acção deste Governo, para realizar o seu objectivo essencial (estabelecimento da constitucionalidade política) além de restaurar as liberdades públicas suspensas, deverá imediatamente:

- a) Restituir à liberdade todos os indivíduos civis ou militares;
- b) Mandar regressar ao continente todos os indivíduos civis ou militares com residência fixa, por motivos políticos, nas ilhas adjacentes e colónias;
- c) Reintegrar nos serviços públicos, civis e militares, todos os indivíduos deles afastados ou demitidos por motivos políticos;
- d) Aceitar e reconhecer como legítimos todos os actos praticados pela guarnição militar da Madeira que estejam devidamente documentados e referentes à sua actuação iniciada em 4 de Abril de 1931.

Mas o povo, no fundo, o que queria era a queda da ditadura. Ele sabia que a sua vida económica pouco viria a melhorar com a mudança de situação, mas queria pelo menos, ter mais liberdade, para encaminhar seus passos a destinos mais vastos.

Era essa pelo menos a opinião da organização operária do Funchal, sintetizada nos artigos que atrás foram transcritos e na opinião dos seus elementos.

Era essa mesmo a melhor doutrina. E era ver a ânsia de centenas de trabalhadores, dispostos a dar a vida para que a tirania baqueasse e não pudesse fazer correr nas ruas do Funchal mais sangue de irmãos seus, ou o deles próprios.

Naquele momento, ofereciam-no espontaneamente em holocausto a mais liberdade, vilmente espezinhada pelos ditadores.

A defesa militar da ilha seguia a sua natural efectivação. Haviam estabelecido dois sectores: Um que abrangia S. Lourenço, Caniçal, Mochico e Santa Cruz até Funchal e outro que ia da cidade à Câmara de Lobo, Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta. Havia ainda defesas isoladas de outros pontos de menor importância, como Porto Moniz, S. Vicente, defendidos também pela artilharia pesada que estava nas encostas da Ribeira Brava, existindo ligações entre todos os concelhos que rapidamente comunicavam com o Quartel-General.

Os soldados de facto partiam para as linhas cantando, mas não iam adestrados convenientemente, não só por se tratar de gente mobilizada, como porque o estágio de preparação havia sido diminuto. Contudo, entusiasmo não lhes faltava, visto que já haviam sentido duramente como trabalhadores que eram, a opressão dos ditadores.

Decorreram os dias e até as semanas na preparação dessa defesa e não se descansou um instante.

A ditadura apertou o bloqueio. Mas o movimento de barcos continua.

A Subsecretaria da Economia Pública cria o Boletim Oficial, com o fim de nele serem insertas todas as resoluções de carácter oficial, quer legislativas, quer executivas.

Mas isso não interessava propriamente. Era a parte política e administrativa da situação criada. O necessário era a luta, o choque e esse estava a demorar...

É apertada a vigilância na costa, exercida por barcos de madeira, que durante a noite contornam a ilha. Há por vezes sinais de alarme infundados, derivado dos referidos barcos navegarem a pouco distância da

terra; um tiro ou outro de espingarda é disparado no silêncio da noite.

A Delegação da Cruz Vermelha estabelece postos de socorros.

E os dias continuam a passar.

A proclamação da República em Espanha causa um grande entusiasmo na população.

Na madrugada de 20 sai da Madeira com destino às costas de Portugal, o vapor «Guiné». Comanda o barco o oficial da marinha Sebastião Costa e vão como elementos de absoluta confiança — 8 civis — mais quatro marítimos da Madeira.

Essa viagem, iludindo o bloqueio da ditadura, tinha o fim de ligar os meios revolucionários do continente e pondo-os ao facto do que se passava nas ilhas, de maneira a ser possível rebentar também aqui, como se esperava o movimento revolucionário. Mas não sucedeu assim e os elementos que tiveram de desembarcar em dois locais sofreram as maiores revezes até que pudessem apanhar-se salvos e em ponto seguro. Basta dizer que os que ficaram em Silves tiveram de meter-se à água, que lhes dava pelo pescoço, de forma a desembarcarem num local que não despertasse desconfiança e mesmo assim, foi necessário imporem-se aos pescadores que os transportavam do «Guiné» para terra.

Entretanto a canhoeira «Limpopo», substitui a «Ibo», que necessita reparação.

De Portugal, pouco se sabia de segurança, visto existir contradição nos próprios telegramas recebidos. A excitação no entanto devia ser grande em todo o País.

Nos Açores, já porque a força revolucionária não era tão forte, como o ambiente popular se não assemelhava ao da Madeira, começa a sentir-se a falta daquele entusiasmo que mantém estes momentos o maior tempo possível.

A Metrópole continuava sem se mexer. Os revolucionários da Terceira rendem-se às forças ditatoriais e os de Ponta Delgada resolvem, na sua grande parte, vir para a Madeira no «Pero d'Alenquer», que partiu dali na madrugada de 20.

A agitação na Madeira mantinha-se, realiza-se no Largo de S. Lourenço, um comício onde assistem milhares de pessoas.

A mobilização continua. Há postos já guarnecidos mas há outros que necessitavam de mais gente. Os pontos estratégicos estão tomados e a defesa convenientemente feita. O arame farpado dificulta a tentativa de desembarque nos pontos mais a descoberto, como por exemplo na Praia Formosa.

Com dificuldade, numa volta que se desse à ilha, se lobrigavam os abrigos da artilharia — peças de 15 e 9. Entre Santa Cruz e Machico, numa elevação de terreno de onde se enxergava todo o mar até à Ponta de S. Lourenço, estava uma peça de 15, mais adiante as de 9 e metralhadoras pesadas em Santa Cruz. Pelo caminho, abrigos de metralhadoras, em parapeitos da rocha, disfarçados em caramanchões de vegetação e defendidos por sacas cheias de areia e trincheiras por todos os lados.

Para o outro lado da ilha, a mesma coisa, sendo a maior defesa da artilharia na Ribeira Brava e Câmara de Lobos, lugares onde havia também muita infantaria.

No Campo Almirante Reis, na Alfândega e no aterro até à Praia Formosa companhias de infantaria e caçadores 5, que defendiam o Funchal de qualquer possível ataque.

Em pontos de menor importância, S. Vicente, Porto Moniz, Ponta do Sol, infantaria. A coluna de granadeiros espalhada por toda a ilha. Os civis disseminados de igual forma por toda a parte, armados de qualquer maneira, com espingardas caçadeiras, pistolas bonitas e granadas.

Mas, para que a defesa se tornasse de facto inexpugnável, seria necessário o dobro de armas e de munições. Dois dias antes havia uma esperança no material de Ponta Delgada, que viria com os deportados no «Pero d'Alenquer». Mas não, eles não conseguiram trazer material algum.

O remédio que havia era lutar com as armas existentes. A química porém não descansava architectando engenhos para destruição de pontes no caso de necessidade, para cortar o avanço às tropas que por qualquer lado entrassem; na espécie de minas submarinas para

serem colocadas junto dos portos, a fim de dificultar-se os desembarques das tropas inimigas.

Enfim tudo o que pudesse equilibrar a diferença proporcional das forças que certamente os ditadores enviariam e que foram no conjunto — 2 500 homens aproximadamente, 4 hidro-aviões e os barcos de guerra: Cruzadores «Vasco da Gama», «Carvalho Araújo»; Canhoieras «Zaire», «Ibo» e «Limpopo»; Destroyer «Vouga».

Transportes com tropas: «Carvalho Araújo», «Nyasas», «Pedro Gomes» e «Cubango», fora os barcos com combustível e mantimentos.

O governo militar continuava na sua missão política e administrativa, publicando medidas de carácter imediato: auxílios aos inválidos, subsídios à indústria de bordados, desaçoreamento do porto e outras, mas todas estas coisas, mais por motivos de momento do que como intenção de resolver o grave problema económico-social que envolve a Madeira.

O que o povo continuava a desejar era a ditadura por terra. E eu de facto também não queria outra coisa. O resto pertence aos trabalhadores fazê-lo e se hoje não estão para isso preparados que adquiram essa preparação nos seus organismos sindicais de classe ou nos de afinidades. Só eles poderão resolver esse problema que, para a Madeira reveste cores desgraçadas de miséria, de doença e de desespero. Só eles!

Está próxima a hora da luta. Andam próximos navios de guerra com tropas do continente. O bloqueio tornou-se mais apertado. Eleva-se a publicação de jornais e manifestos e o entusiasmo mantém-se. É realizado em Santa Cruz novo comício e circula esta proclamação:

«O Governo Ditatorial de Lisboa enviou contra a Madeira todos os barcos de guerra disponíveis, a fim de intensificar o bloqueio da ilha, onde só poderão entrar, segundo as instruções aqui recebidas, os navios que levem passageiros estrangeiros.

A expedição que se aproxima da ilha do Porto Santo diz-se que se destina a tentar o desembarque na Madeira. A isso se oporá a guarnição que já ocupa os pontos estratégicos e que está apoiada pela população.

A Madeira afirma mais uma vez o seu veemente desejo de ver restauradas as liberdades individuais dos



cidadãos e de que se constitua um governo que dê garantias formais de apressar a fixação de eleições de uma Assembleia Constituinte, restituindo-se assim à Nação os seus inauferíveis direitos de soberania.

Ao avizinhar-se, talvez, o momento da luta fratri-cida na qual um governo dementado quer lançar o país, os republicanos e liberais da Madeira, unindo aos soldados as suas almas e os seus esforços, aguardam com serenidade o futuro e lançam as responsabilidades dos prejuízos pessoais e materiais sobre o governo que mande atacar.

A população permanece serena. Sabedora do perigo que a ameaça, tem tomado todas as disposições defensíveis, aceitando o pesado sacrifício que conscientemente corre para defesa dos direitos de seus filhos e de toda a Nação Portuguesa.

*Não seremos os primeiros a atacar.* Resistiremos, porém, até ao esgotamento do último recurso, confiando em que a Pátria saberá reconhecer e secundar os nossos esforços.

Viva a Madeira! Viva a liberdade! Viva Portugal!  
Viva a República!

Funchal, Palácio de S. Lourenço, 25 de Abril de 1931.  
O Governador Militar e Comandante em Chefe.

Adalberto Gastão de Sousa Dias — General.

O sublinhado é meu. Fi-lo, por considerar um grande erro tal afirmação e vamos ver até que ponto ela foi levada.

Acompanhemos o decorrer da luta; façamos a sua história.

Os aviões tinham voado em 25 sobre a cidade, muito baixo até; lançaram panfletos e analisaram possivelmente posições. Voltaram no dia seguinte e muitas vezes mais atravessaram a ilha de lés a lés, umas vezes muito altos, outras, em altura suficiente de indicarem posições e fotografarem o terreno e consequentemente de adquirirem elementos que melhor seria não conhecerem. Mas, como não se atacava, esperava-se o ataque, (como se hostilidade aquilo não fosse já) eles podiam vir e ir sem que ao menos sofressem qualquer percalço. Havia quem, com vontade os atingiria ou, pelo menos, pro-

curaria fazê-lo, mas as ordens eram de que só se dispararia quando eles atacassem!

Os representantes da ditadura sobre as águas do oceano, que haviam chegado até lá com o coração oprimido, na convicção de que a luta teria de ser renhida, não sendo, no dizer dos técnicos, fácil o acesso à ilha, ficaram mais descansados com o silêncio das escarpadas montanhas. E continuaram a estudar o plano de ataque.

Entretanto, o povo confraternizava e em manifestações colossais contra a ditadura percorria as ruas da cidade. Os soldados partiam para as trincheiras cantando e gente mais timorata procurava refúgio nos contrafortes da serra.

Chegavam mais barcos com tropas; o cerco ia apertando. Andavam eles relativamente a pouca distância e, de terra, o mesmo silêncio, animava-os. Iam abusando porque lhe davam tempo a isso. Assim, foram fazer, sossegadamente, a sua base na baía do Caniçal a algumas centenas de metros de terra, ponto esplêndido para ser alvejado pela artilharia revolucionária.

Pois eles queriam lá saber do espírito de lealdade que poderia revestir o procedimento revolucionário, que queria lutar somente quando fosse atacado. Na guerra, diriam, procuravam todos os meios para vencer. E em vez de se colocarem a distância e daí tentarem o desembarque, não, evidentemente, e aproveitaram o que se lhes havia oferecido. Sempre seria mais fácil e de menor perigo.

Na tarde de 26, de bordo do paquete o «Carvalho Araújo», a uma curta distância, largam três lanchões carregados de tropas em direcção à praia, depois dos aviões, que haviam voado sobre a ilha, terem comunicado o resultado das suas observações.

Foi então que, nessa altura, julgo que, por decisão espontânea do respectivo comandante, as peças de 9 e 15 fazem fogo de terra e duas granadas caem muito próximo do referido barco. Outras se seguiram, acção esta conduzida já debaixo do fogo, de metralhadoras dos aviões e das granadas lançadas de bordo do «Ibo» e do «Carvalho Araújo», sobre as posições revolucionárias.

Não se evitou, porém, que o desembarque se efectuasse.

O «Carvalho Araújo» fez-se mais ao largo, abrigando-se com a Ponta de S. Lourenço.

A força que estava no Caniçal — pequena força, umas 70 praças, do comando de um tenente, num ponto difficil, bateu-se até poder, mas não resistindo ao ataque das forças que desembarcaram, recuou, e aquelas conseguiram desmontar o aparelho da Marconi; fazerem alguns prisioneiros e colherem elementos sobre as posições dos revolucionários, caminhos a percorrer, etc., o que não obteriam se não tivessem conseguido os desembarques. Levaram também feridos seus para bordo.

O povo não percebia de tática militar, mas intuitivamente dizia: «Mas para que deixam os barcos andarem assim tão juntos à terra? Porque os deixaram estacionar na baía do Caniçal?»

Haviam-se dado pois o rompimento das hostilidades, mas o ultimato do ministro da Marinha só surgia a 28.

Mesmo assim, a organização operária do Funchal, convoca um comício para o mesmo dia no Campo Miguel Bombarda e faz circular este manifesto:

## AO POVO TRABALHADOR DA MADEIRA

É hoje, pelas 15 horas, que se realiza no campo Miguel Bombarda (Campo da Barca) o grande comício público onde a massa trabalhadora irá patentear, mais uma vez o seu amor à liberdade!

Precisamente no momento que decorre, em que as armas vão decidir uma luta que envolve a honra, a dignidade, os interesses morais, espirituais e económicos da Madeira; neste momento único em que a alma vibra de entusiasmo contra a teimosa atitude de um governo de tiranos que, no continente, pretende sufocar este brado de justiça, os trabalhadores da Madeira — todos, intelectuais e manuais — devem marcar nitidamente a sua atitude.

Há a necessidade de gritar bem alto, para que nos ouçam, os que ainda têm esperanças na manutenção de um passado ignominioso — isto: na

Madeira, entre este povo admirável, só haverá sossego, só haverá progresso, quando a opressão terminar!

Quando os filhos desta terra forem tratados como homens livres que sabem o que querem e para onde caminham!

Quando sejam respeitados os seus direitos, postergados por um sem número de medidas violentas que originaram este eloquente, sublime e forte movimento.

Portanto, povo trabalhador da Madeira. Ao comício! Ao comício! Pela liberdade! Pela Madeira! Contra a opressão. — Organização Sindical Operária do Funchal.

Falámos nesse comício onde se reuniram milhares de trabalhadores. Rapidamente expusemos qual a situação do operariado perante o conflito, na Madeira, no Continente, em África, enfim em toda a parte. A queda da ditadura não traria a emancipação e novas fases futuras teriam os trabalhadores de enfrentar semelhantes à actual. Mas o proletariado luta sempre contra a tirania, manifeste-se ela de que forma for. A ditadura era um dos mais terríveis aspectos do estrangulamento de todas as liberdades políticas, económicas e sociais. O dever do trabalhador era lutar contra ela, como amanhã lutaria contra novos opressores até à conquista da sua emancipação integral.

Analisaram-se as ideias que as ditaduras transportam fazendo-se confrontos entre os actos praticados pela italiana, a espanhola e a portuguesa, para se tirar a ilacção de que, qualquer delas tem por principal objectivo o aniquilamento da ideia redentora da sociedade futura.

Lutar pois contra a ditadura era concorrer para que as algemas que pretendem manietar os povos, alargassem um pouco, e seus movimentos pudessem executar-se mais normalmente.

Lutar naquele momento seria o mesmo que lutar em qualquer outro, para destruir uma situação excepcionalíssima, enodada além disso com o sangue de trabalhadores madeirenses em Fevereiro passado. E os tra-

balhadores, onde a opressão se manifeste, devem levantar-se sempre em defesa de mais liberdade.

No dia seguinte as operações recomeçavam intensamente.

A Cruz Vermelha montava postos de socorro em vários pontos da ilha, além dos seus serviços centrais devidamente instalados e os bombeiros mantinham-se vigilantes ao primeiro alarme. E então que começa o verdadeiro aspecto da guerra. O comércio encerrou as portas e as ruas apresentavam uma outra fisionomia.

A zona neutra estava considerada a área onde estão instalados os Hotéis Reid, Atlantic e Savoy à disposição dos estrangeiros que quisessem ali alojar-se.

Nas estradas, as camionetas, transportavam mais forças às trincheiras e grupos de civis estacionavam em determinados locais, prontos a entrar em acção. Assim houvessem armas para todos!

Em presença de um próximo bombardeamento, foram tomadas certas medidas e a Cruz Vermelha mandou dispor a quinta Magnólia e a quinta Santana de forma a servirem de refúgio às famílias mais sujeitas ao perigo, qualquer delas a cargo dos Escuteiros e onde foram depositados mantimentos que assegurassem a alimentação dos refugiados.

Na baía, encontrava-se outro barco inglês o «Curlew» também de guerra. Ao longe o «Vasco da Gama» e um caça minas. Os outros barcos nem sempre se avistavam.

Os presos que estavam no Palácio de S. Lourenço, são de noite, transferidos para o Lazareto. Vão cabibaiços, vencidos, eles que há uma dúzia de dias apenas estavam encerrados e que antes haviam sido os senhores absolutos da Madeira!

Na tarde de 28, de novo os barcos com tropas aproximam-se da costa, desta vez do lado oeste da ilha. Mas o mesmo silêncio de terra causa admiração a todos.

Para proteger o desembarque, bombardeiam a serra, o «Vouga» e o «Pedro Gomes», tendo uma das granadas caído sobre uma moradia particular perfurando-a, não atingindo pessoa alguma da respectiva família por esta ter saído momentos antes.

De terra não se lhes respondia. Questão de tática? É possível.

Porque não interessava aquele bombardeamento, visto atingir locais desguarnecidos de revolucionários? É possível, também.

Mas as baleeiras alcançavam a praia da Serra d'Água e desembarcavam tropas.

Pretendia-se estabelecer a grande luta em terra, depois de terem entrado e pretenderem subir a serra? É possível de igual forma; mas não julgo que essa fosse a melhor tática; como tivemos ocasião depois de observar quando conseguiram novamente penetrar pelo lado do Caniçal e atingirem, com grande luta de facto, Machico.

Queremos fazer de novo realçar este ponto.

Os acontecimentos, quer sob o ponto de vista moral, pela influência que exerciam nas tropas que estavam a bordo, pelas dificuldades a pantentear-lhes no acesso à ilha, quer mesmo sobre o aspecto material, pela força e decisão que os revolucionários logo de início apresentassem, conservando os barcos ao largo, talvez tivessem sofrido qualquer alteração.

O que resultaria daí? Um bombardeamento mais intenso por exemplo, do «Vasco da Gama», com as suas peças de 20, de lugar onde não pudesse ser atingido por terra? Sem dúvida. Mas ninguém poderá esquecer que mesmo assim, ele e os restantes barcos de guerra despejaram sobre a Madeira centenas de granadas.

E em compensação, estando os transportes de tropas a distância — à distância que nestes casos é legítima; fora do alcance da artilharia de terra — as baleeiras não se afoitariam tanto aos desembarques. E quando o fizessem, sofreriam decerto as consequentes revezes, que se não sabe, insisto, até que ponto influiriam nas tropas em operação. Em que estado de espírito se encontrariam elas a bordo?

Mas as coisas tomaram de entrada logo outro aspecto, revestido decerto do desejo em evitar um forte bombardeamento da ilha. E eles então tomaram alento...

Haverá razões de ordem estratégica ou militar, além das de ordem humanitária a determinar tal atitude? Talvez. Mas todas elas só proporcionaram o êxito das tropas ditatoriais.

Ora o povo considerava Madeira uma esperança. Não quero dizer que se tornasse numa certeza, mas, pelo menos, em realidade ainda mais vivida, poderia tê-lo sido.

Desembarcadas as tropas na Calheta, o elemento civil que ali estava, com as patrulhas militares fez-lhe frente com um nutrido fogo e com bombas.

A força militar, que se encontrava em ponto mais elevado esperava a vez de entrar em acção se as forças que desembarcaram não tivessem retirado, não iniciando o avanço.

Julgo tratar-se de uma simulação, a fim de desnortear os revolucionários, o que não conseguiram visto a defesa estar devidamente feita em dois sectores distintos. O inimigo levou alguns feridos seus para bordo, bem como presos revolucionários.

Em seguida ao ataque da Calheta, as forças ditatoriais procuraram de novo a posição leste da ilha, onde desde logo pensaram em desembarcar.

E mais uma vez, bombardeando a terra constantemente, com a indicação dos aviões, que tinham descoberto as posições revolucionárias metralhando-as e lançando-lhes bombas, aproximaram-se da praia, desembarcando de novo, a pouco e pouco, forças no Caniçal, num número superior a 1000 homens.

São as fases mais intensas da luta. Em situação de incontestável inferioridade material, batidas pela metralhada dos barcos e dos aviões — só uma posição de artilharia foi alvejada com mais de 80 granadas de 20 do «Vasco da Gama» — as forças revolucionárias bateram-se valentemente entrincheiradas nas posições do Pico do Facho, Pico da Malhada, Miradouro, recuando com precaução em consequência do insistente canhoeiro.

As forças da ditadura que iam deixando feridos nas escarpas montanhosas da ilha, conseguiam coadjuvadas pelas indicações do cura do Caniçal! — e que não apparecesse um padre — embrenhar-se nas veredas da encosta, sempre batida pelas metralhadoras de terra, mas defendidas até certo ponto nas anfractuosidades do próprio terreno e tomam os Picos Castanho e Carqueja.

O atraso, talvez dificuldade, no envio de mais forças, a obstar esse avanço, fez com que pequenos contingentes

das tropas atacantes se infiltrassem pelos socalcos e carreiros da serra, e pudessem atingir Machico no dia 1, à noite, pelo lado Norte.

As tropas revolucionárias recuaram tomando outras posições, mas lutando sempre. Ante, porém, o que se tinha passado, surge este novo problema que foi complicar as futuras fases da luta: se deviam ou não continuar os combates, já porque a ilha, sozinha, nunca poderia vencer; já porque as tropas, que haviam sustentado o combate desde o seu início, mais activamente havia três dias, se encontravam algo cansadas.

Numa reunião do Quartel-General e demais oficiais em Porto Novo, feita expressamente para tratar do assunto, foi decidido continuá-la, desde que tropas frescas fossem substituir as que estavam na frente.

Dentro da resolução tomada começaram a dispor-se as coisas para cortar o avanço às tropas ditatoriais, devendo, segundo plano do Quartel-General, estabelecer-se a defesa geral no lugar da Camacha, onde se iriam encontrar as duas forças.

Para isso, se dinamitaram pontes, interceptando a estrada ainda com outros obstáculos.

O bombardeamento do mar recomeçou na madrugada de 1 para 2.

O «Vasco da Gama», além doutros barcos continuava a lançar sobre a terra as suas granadas de 20, pretendendo cortar as estradas que ligavam o interior com o Funchal.

E ante a insistência, que de novo surge, de elementos militares da Madeira, que manifestam desejo em não continuar a luta, a Junta Revolucionária, com o fim de evitar vítimas na população, resolveu render-se às 6 horas da manhã de 2, ante a superioridade do número e material das tropas ditatoriais.

Mas o povo não acreditava! Ele não compreendia que isso pudesse ter sucedido tal a sua convicção da vitória e o grau de entusiasmo que havia emprestado ao movimento.

E à medida que se ia compenetrando da realidade, era ver o aspecto fisionómico de cada habitante da Madeira. Uma tristeza invadira toda a população. Mas, como reacção a esse estado de abatimento, logo surgiu



esta esperança, como desabafo ao seu grande sofrimento: se a ditadura, que tanto mal lhes tinha feito, ainda não caíra desta vez, cairia noutra. E as feições dos madeirenses tomaram uma expressão especial, que traduziam uma funda manifestação de desprezo, à entrada dos conquistadores... na cidade.

E nem um viva houve, nem qualquer outra exclamação de simpatia à sua passagem! Dir-se-ia que uma frieza de morte pairava sobre a cabeça dos representantes da ditadura.

Momento de uma significativa e pungente solenidade!

Para a Madeira foi sem dúvida, um dos seus mais dolorosos momentos.

Para a ditadura, um dos seus maiores abalos.

Momento de uma agitação e pungente solenidade, quando o velho mestre, com o olhar fixo no chão, parecia ouvir o murmúrio das águas que corriam sob os pedregalhos da cidade. E não era o murmúrio das águas, mas o das almas que se agitavam no silêncio da noite. O velho mestre parecia ouvir o murmúrio das águas que corriam sob os pedregalhos da cidade. E não era o murmúrio das águas, mas o das almas que se agitavam no silêncio da noite.

Para a cidade, um dos seus maiores espelhos, a vida parecia estar parada. Mas o velho mestre sabia que não estava. Ele sabia que a vida estava viva e pulsante, mesmo que ele não conseguisse vê-la. Ele sabia que a vida estava viva e pulsante, mesmo que ele não conseguisse vê-la.

Quando o velho mestre olhava para a cidade, ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante.

Quando o velho mestre olhava para a cidade, ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante.

Quando o velho mestre olhava para a cidade, ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante. Ele via a vida que estava viva e pulsante.



## CAPITULO XXIX

### PRISIONEIRO VOLUNTÁRIO MAIS DE UM MÊS

Já o havia previsto: os barcos de guerra ingleses não levariam revolucionário algum a qualquer porto estrangeiro. Discuti o assunto com várias criaturas mesmo no hotel onde nos encontrámos depois de, no Consulado de Inglaterra, não terem afirmado coisa alguma de peremptório sobre tal pretensão.

A minha estada ali, era até resultante da insistência de alguns amigos e do sacrifício que faziam acompanhando-me, suportando possíveis percalços, na teimosia em que me encontrava de me raspar sim, mas com os meus próprios recursos.

Pensava assim: três anos em África, apenas por ter ideais avançados — a acusação que me acompanhava, dizia: *«conhecido elemento avançado, faz parte dos principais orientadores dos elementos extremistas, sendo considerado perigoso e indesejável»* — era o suficiente para estar farto de deportação... Além disso, o combate à ditadura, não se manteria tão facilmente se os revolucionários estivessem presos ou deportados. Fugir, para reiniciar a luta, deveria ser a preocupação de todos. E de facto assim era, simplesmente, uma grande parte, julgou sempre poder ir para Gibraltar ou qualquer outro porto. Eu pensava o contrário.

Era já noite quando resolvi sair do referido hotel, para pôr em execução o plano que concebera.

Aníbal Dantas, havia saído à minha frente e Margarida Barros, dedicada companheira de Fernando Barros, que não se encontrava já na Madeira, tendo falado com aquele, esperava-me com um automóvel à porta.

Tinham querido acompanhar-me: o Bibi, companheiro de todas as viagens e o Rijo, que tendo-se separado de nós em África, por doença, viemos encontrá-lo nos Açores e na Madeira, nas várias digressões com que nos presentearam durante a deportação.

Dispensámos o automóvel, atravessámos a pé a cidade, pelos sítios menos movimentados e alojámo-nos — nessa altura os quatro, porque o Dantas já lá estava — no quarto do Barros, ficando a Margarida noutra dependência do prédio, visto tratar-se de um pensão.

Era também só aquela noite. Tinham acabado de soar na torre 21 horas. O estado de sítio iniciava-se às 22 e terminava às 5 da manhã.

Às 21.30 haviam seguido para bordo do «Curlew» os revolucionários que estavam no hotel e a sua esperança em seguir viagem aumentou.

Nós, que havíamos perdido a última ligação que fizemos após a rendição, estávamos isolados sem poder comunicar com quem tentasse alojar-nos por alguns dias, até conseguirmos sair da Madeira.

Alguém, porém, nos aparece, comprometendo-se a chamar determinada criatura com quem precisávamos falar, e que poderia fazer só às 6 horas da manhã. Aceitámos.

Aquela noite, passámo-la como nas prisões: alternando-nos no descanso, visto existir apenas uma cama.

No dia seguinte, a referida ligação apresentava-se-nos, e quase que lhe impusemos a obrigação de nos arranjar casa onde nos refugiássemos, o que era assaz difícil, devido à responsabilidade que comportava tal gesto de generosidade, e de coragem até, de quem quer que fosse.

Partiu, o emissário e nós continuávamos a architectar o nosso plano, a fuga no primeiro ou segundo barco. Ali tomámos o mata-bicho e o almoço. Pois ainda não tinha passado o tempo de se fazer o quilo da segunda refeição e ouvimos uma algaraviada na rua e três pancadas sonoras ecoam escada acima até ao nosso quarto. Margarida Barros, chega à janela, e estremece. Recua e, com as mãos na cabeça, diz-nos: «Estamos perdidos».

Estava pálida. Olho em redor e vejo todos de igual cor, ou por outra, sem pinga de sangue... Eu, devo estar na mesma, ou então muito vermelho, que é como se manifesta por vezes o meu semblante ante uma grande emoção.

Cabo Verde, Guiné ou Timor, haviam passado, numa rapidez de relâmpago, pelos cérebros dos presentes... Era de arreliar, por cima de quase quatro anos.

Lá em baixo um oficial dá ordens. Procuram alguém. São marinheiros que o acompanham.

Perguntam pelo sargento Mota e ele, que morava noutra dependência da pensão, mas que naquele momento estava conversando connosco, sai decididamente e apresenta-se: «Sou eu». Alguém, à paisana, confirma e, ele então reconhece no delactor o situacionista de Porto Moniz, onde o Mota estivera com uma força defendendo o respectivo porto e onde eu, semanas antes, também fora para assuntos relativos à referida defesa e espera do «Pero de Alenquer», que trazia os deportados dos Açores.

Mota, verbera-lhe o procedimento e, exaltado, convida-o a bater-se frente a frente, como homens, cada um com sua pistola em defesa das suas ideias. O outro, nada diz; o seu préstimo resume-se naquilo: denunciar, acompanhando a força que há-de prender a sua vítima.

Mas o denunciante não fica por ali e diz que ainda há outro — um civil — que também esteve em Porto Moniz. Em vista disso está iminente a busca do edifício. Passados os primeiros momentos e recobrada a serenidade, dispomo-nos a tudo.

É ainda, nessa altura, que Margarida Barros desempenha o maior papel.

— Minha senhora, está mais alguém no prédio escondido?

— Não, senhor!

— Posso confiar na sua palavra?

— Sim, senhor, mas se quiser, faça favor de ver...

Passava-se isto, com o espanto do dono da pensão que, atrapalhadíssimo e em surdina, dizia: «D. Margarida, não me comprometa; olhe que me desgraça!»

Entretanto, o official descia o primeiro lanço da escada e dispunha-se a retirar, quando da esquina do outro lado da rua surge o civil procurado.

— É aquele, brada o Portomonizense!... E lá seguem ambos: Mota e António Nunes, para a prisão.

Nós, continuamos no quarto o resto da tarde e só à noite a ligação nos transporta, atravessando de igual forma a cidade, a pé, para a casa cedida obsequiosamente.

Mas era extraordinário. O dono da casa não nos conhecia. Apenas nos tivera visto durante o movimento, e ouvira-nos falar no comício. Não era decerto o suficiente, mas a sua boa vontade e o grande desejo em contribuir de alguma forma para atender os nossos desejos, agregado ao pedido formulado, havia-o decidido.

E as suas portas abriram-se para receber quatro revolucionários.

E uma sessão e grafonola, acompanhada a cerveja, abria triunfalmente aquele prolongado interregno.

No primeiro andar do prédio — o rés-do-chão estava em obras e pertencia ao mesmo inquilino — era o nosso quarto: dois colchões estendidos no chão, e a roupa necessária a cobrir-nos. Noutra casa, era onde fazíamos as refeições. Arvoraram-me em cozinheiro e os demais dedicavam-se aos restantes serviços.

Ali se estudaram todas as formas de fugirmos da Madeira. O meu objectivo foi sempre alcançar a Metrópole, mas, em último caso, Canárias, ou outro qualquer porto, serviria.

Continuávamos ligando com a organização operária e até mesmo colaborávamos no seu jornal. A censura, porém, não permitiria escritos revolucionários e a propaganda ia-se fazendo o melhor que podíamos.

Alguns elementos da organização estavam presos. Eu, havia-lhes dito que atirassem todas as culpas sobre os nossos ombros, caso os quisessem deportar. Mas não. O intuito era encontrar-nos; para isso insistiam com as nossas fotografias, investigando o nosso destino, que chegou a constar que teria sido Canárias. E algumas noites fui estabelecer ligação a pontos pouco concorridos, tratando dos vários assuntos de interesse comum: manter o mesmo espírito de excitação entre a classe

trabalhadora e até na restante população e fortalecer a organização sindical, encetando uma luta de carácter económico, tão indispensável na Madeira, atento o estado de miséria em que se encontrava e que perdura.

A organização operária na Madeira, diga-se de passagem, poderá ser ainda um forte baluarte da revolução emancipadora do proletariado, se, desde já, os milhares de trabalhadores de que se compõe, souberem estabelecer, por seu intermédio, o mais decidido elemento de luta contra a exploração de que são vítimas, tendo por objectivo o aniquilamento do capitalismo, base da desgraça latente no seio de todos os povos.

E à Confederação Geral do Trabalho esta possibilidade não deve passar despercebida se como é óbvio, a revolução pretende atingir, quando o momento o proporcionar, não só uma parte do país, mas todo ele em conjunto.

Andávamos em palmilhas de meias, pois que não podíamos fazer ruído, visto que, sendo o dono da casa só, às almas penadas, e bem penadas estavam elas, poderia ser atribuído o mais pequeno barulho. As janelas não se podiam abrir e era pelas persianas, que víamos as embelezantes e interessantes moradias da Madeira, que olhávamos a rua, ouvindo o remorejar da água entre as pedras de uma ribeira próxima; todos os dias olhando o mesmo cenário.

Os mantimentos entravam de manhã cedo e o fogareiro de petróleo só trabalhava com as portas antecipadamente fechadas para que nenhum som fosse transmitido ao andar inferior. Numa tarde, por qualquer descuido fácil de admitir em tão prolongada situação, um dos operários diz para o dono da casa:

— Parece estar gente lá em cima. O fogareiro de petróleo está a funcionar...

— Sim, tenho lá gente, foi uma conquista, mas tem vergonha de vir cá abaixo, para não ser vista por vocês. Calem-se com isso, hein.

— Está bem, está bem. Arranje-se lá...

E eu a pensar que no caso de ser preciso apresentar a madame, teria de sacrificar-se ao acto o bom do nosso Bibi, pela desenvoltura da sua plástica, uma «matrona» de noventa quilos, mas algo difícil de conquistar... O

diabo seria depois, quando se descobrisse o disfarce. Com plástica ou sem plástica, iríamos parar todos ao Lazareto. E daí, de novo, para África!

Um dia a ligação entra entusiasmada:

— Rapazes; está tudo arranjado. Seguem hoje no «Niassa» para Lisboa.

— ???

— Vestidos de magalas, já trago aqui os fatos. E de facto duas fatiotas de caqui, dois pares de botas e duas barretinas, saíam de um gordo saco.

— A quem servem?

Uma adaptava-se admiravelmente ao Rijo; dando-lhe porém a aparência de um soldado de 40 anos; já muito idoso para subir montanhas, áridas como as da Madeira. Contudo, diria que era reserva há muitos anos; talvez passasse...

O outro fato enverguei-o eu e, ali, nuns exercícios rápidos, patenteámos logo a nossa inclinação militar, desaproveitada há tanto tempo em prejuízo da nação, que precisa do sacrifício de todos os seus filhos...

— Mas como é isso, insistimos?

— Vão de cambulhada, com os soldados que regres-sam hoje ao continente e que são de vários regimentos: *do binte e um, do binte e óto*, etc. É preciso é arranjar voz de provinciano; o resto vai, pois que eles andam aí até sem número e a bordo entram todos com facilidade.

— E fulano, vem a terra?

— Não pode vir.

Então não temos nada feito. Se existe a garantia a bordo, ainda nos abalançamos; caso contrário, não. E essa garantia não existia.

O «Niassa», não saiu naquela noite, mas só daí a 3 dias. Foram postos de parte os fatos de magala e ensaiados novos quadros para o drama que nos esperava daí a algumas semanas.

Havia dias que a neura apertava e pouco dizíamos uns aos outros. Cada um encaxilhava-se numa atitude de poucos amigos e não havia maneira de modificar o ambiente, senão quando uma lembrança, quase sempre pueril, surgia na mente de qualquer dos quatro.

Tabaco e café não faltava e aí estava porque a neura



nos atacava mais adiante. A grafonola tocava algumas noites e a nossa vida resumia-se em ler, escrever, conversar e dormir.

Mas tínhamos de levar até ao fim a questão. De qualquer forma teríamos de sair da ilha; fosse para o fim do mundo até!

Os elementos locais da organização haviam sido postos em liberdade; com eles ligámos novamente e subemos, mais ou menos, as pretensões dos conquistadores: apanhar-nos.

Tentámos convencer alguns elementos dos vários barcos que passavam em direcção ao continente, mas todas as dificuldades foram postas e para bordo era difícil seguir, sem uma ajuda de lá.

Continuavam a indagar do nosso paradeiro e de novo foram chamadas a depor criaturas que as autoridades julgavam ser disso conhecedoras.

Margarida Barros, continua a ser de uma solicitude inigualável e leva-nos as malas para a Metrópole. E nós, quando iríamos?

O problema complicava-se e as reservas financeiras estavam exaustas. Mesmo dali conseguimos comunicar com amigos a muitas milhas de distância e eles vieram em nosso auxílio.

Agora, mãos à obra. Ia para um mês e o amigo que nos havia acolhido, estava por vezes preocupado. Sim, aquilo não podia ser eterno. Nunca no-lo disse; mas nós é que tínhamos o dever do pensar.

Quantas vezes, ao descascar as batatas para cozer com o fiel amigo, eu pensava: mas isto não pode continuar assim; ou vai tudo para bordo ou então para o Lazareto.

E assentámos que o assunto devia ser resolvido em poucos dias.

Dantas e Rijo conseguem entrar a bordo de um barco que estava na baía com destino a Lisboa; andam lá umas três horas e não há meio de estabelecerem a fórmula precisa.

Voltam para casa, não sem algum perigo.

Sai então, daí a dias, nova intimativa: precisamos embarcar sem falta nesse barco. Arranjem-se como quiserem.

— Quatro?!

De facto era arrojado; mas nós é que não podemos esperar mais. E, em determinado dia do mês de Junho, dois grupos de indivíduos seguiam a terra fora, próximo da meia-noite, em direcção ao cais. No trajecto, algumas caras conhecidas, mas que não conseguem reconhecer-nos. Passamos mesmo em frente de um polícia que tinha estado ao serviço do movimento; um lenço levado ao nariz disfarçou a passagem rápida. O cais estava quase deserto.

— Oh! Freguês, quer ir a bordo?

— Queremos sim; arranja lá um barco.

E um sem número de rapazes acotovelavam-se para ganharem o transporte — «Esse barco mete água, freguês». «Aí, vão molhar-se». E nós a quereremos safar-nos o mais rapidamente possível.

Partimos. Dois vultos olham-nos, de cima, de rosto alegre, como se lhes tivesse saído a sorte grande. É o dono da casa onde estivemos e um amigo, que estavam satisfeitiísimos por as coisas terem decorrido até ali sem novidade.

O mar estava calmo. O barquito singrando sob uma pequena ondulação deixava na água, um rasto prateado, que o reflexo das luzes de terra faziam assemelhar a larga calha por onde viéssemos escorregando sem saber para onde.

Éramos dois. Noutro barco haviam seguido o Bibi e o Dantas e a ligação já estava a bordo.

Escada do portaló. O guarda fiscal estava entretido a conversar com pessoa amiga, desviados um pouco para o lado da 3.<sup>a</sup> classe, não fosse ele reconhecer-nos. Entrámos por bombordo; virámos à direita; contornámos a 1.<sup>a</sup> classe; passámos em frente ao comissário e fomos para a proa encobertos um pouco com a escuridão do local.

Não há movimento nenhum a bordo. É quase meia-noite mas a partida está marcada para as 15 horas do dia seguinte. Alguns camarotes de 1.<sup>a</sup> classe têm luz, mas grande número de passageiros foram para terra; daí o não se notar a agitação do costume. Passa por nós um indivíduo.

A nossa ligação passeia muito serena na 1.<sup>a</sup> classe, como se estivesse saboreando a doce brisa do mar... Espera, contudo alguém, que finalmente chega. Conversam pouco tempo. Um sinal convencionado dá-nos a perceber que podemos avançar. Ê-nos indicado o local: enfiem por aí, mas tenham cautela que lá em baixo há uns escoadouros para o carvão e evitem cair neles...

Quis olhar mais uma vez para a Madeira, antes de ser carvão...

A ilha parecia estar repousando dos sobressaltos dos últimos tempos. Haviam menos luzes nas suas encostas, não admira, era a hora do descanso.

Mas ela estaria de facto dormindo?

Até à vista, Madeira!

A nova legislação brasileira muito se aproxima da legislação  
como se vê nos artigos 100 e 101 do novo  
Código de Processo Civil, que trata da competência dos juízes  
de primeiro grau. Uma das alterações mais importantes é a  
atribuição dos processos de família aos juízes de primeiro grau,  
o que é uma novidade em relação ao antigo Código de Processo  
Civil, em que os processos de família eram competidos aos  
juízes de segundo grau. A nova legislação também estabelece  
a competência dos juízes de primeiro grau para os processos  
de família, o que é uma novidade em relação ao antigo Código  
de Processo Civil, em que os processos de família eram  
competidos aos juízes de segundo grau.

De acordo com o artigo 100 do novo Código de Processo Civil,  
os processos de família são competidos aos juízes de primeiro grau,  
o que é uma novidade em relação ao antigo Código de Processo  
Civil, em que os processos de família eram competidos aos  
juízes de segundo grau.

O artigo 101 do novo Código de Processo Civil estabelece  
a competência dos juízes de primeiro grau para os processos  
de família, o que é uma novidade em relação ao antigo Código  
de Processo Civil, em que os processos de família eram  
competidos aos juízes de segundo grau.

Essa alteração é importante porque garante a competência  
dos juízes de primeiro grau para os processos de família,  
o que é uma novidade em relação ao antigo Código de Processo  
Civil, em que os processos de família eram competidos aos  
juízes de segundo grau.

Essa alteração é importante porque garante a competência  
dos juízes de primeiro grau para os processos de família,  
o que é uma novidade em relação ao antigo Código de Processo  
Civil, em que os processos de família eram competidos aos  
juízes de segundo grau.

Essa alteração é importante porque garante a competência  
dos juízes de primeiro grau para os processos de família,  
o que é uma novidade em relação ao antigo Código de Processo  
Civil, em que os processos de família eram competidos aos  
juízes de segundo grau.



## CAPITULO XXX

### NA BANCA DO CARVÃO

A janelita que engoliu, num abrir e fechar de olhos, quatro corpos, era a mesma goela por onde corriam toneladas de carvão quando o barco partia para a viagem habitual. Quando me preparei para a descida enfiando as pernas, pela estreita abertura, à procura de um ponto onde apoiar-me, mãos firmemente agarradas à chapa de ferro onde a respectiva porta se encaixava, apenas o vácuo se abria aos meus pés.

Gritara de dentro uma voz: a escada está do lado oposto; só então pude fixar-me nela e descer lentamente até encontrar piso seguro.

Escuridão absoluta. Tudo era negro à nossa volta: os nossos vultos, já com as primeiras enfarruscadelas na cara, as nossas mãos de praticantes a carvoeiros; as grossas chapas do costado do navio, os parafusos; tudo estava polvilhado de um pó preto, muito fino, que, de quando em quando, a ondulação do barco fazia deslocar sobre as nossas cabeças, refugiando-se nos olhos.

Acendemos fósforos e duas bocas enormes, também negras, escancaram-se junto a nós.

Lá estão eles, os tais precipícios. Lá em baixo são as fornalhas. As caldeiras estão ali ao nosso lado, bojudas e mornas. Estão em baixa pressão, mas sente-se já calor.

Encostámo-nos para o interior do costado, espécie de corredor, muito estreito e de uns dez metros de comprimento, quando muito. Resolvo despir-me e coloco o fato do avesso, a um canto. Fico em camisa, em cuecas e descalço. Os restantes conservam-se vestidos e só muito

mais tarde percebo que, de propósito ou instintivamente haviam ficado assim para mais facilmente se puderem desenhencilhar de qualquer contrariedade que surgisse.

Mantenho-me no entanto livre da vestimenta. Demais, o fato era pouco menos que novo e não devia ser sacrificado a uma viagem naquelas condições.

Deve ser meia-noite. Uma aragem agradável entra, pela pequenina fresta e vai encontrar-se com a que sobe da casa das máquinas, estabelecendo corrente.

Deitamo-nos. Há quem estenda jornais para não se sujar... O ar é bastante e de madrugada chego a ter frio. Falamos em voz baixa para que nos não ouçam. Criatura amiga, sem que ninguém a pressinta, vem às escuras, pois conhece o terreno, trazer-nos água gelada: nem todos bebem. Momentos antes um pequeno embrulho havia-nos caído aos pés. Era um pão com fatias de carne assada. Pouco se comeu aliás e até ao destino, mais alimentação alguma tomámos.

Adormecemos várias vezes. Sempre que acordamos, surge a lembrança de um cigarro. A luz do fósforo é insignificante ante aquela atmosfera. Noto que os meus companheiros são já, naquela altura, autênticos carvoeiros. E eu como irei?

Surge a manhã. Uma claridade, muito pálida, entra pela fresta, não chegando a distinguir-se mais do que alguns degraus da escada. Quem nos olhasse de cima não nos veria; necessitava de lâmpada eléctrica. Nós, enxergávamos, de um dos lados, as calças ou as saias das criaturas que passavam.

As horas decorriam, mas ainda faltava muito tempo para o navio se pôr em marcha. E se nos descobrissem! É meio-dia; há já maior movimento junto das fornalhas. Daí por diante é um vaivem de gente sobre o barco.

Entram soldados, tocam cornetas; há conversa animada cá em cima. Nós continuamos mudos que nem um penedo e quedos. Um diabo, julgo que soldado, por curiosidade, mete a cabeça pela fresta, mas não consegue ver nada. Nem sequer nos mexemos!

Lá em baixo continua a faina. Passam chegadores. Arrastam-se pães sob o carvão, ouvem-se distintamente as pancadas nas bocas das fornalhas.

Sente-se mais calor: o sol vai alto e a pressão das caldeiras também...

Parece-nos que vamos passar um mau bocado...

Já somos, nessa altura, quatro moços de carvoaria, dos mais sujos. Não sei se, por ironia das coisas, assemelhamo-nos aos pretos, para onde nos queriam enviar de novo. Com aquele calor e em presença daquelas caras, julgo-me em África, dentro de alguma cubata.

Há sede, mas só à noite nos devem trazer água. Coloco uma mão sobre a caldeira e sinto-a muito quente. E ainda não é tudo! Estamos servidos...

Haviam-nos dito: quarenta e duas horas de viagem aguentam-se; se fosse mais é que o sacrificio seria grande.

Mas nós, há mais de doze horas, que aquele alçapão nos havia engolido e o barco estava ainda na Madeira.

Chegam gasolinas que vão deixando os últimos passageiros. O movimento aumenta e de novo a corneta chama os soldados ao rancho. Há risadas de crianças, misturadas com lágrimas de mulheres, num misto de inocência e saudade.

E de nós, quem se rirá? Quem estará chorando por nós? Se apenas cinco pessoas sabem que ali estamos! Na realidade, não se é revolucionário impunemente.

São quase 15 horas. Já foi dado o primeiro sinal. Activam as ordens. Há toques especiais, lá para baixo. Deve ser a ponte do comando ligando com as máquinas. Passam mais uns minutos e até nós chega o som do ranger de peças que estendem seus músculos de aço: veios que rodam lentamente, para tomarem depois um movimento acelerado; correias que retezam nas suas rotações contínuas; braços que se estendem num ritmo especial; tudo conjugado, por uma solidariedade admirável, cada peça cumprindo a sua missão, mas nenhuma podendo dispensar a colaboração das restantes.

Só os homens se julgam superiores à harmonia das próprias coisas.

E em estalidos, de grande móvel que se arrasta a custo, o barco põe-se em andamento. Nuvens de pó e cisco caem-nos em cima. Estamos interessantes. São quase 15.30.

O descolar do barco levou-nos a certeza de não ficarmos na Madeira. Já era alguma coisa. O calor aperta e eu sinto a pele muito quente. A sede é quase insuportável.

Mesmo por cima de nós, monta a sua banca o carpinteiro de bordo. E a cada martelada, cai-nos sobre os olhos mais carvão.

Dantas, desde o início, que se estendera ao comprido, mesmo por debaixo da fresta, beneficiando da pouca aragem que vai correndo. Bibi e Rijo mais adiante e eu a um canto.

Passam as horas e com elas os toques das refeições para as diferentes classes. Não temos vontade de comer, mas a secura é imensa. A língua pega-se-nos no céu da boca e as caldeiras transbordam de calor.

Era já noite quando veio a água.

— Querem comer?

— Não, queremos é mais líquido a refrescar-nos.

E quando o balde tocava nos lábios ressequidos pela febre, já em princípio, um prazer enorme invadia-nos. Bebíamos então sem método, talvez litros. Depois, deitávamo-nos e o suor formava, com o pó do carvão, uma massa negra, ótima para fazer bolas.

Estavam todos em camisa, menos o Bibi, que se conservava de casaco.

Veio-nos mais um garrafão de água, que convenciamos, se guardaria para durante a noite. Todos querem, porém, molhar os lábios e dentro de uma hora já não havia pinga. Agora, está mais fresco, o que nos sabe bem.

Dormitámos. Ao despertar, seguíamos numa espécie de estufa sobreaquecida. O maquinista de serviço tinha mandado fechar a porta que comunica com o fogo, e por aquela pequena janela, nem sequer corria uma leve aragem que refrescasse o forno... Tenho a pele a escaldar e a impressão de que saio daqui cozido. Não sou capaz de suportar a mão colocada no rebaixo da caldeira.

E a água não havia. E por infelicidade faltaram-nos com ela naquela manhã.



Conversávamos para tornar o tempo menos longo e levantámo-nos a absorver uma lufadinhas que, de minutos a minutos, eram atiradas pela fresta salvadora.

Rebentaram-nos os lábios e uma pasta viscosa envolvia-nos a boca. Por volta das 16 horas estabeleceu-se nova corrente de ar, pois que reabriram as portas lá em baixo.

Só às 24 horas surge o ansiado balde. Umás 30 horas sem beber! Não chegava a água, mas mais não podia vir naquele momento. Paciência.

Deitámo-nos de novo e o estado de fraqueza, derivado da falta de alimentação, aumentava a transpiração. Mas, se o calor, a sede e a febre nos havia feito perder a vontade de comer!

Aquela noite — a terceira — passámo-la um pouco melhor, devido ao ar. De manhã, afrouxa a marcha do navio, estávamos perto de Cascais; é para meter piloto. O seu andamento é menor. A cidade começa de certo a aparecer aos olhos contemplativos dos passageiros; é-nos vedado esse prazer. Em, mente vou estabelecendo o panorama, como seus símbolos. São os Estoris, aristocráticos; Belém, presidencialista; Monsanto, degradação; Estrela, religiosa; Castelo, militarista, Graça e os bairros novos, modernismo; a velha Alcântara, a proletária...

Está junto de nós o camarada dedicado, o homem a quem vamos entregues, sem que mais ninguém o saiba e se mais não fez para nos livrar daquela situação, foi porque não pôde. É aguentar até ao fim. Diz-nos que o navio deve fundear próximo do meio-dia. As portas serão fechadas e, a fresta, para não despertar desconfianças, também. Ele virá só à noite.

— É impossível, dissemos. Assamos aqui dentro.

— Mas, pelo menos, semicerrada terá de ficar.

Retira-se, sem ser pressentido, nem sequer pelos camaradas.

E nós ficámos a pensar: isto é que vai ser bonito.

Lá em cima estava-se procedendo à limpeza e os quatro, cabeça com cabeça, costas no chão, aproveitámos os últimos momentos de uma viração suave, que o sol não conseguiu ainda aquecer. Está por pouco...

A graduação ali dentro deve ser uma coisa elevadíssima, muito mais sentida quando tudo ficar hermeticamente fechado. Um dos tripulantes da limpeza chega à fresta e despeja restos de um balde. É água nojenta, negra, como negro é tudo à nossa volta, cai-me na cara e no peito. E que bem me soube! Oxalá ele se lembrasse de despejar baldes daquela imundície, que nos refrescasse um pouco. Mas não, foram uns restos apenas e, para o carvão, não faria mal que fosse atirados.

É meio-dia. Cumpram-se os fados. Estamos em Santos. Vai proceder-se ao desembarque. O dia está quente; são as trovoadas que falharam em Maio e que Junho terá de suportar. Pior para nós.

A corneta volta a tocar para formar a soldadesca. Chega uma banda de música e com ela certamente o elemento oficial. Lá fora, apregoam-se jornais. Em cima, vai grande alarido e uma mulher chora convulsivamente.

É precisamente, quando nos cortam todas as artérias de respiração — portas e janelas — a banda rompe com a *Maria da Fonte*. Há palmas e vivas. Passada meia hora, já mais em silêncio, chegam até nós os rumores da vida cidadina. Vamos passar o pior bocado, não há que ver.

Doze horas que nos pareceram uma eternidade. Para colaborar nessa diabólica combinação até a atmosfera está pesadíssima. Não corre ar algum. O mar deve assemelhar-se a um sereno lago, sem rugas. Ora nos levantamos; ora nos estiramos ao comprido, ressoando. A saliva tornou-se uma massa que é arrancada com as unhas. Sufoca-se, numa palavra.

Os electricistas aproveitaram o resto da tarde para verem lâmpadas e tratarem da instalação. Estão ali próximo de nós, impossibilitando-nos de podermos abrir mais a porta de ferro, por onde entramos e que está quase cerrada. Mas não se pode mais. Quere-se respirar, mas não há o quê. Dantas, chega lá a cima, mas não tem força para a fazer rodar. Subo eu algumas seis vezes a escada e, a pouco e pouco, consigo tornar maior a abertura; pouca diferença atmosférica se nota contudo.

São 17 horas. Já ninguém fuma há muito tempo. O cigarro repugna.

O Rijo queixa-se com dores no corpo e no pulmão doente, Bibi treme, lembro-me que ele tem gordura a mais no coração e pode ser mais facilmente vítima de uma insolação. Levanto-me a custo, pego na minha camisa e na camisola, que parecem duas rodilhas, faço com elas uma espécie de abano e desloco sobre eles um pouco de ar quente, que é a única coisa que se pode arranjar. O Dantas magrinho, sempre no mesmo sítio, tão preto como os restantes, mesmo com os jornais servindo de lençóis, segue mais sereno.

Súbito, Bibi lança dois fortes gemidos, leva a mão ao peito, rasgando camisa e camisola. O casaco já o havia tirado antes.

De novo, pego no leque... Era necessário aguentarmos-nos, portanto, coragem rapazes, que isto está por pouco; é quase noite. Todavia a bordo ainda havia muita gente e os guindastes estavam trabalhando, eis porque as caldeiras dificilmente arrefeciam.

Quando, perto da meia-noite, a ligação veio buscar-nos, trazendo quatro belas e sumarentas laranjas, há mais de uma hora que não dizíamos palavra. Cada qual resistiu como podia, mas, em coro, bradámos:

Água! Água! Água!

Setenta e duas horas sem comer e naquelas condições foi o maior sacrifício físico de toda a minha vida.



## CAPITULO XXXI

### PARA ONDE?

Uma máquina fotográfica que nos tivesse apanhado à saída do esconderijo — a mesma janela nos pôs em liberdade — teria obtido uma interessante chapa. As nossas figuras, ultrapassavam, no cómico, tudo quanto poderíamos imaginar. Mas o momento não era para demoras.

O banho que em seguida tomámos, ainda a bordo, apenas conseguiu tirar-nos a maior sujidade. Em volta dos olhos, dentro das orelhas, nos lábios, sob as unhas, um pó negro teimava em não se largar, por mais sabão que tivéssemos desfeito. Mas era até conveniente sairmos assim, para, aquela hora, não levantar suspeitas. Passaríamos, como gente do fogo que tivesse ficado de turno.

Já fora do barco, no Cais de Santos, o guarda fiscal aproxima-se. Uma amistosa saudação de gente despreocupada e que conhece o meio, devidamente correspondida pelo representante do fisco e ei-nos na rua. Em frente, há uma loja de galegos. Entrámos e pedimos cerveja, para reconfortar. Leite seria decerto melhor, mas não era conveniente excentricidades; demais naquelas condições que, se foram óptimas para sair do barco, poderiam ser comprometedoras em terra. Não chegou a uma cerveja preta o que bebi. Os outros, beberam da branca.

Dantas, despede-se com destino já determinado. Eu, Rijo e Bibi, metemos à Avenida das Cortes, despedimo-

-nos do amigo que tinha conseguido trazer-nos até ali e em passo lento, visto que a resistência física não era muita, seguimos para casa do Bibi.

Já passava da meia-noite quando alvoroçada, a família do Bibi, nos recebe, comovida ante a nossa chegada e aspecto.

Nada de expansões espirituais. Serenidade e silêncio é que era preciso. E as mulheres, chorando de comoção e de alegria, tiveram que suster o melhor que puderam.

Emissários que partem e, de madrugada, aparece minha mulher que, carinhosamente, me havia disposto as coisas, pelo que havíamos mandado dizer da Madeira: fugiremos através de tudo!

Foi então que soubemos da dedicação de vários camaradas da organização: Emídio Santana, Silvino Noronha e outros que em Santos, à chegada do barco, esperavam com carros para nos transportar iludindo a possível vigilância policial: mas ninguém soubera informar se vínhamos a bordo. Pois quem havia de informar, se apenas um tripulante o sabia.

Outro banho antes de sair; menos carvão no corpo, mas ainda abundante na cabeça e uma água lodosa, barrando a banheira, era a indicação certa de que só conseguiríamos readquirir a cor primitiva ao fim de muitas abluções.

Por volta das 6 horas da manhã, um carro leva-me, não sei para onde; minha mulher e minha irmã mais nova haviam conseguido raptar-me... desconhecendo eu o destino.

Avenidas, Campo Pequeno, depois o Campo Grande, Lumiar e por aí fora, olhos a fecharem-se-me — sono e cansaço — e elas sorridentes a olharem-me, profundamente satisfeitas — reminiscências de quatro anos de deportação — e eu sentindo também certa alegria em as ver e ter ali ao pé de mim.

Monumento aos Mortos da Grande Guerra. Mas estamos em Loures, digo. — Pois estamos; mas seguimos. Passamos ainda Pinheiro de Loures e uns quilómetros mais adiante, minha mulher manda parar.

Descemos. Deixámos a estrada nacional e metemos à estrada antiga, espécie de azinhaga. Andámos uns cinco minutos e, uma casinha branca, no meio de dois pinhais, o da frente depois de um campo de milho, aparece-me num recanto do caminho.

Havíamos chegado ao destino.





## CAPÍTULO XXXII

### NO LUGAR DE GUERREIROS

Quem era o novo hóspede?

Uma criatura que, tendo sofrido uma operação, num pé, ia para ali restabelecer-se.

Havia ligaduras e frascos com medicamentos, uma cadeira de viagens, uma mala e, pouco mais, visto minha mulher ter levado apenas o indispensável, por não saber se eu ficaria por ali, como porque o aluguer comportava cama e demais utensílios.

Puseram-me o seguimento a Espanha. Respondi que procurei a Metrópole para cá ficar e não sairia portanto.

Conjugaram-se as coisas, logo de início, a demonstrar àquela gente que eu era um homem doente. Porquê? — Por me ter metido logo na cama — não podia comigo — e só de lá sair ao fim de quase dois dias. Leite e caldos foi o meu alimento durante esse tempo.

No terceiro dia já estavam à porta mulheres do sítio. — O senhor, está melhorzinho? E algumas olhavam para o pé a ver se, através da peúga, poderiam descobrir o tamanho da cicatriz. Em África de facto lancetaram-me o pé esquerdo, mas onde é que isso ia já.

— Isto vai um pouco melhor, felizmente. E os ares aqui são bons?

— Ah, senhor. São muito bons. Toda a gente se dá bem com eles.

— Bem, bem; isso é que se quer.

Dois quartos assoalhados e cobertos a madeira. Uma outra casa, chão de asfalto; uma cama, uma arca a

servir de chaminé, um armário e uma mesa. A casa era coberta a telha vã.

De noite, as ratas faziam campo de hipismo sobre o quarto, em correrias desordenadas. Durante o dia, alguma osga vinha também saudar-nos.

Sempre será melhor aqui, disse eu, que na Casa de Bagagem do «Pedro Gomes», ou na Banca do Carvão do barco que nos havia trazido.

Propositadamente, como já tivessem ocasião de ver, encubro o seu nome, por razões fáceis de descortinar.

Lugar de Guerreiros pertence ainda ao Concelho de Loures. A sua população não irá além de duas ou três centenas de pessoas que vivem, na sua maior parte, da agricultura. As mulheres lavam também a roupa aos seus fregueses de Lisboa.

Guerreiros tem duas casas de comércio, a venda da Carlota, como é conhecida no povo e a do sr. Santos e que vendem artigos de mercearia, vinhos e refrescos. A ermida está no último estado de decadência e serve agora de palheiro. O seu dono, porém, está cego e não sei se paralítico e a credice popular diz ser castigo divino pelo seu gesto. Os arcos, a frontaria e outros pertences da ermida foram levados para Vale Nogueira onde foi construída uma outra.

O povo não é religioso por sentimento ou mesmo por convicção. É por medo do castigo eterno, o que poderá chamar-se superstição, como superstição é quase tudo o que, na província, consegue mascarar a religião.

Ao assomarmos à porta da casa, três serras se nos deparam. Em frente, a da Sardinha; ao sul, a do Ceirão e a sudoeste, a da Pena, com o conhecido penedo do mesmo nome, salpicadas de pinhais e de terras de plantação. Nos dias de sol lindo, a branca roupa das lava-deiras, estendida nas fraldas dos montes, parecia blocos de neve, constantemente a brilhar.

Do chamado monte mosqueiro, também ao sul, avista-se Lisboa.

A sudoeste também, ficava o sítio denominado pela «Quinta da Água Férrea», com luz eléctrica, ligação de Caneças e para lá, depois de um extenso pinhal, era o Vale Nogueira para onde foi a ermida, lugar onde se realiza todos os anos uma festa à «Senhora dos Enfer-

mos», juntando o povo dos arredores, milhares de pessoas; ali se cumprem promessas, que representam riqueza, ostentando as mulheres os seus largos saiotes, chapéus de há dezenas de anos e grossos cordões de ouro. Os homens apresentam-se endomingados.

Do mesmo local avistava-se os seguintes lugares: Descalves, Pajoanas, com as suas casinhas muito branquinhas, a contrastarem com a minha pele ainda acarvoeirada.

Do cabelo, só consegui extrair todo o pó ao fim da quinta ou sexta lavagem. Pois se até nos intestinos tinha carvão, desalojado à força de um purgante.

A senhora Rosa do «Sapo» era a senhoria da habitação. Viúva duas vezes, vivia com as filhas — uma já mulher — a Mariana, do primeiro marido; a outra, pequenina, cinco anos apenas, do segundo. Chamava-se esta, Maria Rosa, espertita e muito desembaraçada a falar.

Além daquela casa, que lhe rendia umas centenas de escudos por ano, possuía a senhora Rosa — a herdeira é a filha mais pequena, visto ter sido do segundo matrimónio a herança — mais uma terras para horta, a parte do pinhal que ficava por detrás da casa e mais uma courela mais abaixo.

Ela e sua filha mais velha lavavam roupa para Lisboa. Viviam modestamente e procuravam fazer dinheiro em tudo, como aliás todo o saloio, curiosos até mais não e quase todos interesseiros.

De facto eu sentia-me combalido, não só pelo que nos últimos dias havia passado, como pelo prolongamento de uma situação que, desde África, incidia no meu físico, já abalado quando daqui partira, em 1927.

O meu padecimento intestinal, já com qualquer outra complicação ou desta derivante, tinha-se agravado e, com ele, maior indisposição. O médico receitara, em presença da exposição que lhe fora feita; com acerto. Um relativo descanso, acompanhado de um regular tratamento, seria indispensável ao readquirir de energias, dispendidas em lutas de há uma dúzia de anos, mais ostensivamente.

Soube-me bem, portanto, aqueles meses de repouso nos Guerreiros. Duas vantagens me deram: melhorei;

fiz o livro que já publiquei e iniciei este. Escusado seria dizer com que fim: reduzir dívidas, que a deportação avolumara de uma forma extraordinária, isto no caso de ter a felicidade de ser lido e não me mandarem pentear macacos com a estulta pretensão de ser escritor, mesmo amador...

O ar admirável, bafejado pelo agradável aroma dos pinhais, a água excelente e a alimentação o mais vegetariana possível, contribuíram não só para me refazer, como também a minha mulher, depois de leccionar crianças durante um ano, e então em turmas numerosas, e nos últimos quatro, ter suportado os maiores desgostos.

À porta passava tudo: criação, queijo, legumes e hortaliça, vindo dos sítios da Lousã, Malveira e de outros pontos, em gericos ou machos, saloia atrás percorrendo quilómetros, na digressão diária entre esses lugares e Loures e até o homem das fazendas, com o seu estabelecimento ambulante, nos visitava aos sábados e segundas-feiras.

Em Pinheiro de Loures, um saltinho, havia peixe e o demais que não pudesse adquirir-se na povoação.

De manhã, cedinho, mal o sol se elevava por detrás da casa, os coelhos bravos corriam no pinhal e as rolas iniciavam nos ninhos suas meiguices, era certo que, cadeira de viagem às costas, livro na mão, eu procurava local apropriado à leitura amena no meio da Natureza.

Lá em baixo eram as hortas verdíssimas, talhões diversos, onde o rendeiro ou o próprio dono, curvando o corpo sobre a terra, a rega com o seu suor.

E então eu divagava mentalmente sobre o problema agrícola nos seus variadíssimos aspectos, desde o Alentejo, onde existe a grande propriedade e onde uma colectivização futura será mais fácil, passando pela Beira, onde a terra começa a estar mais repartida e cada um se julga com o direito dela dispor como pertença sua e não da comunidade, chegar ao Minho e apreciar uma maior divisão que não resolve, de forma alguma, as necessidades dos que lhe dão o seu esforço, vir depois à Estremadura onde há as duas coisas — a grande e a pequena propriedade — e comparar tudo com aquele aspecto feudal de S. Miguel nos Açores de que já falei

atrás, para chegar à conclusão de que ele é o maior de todos os problemas da sociedade futura.

O saloio tem amor à terra, já por ela lhe proporcionar os meios de subsistência, como por nela ter sido criado, crescendo em seu permanente contacto, perfurando-a em autópsias singulares, analisando-lhe as entranhas, vivendo dela e para ela como para com um filho que dificilmente se larga, mesmo quando ela corra a integrar-se no movimento contínuo da sociedade a querer tornar-se útil a todos, através de inúmeras contrariedades e sacrifícios. A terra é sua, porque é ele que a trata; lhe dá alimento, aplicando-lhe toda a sua energia.

Hoje, ainda alugada, amanhã como seu dono, igual a tantos outros que a herdaram ou puderam conseguí-la a dinheiro. E finalmente, a terra é de todos e não é de ninguém. É apenas o meio onde o trabalhador emprega os seus esforços, como o artífice na indústria, o ferroviário nos caminhos de ferro, o telégrafo-postal nos correios e telégrafos, estes dois exemplos de uma flagrante realidade, pois se, hoje ainda, pertences do Estado ou de Companhias particulares, amanhã, patentear-nos-ão o seu valor social de utilidade pública e como comum terá de ser tudo: a terra, as matérias-primas e todos os utensílios do trabalho.

Mas será o homem um animal proprietário?

O homem é um animal egoísta como os demais e por força de hábito e de educação, deseja ser proprietário, para melhor satisfazer esse egoísmo, que não é mais nem menos, na essência, do que as suas necessidades naturais. As artificiais vieram depois, com a continuação...

Mas essa educação integrou-se e daí as dificuldades para a solução futura do problema da terra, tais as variantes que apresenta.

Colectivismo? Comunismo? Individualismo?

De tudo um pouco no decorrer das etapas e em relação ao progresso das diferentes províncias sob o ponto de vista social.

O camponês destes sítios dedica especialmente a sua atenção à horta, visto ser ela que lhe dá mais rendimento nas praças de Lisboa. Por isso, se observa, a

cada passo, oliveiras raquíticas, cheia de rebentos, com pouco fruto, numa indiferença que arrepia. Poderá o azeite não ser especialidade mas, assim, tornar-se-á ainda pior.

Carradas de hortaliça é que é preciso conseguir e é no que o camponês se preocupa: nabos, cenouras, couves, feijão verde, grelos e tomates; um aspecto do problema que não pode ser desprezado, pela perda que traduz o abandono de tudo que represente riqueza para a futura distribuição comum.

A questão agrícola numa palavra, tem de ser devidamente estudada pela organização operária, procurando esta, primeiro do que tudo, organizar os camponeses em sindicatos.

Depois, esse estudo, será feito nos variadíssimos aspectos que a questão apresenta, desde a natureza da terra, de uma diversidade conhecida de região para região, passando pelas particularidades especiais dessas mesma regiões, quer no sentido do seu desenvolvimento, como na satisfação das suas necessidades, indo até, como objectivo máximo a atingir, à propagação do princípio de cooperação, para o desaparecimento do espírito individualista de que aqueles, mais ou menos, estão imbuídos.

E não é trabalho de pouca monta. Pelo contrário.

O camponês destes sítios vai vivendo melhor do que, de uma forma geral, no resto do País. Tem 10 ou 12 escudos diários, a sua pequena horta e alguns bicos na capoeira. Contudo, para viver dentro da comodidade a que tem direito, ainda lhe falta muito. Quase sempre com inúmeros filhos — é raríssimo encontrar um saloio descalço — quer homem ou criança — asseados, vestuário muito desenxovalhado, toalhas branquíssimas, o seu maior alimento é, o pão e os legumes; o que lhe poderá sobrar, é tirado sem dúvida a um melhor passadoio.

Compare-se, porém, o seu viver, com o dos camponeses de terras próximas, alguns quilómetros apenas, como os da Feliteira, Dois Portos, Runa e mais além, 6\$00 diários e mais tarde e nalguns pontos do País houve salários de 3 e 4 escudos, e poderá avaliar-se como estes passam.

Uma malga de caldo e uma sardinha, um bocado de broa e umas batatas. E não nos venham dizer que eles assim é que gozam de saúde. Gozaram-na em tempos, quando a sua alimentação era a mais natural possível, mas em quantidade suficiente a manter-lhes a resistência física, filha de um sangue forte, intacto. Hoje, estão definhando, como em toda a parte, momento da história em que o trabalho atingiu o máximo de sacrifício ante o capitalismo.

E o trabalhador rural, o utilíssimo e modesto obreiro da terra, continua ignorado e ignorante, vigiado atentamente pelo padre que não quer largar facilmente a presa.

Que enorme soma de trabalho se tem de realizar através do País! Isto, no caso de nos apercebermos que os movimentos evolutivos das sociedades não podem restringir-se à acção das cidades, o que é, sempre contra-producente e muito perigoso até nos que são revestidos de acentuado espírito reformador.

Havia também nos Guerreiros, gente remediada, se considerarmos ainda o seu viver modesto.

Por exemplo, o senhor Ramalhete e a mulher, a senhora Gertrudes, viviam das suas propriedades. Viúvos os dois, ele com uma diferença de idade de perto e 30 anos a mais, apresentavam sempre boa cara a toda a gente. Algo sobre ele dizia a gente do sítio. Quando mais novo, teria feito algumas proezas, por causa de mulheres, uma delas que o fez passar uns maus bocados. Ele contara-me que uma doença de pele que lhe tomara a cara e as mãos e não sei se o restante corpo — espécie de eczema — lhe havia surgido após uma grande relação. Seria ela proveniente desse acto? Nunca o indaguei.

Cheios de atenções quando me viam, algumas vezes lhes comprei fruta, milho e hortaliça.

As suas propriedades davam-lhe tudo: o trigo, o milho, o grão, o azeite, o vinho; compravam o porco que dava o chouriço e toucinho; a lenha ia-lhe do pinhal; as vacas davam-lhe o leite que vendiam e de que faziam queijo. Compravam apenas o café, o açúcar, o bacalhau, que nunca falta, o peixe, carne pouco gastavam porque tinham uma grande capoeira de coelhos, que é meia

dispensa, como se sabe, dizia-me a senhora Gertrudes. O forno cozia o pão. Na adega lá estavam o azeite e o vinho.

E já se achavam satisfeitos se pudessem ter sempre ao fundo da mala uma nota de conto.

As décimas, dizia-me a senhora Gertrudes, é que nos matam, pagávamos antigamente 300\$00, hoje sobe a 800\$00. Ia falando e girando, de um lado para outro da casa, abrindo as grandes arcas onde, em saquinhos de mil cores, feitos de retalhinhos em quadrados, continha feijão branco, encarnado, grão, beterraba, nabo branco, nabo roxo, cebolo de Setúbal, etc. Idênticas as coberturas das malas de uma policromia interessante, de aspecto extravagante, com o seu quê de grotesco, dando à casa mais vida e alegria...

Em Junho, ainda não havia férias nas escolas. Minha mulher tinha pois de estar em Lisboa até aos fins de Julho, alternavam-se, por isso, nos Guerreiros as minhas irmãs; houve portanto necessidade de se arranjar uma tia doente, que insistia na sua comparência, justificando-se assim a sua ausência.

Eu evitava ir à cidade, não se podendo por isso indagar quem eu era. A ditadura fingiu não se incomodar ou por me julgar em Espanha ou porque não era eu decerto quem lhe merecia atenção especial. Se porém me tivesse apanhado; de novo me teria arranjado uma viagem à África. E era isso que eu não queria, agradece-lhes a generosa intenção, mas evitei que eles me deitassem a mão.

Além de escrever, lia muito, incluindo os dois colossos da imprensa diária: **Diário de Notícias** e o **Século**. Continuei a apreciar as suas patrióticas campanhas, tendo sempre em vista os interesses da Moagem ou os da União dos Interesses Económicos. Um povo assim tão desinteressadamente orientado, por imprensa independente e pura, é povo que pode estar descansado no seu feliz futuro... E está, oh se está!

Dava também os meus passeios aos arredores. O de Palhais, com as suas hortas, divididas por altos caniçais. As contínuas noras, gemendo compassadamente, os enormes cães de guarda. A Quinta da Várzea, cujo prédio ardeu há quatro anos e que, em parte, está



reconstruída. A ponte de cimento e ferro que é raro encontrar em povoações pequenas. Por debaixo passa um dos afluentes do Trancão, o maior afluente do Tejo. As pedras cintilam e devem queimar, que o rio está seco e o sol escalda. Os cantantes moinhos, vistos de longe, meio encobertos, braços de naufragos pedindo socorro. Campos de sobreiros, pinheiros e imenso carasco. Segue-se As Sete Casas de Baixo e depois as Sete Casas de Cima. Deste ponto, o mais alto enxerga-se o casario de Loures, com a sua tradicional igreja. Dizia-me alguém com certo entusiasmo: Loures, foi o concelho que primeiro hasteou a bandeira republicana em 4 de Outubro de 1910. Hoje, está desanimado pela forma como as coisas têm decorrido. Mais uma vez me vi inibido de demonstrar, tão claramente como queria, a origem do mal, que não está na mudança de regimes mas na base da própria sociedade em demolição.

— Esse comunismo que para aí vai... Até nas províncias onde estão certos elementos escondidos.

— Note, tudo indica que o porvir há-de ser dos trabalhadores, arrisquei.

— Sim, mas não é ainda no nosso tempo.

Verifiquei pois que não lhe importava o futuro, mas sim o presente, a sua situação.

Das Sete Casas de Cima, avistam-se também Barro, Pinheiro de Loures, Boticas, Fonte Santa, Palhais, Guerreiros e Portela.

Na volta, contornando, passámos no sítio do Rigadilho. Na Fonte Santa, o nome o indica, uma água fresquinha. Nos terrenos que a circundam enforcou-se um dia um rapaz — pobre rapaz — Domingos Chita. Tinha a mãe doente, o pai e irmãos doentes eram. Ele era fraco e neurasténico. Empreendeu na situação e resolveu suicidar-se. E se mal pensou, pior o fez.

Quando a família o encontrara, que cena comevedora! Agarrados ao cadáver, que conservava os olhos abertos, esgazeados, corpo hirto, membros esticados, deixando no semblante um ar de doloroso sofrimento, jamais o queriam largar.

Contou-nos a história triste o menino António — nosso cicerone — filho do Sr. António Marques, comerciante em Boticas, que havia feito exame do 2.º

grau e ficado distinto. História como tantas, mas que ficara gravada na mente daquela gente.

Algumas festas de igreja se realizavam de quando em quando. A de Pinheiro de Loures, encerrada durante muitos anos, há dois que tinha sido reaberta.

A Sociedade Filarmónica Pinheiro de Loures realiza todos os anos a sua festa. Quermesse, tómbola, concerto e outras diversões. Mas a Sociedade vive em défice, visto que a quota apenas cobre metade da despesa, que é grande, com a casa onde está instalada. Nem a festa anual, nem as restantes, levadas à prática na sua Sede são suficientes a cobrir esse défice. E quando consegue equilibrar as receitas com a despesa, não obtém saldo, tão necessário ao desenvolvimento da Sociedade. Por isso a banda está fraca e sem nome.

Um dia visita-me o velho amigo Assunção Correia. Vai mais cedo que o convencionado e como não quer perguntar por mim em parte alguma, segue a pé até Lousa, onde aproveita para barbear-se e comer um lanche que levava. Quando o encontro, à 1 hora da tarde, dispunha-se já a retirar, aborrecido por me não ter visto.

De outra vez, António Regueira, outro amigo dedicado, chega lá à tarde com a intenção de regressar na última camioneta, às 21 horas. A noite estava escuríssima, apenas se divisavam as lanternas dos carros que se cruzavam na estrada.

Esperámos tempo imenso, fazendo sinais a todos os carros que paravam e a quem pedíamos desculpa. Já muito tarde, passavam das 22 horas, surge a camioneta de Leiria, nem sequer atendeu ao sinal, ia cheia. Regueira que tinha de estar no dia seguinte muito cedo em Lisboa, resolve levantar-se de madrugada e nós fizemos o mesmo e ir a pé até Loures, onde arranjou carro. Mas eu fui ficando em Pinheiro, pois o estirão era grande...

Já Manuel Joaquim de Sousa, quando lá foi, ao regressar, andou julgando ser perto e quando deu por ele não pôde voltar atrás e foi até Loures também.

E como estas, muitas outras peripécias.

Ao pé da fonte, junto aos terrenos de plantação da senhora Carlota — a da venda — mui perto da es-

trada ladeada de altos e aromáticos eucaliptos, há um tanque onde vão dessedentar-se as suas vaquinhas: A *Bonita*, a *Andorinha*, a *Estrela* e a *Carocha*, acompanhadas de um vitelo que ainda não está baptizado. O macho do tio Malhão não era de grandes escrúpulos sorvendo água, nem sempre limpa, de sabão. Mas as vacas, essas bastava-lhes o cheiro para não lhe pegarem. Tinha de ser límpida, de sabor agradável, se queriam bom leite, pareciam dizer-nos naquele olhar doce, olhos grandes de bondade, muito melancólicos. Que sensibilidade!

Era ali que me entretinha, lendo e olhando os campos, espraiano a vista pela serra de Unhos, como lhe chamavam, Frielas lá ao longe, mais para cá a Quinta do Infantado e à esquerda a da Farinheira. De novo se avista as Sete Casas e a Fonte Santa, pelo lado contrário ao que já vimos.

Dizia o caseiro: «A água da fonte muito fresca, é da raiz do eucalipto. Nasce na «brunheira» que de quando em quando precisa ser limpa do «raposo», que as pequeninas raízes para ali levadas e acumuladas desenvolvem em farta e espessa cabeleira loura.

No lugar da Portela, há a carreira dos moinhos, onde os moleiros fazem vida, duas mós trabalhando, a um lado o trigo, que vai deixando cair a branca farinha, do outro, o milho. Em baixo bandeja-se e criva-se o trigo antes de ir a moer.

Ponto alto, de onde se divisa uma linda vista.

Em baixo campos de cultura, devidamente divididos, homens às picotas extraindo água para as regas; pastam os rebanhos na serra da Murteira. Vamos andando e já se distingue perfeitamente o lugar da Torre com o seu pequenino pinhal e a baixa de Lousa.

As Quintas de Pisão e a da Santa Luzia estão bem aproveitadas, campos onde há milho, cenoura e tomate. A estrada zigzagueante vai cortando a encosta. Muito mais ao longe, no pico de um monte, novo moinho, como pedaço de neve posto a prumo, qual solitário, sobre mesa de lindas cores.

Vamos a caminho da Ponte de Lousa. Analisamos o sítio denominado *A mãe d'água*, por onde passa a água que é canalizada para os chafarizes de Guerreiros

e Boticas. A capelinha de Santa Luzia — a advogada dos olhos — superstição antiga que leva aquela gente a deixar o seu óbulo à milagreira da vista.

Ponte de Lousa fica numa baixa e não é procurado por isso para ares.

## O MOVIMENTO DE 26 DE AGOSTO

Nunca perfilhei a opinião de que é idêntica a situação de uma ditadura à da ficção democrática parlamentar. Sob o ponto de vista económico e em relação às ideias avançadas, evidentemente que nem uma, nem outra resolve o problema que precisa ser tratado pelos próprios dentro da máxima já conhecida: a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores.

Mas, sob o ponto de vista político, já as coisas se não apresentam de igual forma. E como emancipação subentende as duas liberdades — a económica e a política — maiores vantagens nos traz a chamada situação constitucionalista. Como tática apenas, note-se, para a propaganda a desenvolver.

Se a revolução francesa não abarcou o problema económico no seu verdadeiro aspecto — a propriedade privada — deu-nos, porém, nos *Direitos do Homem*, uma situação política positivamente mais liberal. E dentro dela se tem feito a nossa propaganda, que tende a estabelecer a sociabilização dos povos, filha futura da igualdade geral.

Evidentemente que, de qualquer das formas, quer a burguesia se entrincheire nos mais violentos regimes de opressão, quer se pretenda equilibrar nas estafadas áreas parlamentaristas, as mais desequilibradas possíveis, se irá dar — como o presente o demonstra — à irremediável situação da classe capitalista, mas o que é incontestável também é que uma situação gerada em melhores condições de propaganda e de acção, produzirá obra relativamente mais perfeita. Isto, se quisermos

ter em conta a máxima preparação das massas e não só de elites...

Dentro deste critério, que sempre mantive — com licença dos mais revolucionários — e porque a situação que me criaram os ditadores assim o determinava, os movimentos que surgiam, eram sempre aceites como uma esperança.

Quando alguém me procurara para tratar de vários assuntos e dentre eles se ventilou a possibilidade de outra revolução, lembro-me bem ter-lhe dito que não se esquecessem da defesa ferroviária, tão convicto eu estava de que uma das causas da derrota de alguns movimentos, havia sido a rapidez com que eram tomadas as testas dos caminhos de ferro e outras estações importantes, no que colaborava grandemente a empresa mais reacçãoária do País, ao mesmo tempo um dos mais fortes esteios do capitalismo — a CP.

Manhã de 26 de Agosto. São sete horas. Ouvem-se tiros de peça. Levanto-me apressadamente; minha mulher diz-me: parece que é a revolução.

— Não deve ser, pois nem sequer comunicaram.

Passa gente; pergunto-lhe o que há. São exercícios para os lados de Caneças. Outros dizem: Já de noite se ouviam. Raciocínio: Exercícios de noite? Uma lavadeira que vem mais atrás afirma: «É revolução, sim senhor. Já não passa ninguém no Lumiar.»

Saio imediatamente, apresentando o máximo de serenidade. No lugar da Botica, procuro saber o que há, o sr. António Marques, de que já lhes falei atrás, diz-me, ao mesmo tempo que vai metendo o pão para o forno, que, positivamente, nada se sabe, pois correm muitas versões. Faz várias considerações sobre política dando-me a entender que nem estava por uns, nem por outros. Mas não atacava a situação, indignando-se mais contra os políticos que não souberam fazer a República... Uma questão de tática, talvez...

Entra um tipógrafo do **Diário da Manhã**, que não pôde seguir a Lisboa, saindo-se com esta: Ainda não ganharão desta vez. Ignoro se o diz convicto ou por conveniência... Despeço-me com o pretexto de ir almoçar, mas sigo a Pinheiro de Loures para melhor me informar.

Deparo com uma mulherzinha que, no meio da estrada, denotando uma forte dose de nervosismo, põe as mãos na cabeça e exclama: Ah senhor, lançaram uma bomba que matou dezoito pessoas!

Chegam os jornais, mas não adiantam coisa alguma. Os boatos fervilham em Pinheiro de Loures. Foi a marinha que se revoltou e está bombardeando a Rotunda. Outros, foram os civis que às 3 horas, assaltaram Artilharia 3, tomando conta do regimento.

Quero falar ao telefone; está interrompido. É impossível passar no Lumiar em direcção a Lisboa. Apenas circulam as camionetas com as bilhas de leite para os hospitais, protegidas com a bandeira da Cruz Vermelha.

Estou encurralado, não haja dúvida. Mesmo, para onde havia de eu ir, se nada de concreto sabia?

Passam vários carros para o Norte, mas não param. Não se fala, porém, noutra coisa. Entro num estabelecimento. Discute-se o assunto. Um trabalhador analfabeto, de aspecto doentio, patenteando no rosto o seu sofrimento, filho de uma situação económica miserável, diz: Agora é que estou a compreender, as tropas revoltadas são as que estão contra o governo, não é verdade? Resposta minha: Parece-me que sim. Comigo mesmo: Que infelicidade.

Saio. Pelo caminho vou pensando: que posições tomariam os revolucionários? Se eu pudesse ao menos passar. Contra a ditadura, se outros motivos não existissem, pelo menos o de desforço pelos tormentos passados, lutaria sempre.

Durante o dia, tinha-se ouvido distintamente o matraquear das metralhadoras, acompanhadas com o som forte dos tiros da artilharia.

É noite. Até nós chega a notícia que se não pode passar de Loures, tomada pelos revolucionários.

Não circulam carros, nasce no entanto uma esperança, ir de madrugada até Loures observar os acontecimentos.

A gente do Pinheiro, acorre à Botica a fornecer-se de pão. Há quem leve a sua provisão até de batatas, açúcar e feijão.

Mas durante a noite não se ouve tiroteio. Consta que a revolução já terminara e que os revolucionários retiraram de Loures. Na manhã de 27, esfrego os olhos e saio na disposição de ir pessoalmente, mesmo a pé, até onde saiba o que há de verdade, visto ninguém me ter aparecido até aquela hora, como supunha o fizessem.

De facto o movimento havia terminado. Os carros já circulavam. Pormenores, porém, ninguém os dá. As 11 horas chega a minha cunhada. Vemo-la ao longe. Minha mulher, numa ânsia nervosa: Já acabou? Quem venceu?

Perto estacionavam várias pessoas. Se alguma delas munida de uma observação psicológica difícil de encontrar nesses momentos, nos olhasse com atenção, certamente teria visto nas nossas fisionomias, as contracções resultantes da resposta, pior do que uma bala — «Perderam os revolucionários»! Mas se toda a gente andava nervosa, mal deram pelas nossas caras!

Imediatamente, retomo a minha serenidade habitual... Converso aqui, ali, acolá. Escuso-me a perguntas. Crio evasivas e vou-me escapulindo, o melhor possível, visto que, nem por sombras quero que me julguem da situação, mas tenho também a conveniência que não saibam quem sou. O meio é desconhecedor das lutas políticas e sociais desenroladas através do mundo, vive da plantação dos seus campos, da venda dos respectivos produtos nos mercados de Lisboa — Praça da Figueira, Ribeira, Estefânia, e apenas se queixa da crise «que não sabem onde iremos parar»...

Mas, à cautela...



## CAPITULO XXXIV

### NA BRECHA...

Uma noite, passadas umas quarenta e oito horas após a derrota, vou à Botica e entro no estabelecimento do já amigo Marques. Sua sobrinha e afillhada — a D. Mariana — de 30 anos, é solteira. Mas é solteira porque não encontrou ainda o homem nas condições que deseja.

Trata-se de uma criatura de certo desembaraço, servindo os fregueses e conversando com entusiasmo sobre os assuntos que lhe são simpáticos, especialmente sobre a mulher e a sua emancipação. Incidiu portanto a conversa sobre o complicado problema. Atira-me logo de entrada com esta:

— Aí tem o senhor a situação da mulher na Rússia, a sua independência. O que discordo é da destruição da família, do lar. Talvez por uma questão até certo ponto, atávica, mas não concordo.

— Bonito, digo para com os meus botões; novamente em jogo! Se me envolvo na questão entusiasmo-me e desmascaro-me. Arrojo, porém, uma frase:

Sobre a Rússia pouco entendido sou. Julgo mesmo que a maioria das pessoas desconhecem de facto o que lá se passa, mas parece-me que não destruiriam o lar, nem a família. Simplesmente deram à mulher as condições de independência para ela constituir de facto um verdadeiro lar, baseado no amor, na harmonia e não no interesse, como sucede na nossa sociedade. Estou até convencido, segundo o que tenho lido, que se alguma coisa boa a Rússia fez, foi essa uma delas...

— D. Mariana vacila. Por fim diz: é isso mesmo; mas julgo que a Rússia atingiu a família.

— Sim, atingiria a falsa base familiar convencional da sociedade burguesa; pretendeu mesmo destruí-la, criando um princípio mais digno, mais honesto e sobretudo mais puro. Acrescentei: É o tal caso atávico de que me falou há pouco. E calei-me...

A conversa derivou depois para a educação errada dos povos. Nessa altura entrou minha mulher como professora, emitindo as suas opiniões sobre educação de criança, a forma da elevar ao nível moral a que tem direito, fazendo dela um ente consciente e não autó-mato como faz a religião, etc.

Amigo Marques, conservador, julgo mesmo que simpático à situação ditatorial, pelo menos no seu início, olhava-nos com cara de caso e eu então pensava: Folgarei por muito tempo?

D. Mariana, porém, veio ao campo político e económico — comer para todos; liberdade para todos. Ditadura para a direita, ditadura para a esquerda e finaliza dizendo que o verdadeiro socialista era Mussolini, equilibrando a Itália, no sentido... que nós todos conhecemos.

Caio das nuvens. Mas que trapalhada. O que poderá haver em tudo aquilo é um sentimento, uma intuição, algo de justo, mas também uma tremenda confusão.

Continua misturando numa «maionaise» política, integralismo, fascismo, bolchevismo, na mira, bem entendido, de encontrar um ponto que a satisfaça, extraíndo de cada um deles os elementos que lhe parecem melhores.

Contesto. Pergunto-lhe se sabe como Mussolini tem governado a Itália. Os seus desejos imperialistas, nada humanitários, as violências exercidas pelos seus camisas negras, a actual crise económica que atinge aquele país, a situação da classe trabalhadora, especialmente da rural, que já começa a impacientar-se. Se sabe dos seus milhares de emigrados e pergunto que faceta do socialismo apresenta a Itália e se este poderá ser classificado em qualquer aspecto, que mesmo assim não existe ali, ou em conjunto. Quanto ao integralismo é planta murcha de que não merece a pena falar. E que mistura

ele comporta. O bolchevismo teimo em desconhecer o que lá se passa, contudo afirmo que sob o ponto de vista político, tratando-se de uma ditadura, não me é simpático.

Salta de lá o amigo Marques, dizendo: «Então é também contra a ditadura que está no País.»

Estou arranjado. Desta vez é que caio na armadilha, inocente, aliás. Respondo. Todas as situações ditatoriais me são antipáticas. Gosto tanto da liberdade como do ar. Não que não havia de gostar. Para falta de ar, bastou a *Banca do Carvão*.

Mas a nossa interlocutora voltou de novo às ditaduras, para chegar à conclusão de que, em certos momentos, é preciso que, apareça um homem que imponha pela força determinado objectivo.

Nada mais erróneo, digo-lhe. Através das chamadas civilizações, esses homens têm aparecido. Desde Tibério a Napoleão e deste ao Kaiser. E é o que se tem visto. Evidentemente que há homens superiores, mas o seu valor tem de ser posto ao serviço e bem-estar da colectividade e não na defesa de castas, gozos ou privilégios. Confio mais nas massas e na certeza de que uma consciência um dia as frutificará, ainda confio mais. Confesso-lhe, porém, a minha concordância com a afirmação de que nascemos na geração do sacrifício. Está certo.

Aproveito a oportunidade e faço derivar a conversa. D. Mariana é uma criatura saudável, cheia de vida que, trabalhando num escritório em Lisboa, à noite se dedica aos seus negócios. É claro que não compreendeu ainda, não sei se por esse, se por outros motivos, julgo também por não se ter inteirado devidamente, o que será o socialismo dos vários ramos da actividade humana.

Leva-nos, por último, a sua casa, onde aliás não mora. Casa de apresentação, para visitas. Tudo feito por sua mão. Desde os móveis — mesa, cadeira, até aos «maples», almofadas, bordados, estantes, cortinados, embelezando tudo com vazinhos, «bibelots», livros, pinturas simples, desenhos e versos, muitos versos mesmo, de António Sardinha, versos que são hinos ao pão, à mesa. Cartões com ditados populares, lenços achinezados tapando os móveis. Uma coisa original no frontispício

da casa, pintado também por ela, um coração sobre a porta e junto ao telhado, arcos azulados sobre o branco da cal. E uns canteiros até à cancela.

D. Mariana tem de facto, um cérebro em movimento e um espírito ávido de conhecimentos. Pena é que se dedique tanto ao negócio.

A impressão que eu deixara naquela noite foi simplesmente esta: De que era um indivíduo progressivo, que gostava do bem-estar geral. Antes assim...

## CAPITULO XXXV

### NOS ÚLTIMOS DIAS

— Senhorita! Compre-me este corte de fazenda, bom e barato.

Era uma mulher velha, de face enrugada, pele bronzeada, olhos pequenos irrequietos, peito queimado do sol e negro de porcaria, blusa preta, saia de roda, com a frente feita de retalhos de cores variadas e bizarros feitos. Uma cigana.

A outra, mais nova, mais clara, com um filho que parecia mulato, ao colo, tasquinhando nas maçãs que pedinchou, logo que assomara ao postigo:

— Madame! Compre-me este corte. Pode servir para dois casacos, ou para calça e casaco. E este para um bom vestido. Dá-me licença que peça?

— Pois peça!

— Mas oferece depois?

— Cavalheiro. Homem honrado. Vale mais uma palavra sua de que tudo que há nesta vida!

— Que quiere usted?

— Bravo, Cavalheiro. Conhece o Castelhana ou então tem costela de espanhol.

Agora é que fui reconhecido! Ali, era apenas Mário Santos.

— Dá-me licença? Vale mais um apertado que oitenta esparranhado. Ante a palavra honrada do cavalheiro, sem ofensa para quem está, eu vou dizer a última.

E nesta lenga-lenga, metendo o bendito, o Santo António e demais santos da cor do céu e não sei se da sua cor também, lá foi impingindo metro e meio de

fazenda, quase transparente, à senhora Rosa «Sapo», minha senhoria.

Dáí a pouco defumava ela a casa para que o feitiço ali não entrasse. E então pensei que não estava tão longe de África como parecia à primeira vista.

Às segundas-feiras, de madrugada, as saloias vinham trazer a roupa às suas freguesas nas carroças que transportavam as respectivas trouxas. Voltavam à terças, à tarde e então era vê-las, formadas através das galeras, passo certo, acompanhando o andamento dos animais, naquela subida que vai do Pinheiro de Loures à Ponte de Lousa, conversa fresca, risadas fortes, sempre alegres, despreocupadas; as raparigas falando dos derrickos e dos passeios futuros, dos bailes ao domingo, que são as coisas em que pensam.

Logo que termina o declive da estrada, toca a empoleirarem-se de novo nos carros ou então, as que vão para os casais próximos, montam em burros, que as estão esperando no caminho.

Um dia, estávamos nos princípios de Outubro diz-me assim a cachopa da Mariana, de 20 anos, forte, atarracada, seios altos, muito medrosa, incapaz de ficar sozinha de noite em casa:

— O senhor Mário quer ir à festa da Senhora dos Enfermos? É muito bonita.

— Não, não quero.

— Ora, o senhor Mário é contra essas festas da igreja, eu já percebi.

Pois vi-me deveras atrapalhado para responder a todas as perguntas que as raparigas, que formavam roda à minha volta, me dirigiam, pondo-me entre a espada e a parede, ante o milagre de tal e mais aquele outro, que me senti um velho taumaturgo quando, ao fim daquela algarviada, consegui, que algumas raparigas dissessem: Sim, de facto é verdade o que o senhor diz, mas o quer, nós fomos assim educadas.

Nunca elas haviam dito maior verdade!

Contudo, com milagres ou sem milagres, não escapam por vezes a que alguns pássaros da terra ou das imediações, lhes façam a partida, ficando elas à espera do cumprimento da promessa, algumas com rebentos, que vão crescendo e criando-se como os nabos, as cenou-

ras e as alfaces. Há para lá um regular contingente de infortunadas que a Senhora dos Enfermos não foi capaz de salvar. Se ela de facto é de doentes, o caso não lhe deve estar adstrito, visto que de doença alguma se trata, pelo contrário, prova de bela saúde e robustez física são esses actos... Marque pois a Santa dois tentos, porque ganhou...

É sexta-feira. Lá vai o ceguinho, bornal ao ombro, manta velhinha, barba crescida, sofrimento esteriopado no rosto. O guia, é seu filho, de aspecto sombrio, sumido olhar, palavras desconexas, andar vacilante. Lá vão os dois vagabundos, atravessando casais, bucha de pão na mão esquerda, cajado na direita, maldizendo a sua sorte e desconhecendo talvez a causa da sua miséria.

Eram decerto trabalhadores, agora atirados ao monturo, ninguém lhes vê um sorriso, mas não brotam também uma lágrima! Insensibilidade, talvez, matéria que o martírio solidificou e que fluido algum elevará. Só a morte a saberá recolher.

Que irão eles a pensar? Cenas de ódio, motivos de vingança ou entregues à resignação?

Viver, morrer, matar ou ser morto, terá para eles o mesmo significado?

Lá vão eles tropeçando nas soltas pedras dos caminhos. São os irmãozinhos, como lhe chama a gente da terra.

Depois da colheita do milho, lavraram a terra. Por cada junta de bois pagavam 60\$00 por dia. Em seguida, procederam ao estorreamento, passaram-lhe a grade, antes e depois de deitarem a semente, para a misturar bem com esta. Era cevada e nabo, especialmente, pastagens para o gado.

A chuva já principiara; as escolas reabriram. Minha mulher tem de regressar e eu sigo-lhe o exemplo.

Para Lisboa!

## NOTA FINAL

E a luta continua na clandestinidade.

Em 1934 é novamente preso, barbaramente espancado e condenado a 20 anos de prisão.

Em 12 de Outubro de 1940 morre no Campo de Concentração do Tarrafal. Tinha 44 anos de idade.

Mário Duarte Castelhana  
Outubro/74



*Título:* Quatro Anos de Deportação  
*Autor:* Mário Castelhana  
*Editor:* Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.  
*Tiragem:* 3200 ex.  
*Acabou de se imprimir:* Em 21 de Abril de 1975

NOTA FINAL

Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto  
de investigação sobre o desenvolvimento da escrita  
em Portugal, financiado pelo Conselho Nacional de  
Investigação Científica, sob a direcção do Prof.  
Dr. António José Gouveia, no âmbito do Centro de  
Investigação em Linguística da Universidade de Lisboa.

Maria Helena Casanova  
Outubro de 1973

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de Linguística  
Rua da Universidade, 1649-016 Lisboa  
Tel. 341 1000



